

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**“PORQUE OS CATIVOS DE ONTEM PODEM SER OS OPERÁRIOS
LIVRES DE AMANHÃ”. ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO PARA OS
FILHOS DOS OPERÁRIOS DO MATADOURO NA ESCOLA MIXTA
SANTA ISABEL (1886-1889).**

EDMAR SOARES RAMOS JUNIOR



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“PORQUE OS CATIVOS DE ONTEM PODEM SER OS OPERÁRIOS
LIVRES DE AMANHÃ”. ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO PARA OS
FILHOS DOS OPERÁRIOS DO MATADOURO NA ESCOLA MIXTA
SANTA ISABEL (1886-1889).**

EDMAR SOARES RAMOS JUNIOR

Sob a Orientação da Professora
Dr^a. Fabiane Popinigis

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ
2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R175 Ramos Junior, Edmar Soares , 1984-
"PORQUE OS CATIVOS DE ONTEM PODEM SER OS OPERÁRIOS
LIVRES DE AMANHÃ". ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO PARA OS
FILHOS DOS OPERÁRIOS DO MATADOURO NA ESCOLA MIXTA
SANTA ISABEL (1886-1889). / Edmar Soares Ramos
Junior. - Rio de Janeiro, 2019.
111 f.

Orientadora: Fabiane Popinigis.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Historia, 2019.

1. História da Educação. 2. Fazenda de Santa Cruz.
3. Matadouro. 4. Rio de Janeiro Oitocentista. 5.
Brasil Império. I. Popinigis, Fabiane, 1972-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós
Graduação em Historia III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDMAR SOARES RAMOS JUNIOR

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em Relações de Poder e Cultura, área de Concentração em Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

Fabiane Popinigis. Dr^a. UFRRJ
(Orientadora)

Margareth de Almeida Gonçalves. Dr^a. UFRRJ

Renata Figueiredo Moraes. Dr^a. UERJ

DEDICATÓRIA

*Dedico especialmente a minha esposa Miriam
Macedo e ao meu filho, Iohanan Ramos.*

AGRADECIMENTOS

É difícil elaborar uma lista de agradecimentos diante de tantas contribuições diretas e indiretas que me ajudaram chegar até aqui. Certamente o pouco espaço não permitirão fazer justiça a todos. Portanto, espero que me perdoem os que porventura não forem mencionados.

Primeiramente retribuo meus agradecimentos a Deus e ao meu Senhor Jesus Cristo. Sem uma vivência espiritual cotidiana reconheço que a minha vida seria mais difícil.

Agradeço aos meus pais que desde cedo inculcaram em mim a importância dos estudos para uma melhor qualificação profissional e formação cultural. Em particular ao meu pai, que mesmo sem ter o ensino médio, presenteou-me com a coletânea do Benedicto de Freitas quando eu tinha 12 anos dizendo ser importante conhecer a história do nosso bairro. Mal sabe ele que os exemplares apresentados ainda acompanham a minha vida acadêmica.

Ao meu irmão Igor e sua esposa pela companhia e torcida. E aos meus irmãos de fé da Congregação Cristã *Beit Shear*, por diversos suportes técnicos e financeiros e ainda pelas orações.

Aos professores Dr. Washington Denner (UERJ) e Dr. Jorge Fernandes, da minha graduação, que sempre se mantiveram solícitos e exerceram grande influência para prosseguir nas pesquisas.

Aos meus alunos muitos alunos do Ensino Médio e da EJA que sempre com paciência e amor perguntavam como estava a pesquisa e demonstravam felicidade pelo avanço. Muitos dos alunos da EJA os conheci em unidades escolas que trabalho dentro de empresas, que de certa forma eram um tipo de fonte viva das minhas pesquisas.

A toda equipe pedagógica e colegas de trabalho da Escola SESI Santa Cruz. Sempre compreensíveis as minhas necessidades quanto ao tempo de pesquisa.

A minha orientadora prof. Dr. Fabiane Popinigis pela paciência, compreensão e profissionalismo na construção desta pesquisa, diante das minhas muitas limitações.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

Muito obrigado a todos vocês!

RESUMO

RAMOS JUNIOR, Edmar Soares. *“Porque os cativos de ontem podem ser os operários livres de amanhã”*: escolarização e trabalho para os filhos dos operários do Matadouro na Escola Santa Isabel (1885-1889). 110 f. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica – RJ, 2019.

O objetivo desta pesquisa é discutir o impacto sobre o trabalho e a escolarização de trabalhadores e seus filhos na Imperial Fazenda de Santa Cruz nos anos 1880, tendo a Escola Santa Isabel como protagonista. Analisamos um conjunto de fontes diversificadas: discursos oficiais da Câmara Municipal, solicitações formais da população da Fazenda a respeito da ausência de instrução aos seus filhos, obras de intelectuais defensores do ensino técnico, notas e debates na imprensa. Pretende-se pontuar as condições socioeconômico da educação e do trabalho na Fazenda de Santa Cruz nos anos 1880 e discutir como a instrução e escolarização de trabalhadores aparecem nas diversas vozes entrelaçadas do processo: comissão de instrução da Câmara Municipal, pessoas “do povo”, intelectuais defensores da instrução profissional. Assim, nossa interpretação das fontes enfatiza as demandas sociais e a ação paternalista do poder público envolvendo a instituição escolar e o trabalho como palco de conflitos e lutas sociais pela educação na Capital da Corte nos nas últimas décadas do século XIX.

Palavras chaves: Instrução, História da Educação, Fazenda de Santa Cruz, Matadouro.

ABSTRACT

RAMOS JUNIOR, Edmar Soares. **“For yesterday's slaves may be tomorrow's free workers”**: schooling and work for the children of the slaughterhouse workers at the Santa Isabel School (1885-1889). Dissertation. Master in History. Social Sciences and Humanities Institute. Federal Rural University of Rio de Janeiro. Seropédica-RJ.

The objective of this research is to discuss the impact on work and professional schooling at Santa Cruz Farm in the 1880s, with Santa Isabel School as its protagonist. The paper analyzes a set of diverse historical documents: official speeches by the City Council about the School, formal requests from the people of the Treasury regarding the lack of education to their children, books by intellectual defenders of technical education. It is intended to point out the socioeconomic impact on education and work caused by the transfer from the Slaughterhouse to the Santa Cruz Farm in the 1880s and to discuss how professional instruction appears in the various intertwined voices of the process: the City Council's instruction committee, people from people”, intellectuals who defend professional education. Thus, our interpretation of the sources emphasizes the social demands and the paternalistic action of the government involving the school institution and the works as the scene of conflicts and social struggles for education in the Capital of the Imperial Court.

Keywords: Education, History of Education, Santa Cruz Farm, Slaughterhouse.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Planta Baixa do Matadouro / Como Funcionava	16
Figura 2: Vila Operária 1 / O “Correr das casas”	22
Figura 3: Antiga Vila dos Operários, 1980.	23
Figura 4: Rua do Matadouro	31
Figura 5: Antiga Vila Operária do Matadouro	32
Figura 6: As terras da Fazenda de Santa Cruz do Curral dos Padres (século XVII)	52
Figura 7: Fazenda de Santa Cruz, Aquarela de Debret.	59
Figura 8: O portão de entrada do novo cemitério. Ao fundo, a sede administrativa do Matadouro, onde funcionou a Escola Santa Isabel, 1895	67
Figura 9: Trabalhadores do Matadouro (1920)	68
Figura 10: Casa de Matança do Matadouro de Santa Cruz	69
Figura 11: Sinos confeccionados na Escola Mixta Imperial da Fazenda de Santa Cruz	79
Figura 12: Escola Estados Unidos da América do Norte, antiga Escola de Santa Isabel.....	81
Figura 13: Casa de Matança do Matadouro de Santa Cruz	87
Figura 14: Preparando o boi na casa de matança	88
Figura 15: Usina, Matadouro de Santa Cruz	89
Figura 16: Jornal do Comércio.....	95
Figura 17: Escola para os filhos dos operários do Matadouro. 1926, Augusto Mata.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	15
“Uma educação doméstica à profissão e posses de seus pais”: a Escola Santa Isabel como objeto histórico.....	15
1.1 Em Defesa do Ensino Técnico	33
1.2 O Ensino Técnico nos Debates Intelectuais	41
1.3 A Opção Pelo Ensino Técnico.....	49
CAPÍTULO 2	54
A Fazenda de Santa Cruz, o Matadouro e os processos de escolarização	54
2.1 A Fazenda de Santa Cruz: Gestão, Trabalho e Instrução	54
2.2 Ofícios e Trabalhadores da Fazenda na Transição Para o Século XIX	59
2.3 Os Trabalhadores e o Matadouro: Educar Pelo Trabalho	67
2.3.1 O Matadouro	70
2.4 As Demandas Sociais Por Escolarização Na Fazenda De Santa Cruz	74
CAPÍTULO 3	81
“Instrução a Todo Tempo e em Todos os Lugares” - A Experiência Histórica da Escola Santa Isabel nas Dependências do Matadouro De Santa Cruz	81
3.1 Solenidade de Abertura da Escola de Santa Isabel, no Edifício do Matadouro de Santa Cruz.....	83
3.2 O Relatório da Fundação da Escola de Santa Isabel	89
3.3 Reivindicando Honorários	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

INTRODUÇÃO

Em 2007, quando cursava a graduação, deparei-me com um documento intitulado *Autos de Inauguração da Escola de Santa Isabel no edifício do Matadouro no Curato de Santa Cruz. Illma. Câmara Municipal 1886*¹. Na ocasião visitava o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e pesquisava sobre a Escola *Mixta* da Imperial Fazenda de Santa Cruz (Escola D. João VI)², que se tornou tema de um trabalho apresentado no I Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro (I EHED – RJ) e que se tornaria o tema do TCC³. O códice descrevia a inauguração de uma escola nas dependências do Matadouro da Imperial Fazenda de Santa Cruz também nos anos 1880. Quase uma década mais tarde, preparando o Projeto para a seleção de Mestrado da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), retomei as antigas anotações. Durante esse período, havia surgido uma grande quantidade de dissertações, teses e publicações sobre a educação oitocentista, inclusive a respeito da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Mas o documento que eu havia encontrado anos antes no códice 54.1.9b continuava sem investigação aprofundada, nem menção nas publicações mais recentes.

Edward Carr diz que “*o historiador e os fatos históricos são necessários um ao outro. O historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significado*”⁴. O códice 54.1.9b do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro estava, portanto, “morto” para a historiografia da Educação e para mim. A Escola *Mixta* Imperial de Santa Cruz, outrora pesquisada em minha monografia, havia sido tema da dissertação de Adriana Valentim Beaklini, defendida na UNIRIO em 2013⁵. Neste trabalho, uma vasta documentação a respeito da referida instituição, amplamente pesquisada pela autora, foi disponibilizada ao público.

O conhecimento da referida dissertação provocou-me ainda mais o desejo de produzir um levantamento de fontes sobre a história da educação na Fazenda de Santa Cruz durante os Oitocentos. Encarnando a expressão de Marc Bloch, pus-me a farejar a carne humana, tal qual

¹ Códice 54.1.9b.

² A publicação do trabalho no I EHED – RJ encontra-se no Programa e Resumos dos Trabalhos / I EHED: Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007. p. 109-110.

³ RAMOS JUNIOR, Edmar Soares. *A Escola Imperial D. João VI*. Rio de Janeiro: UNIMSB, 2007. (Trabalho de Final de Curso).

⁴ CARR, E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 54

⁵ BEAKLINI, Adriana Valentim. *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz: uma proposta de educação pelo trabalho do Imperador D. Pedro II (1885-1889)*. Dissertação de Mestrado. Unirio: Rio de Janeiro, 2012.

o oiro da lenda atrás da caça. Assim, retomei as visitas ao AGCRJ e adquirindo um contato mais frequente com o Autos de Inauguração da Escola de Santa Isabel no edifício do Matadouro no Curato de Santa Cruz iniciei as primeiras análises, das quais espero contribuir para à História da Educação e do Trabalho do Rio de Janeiro Oitocentista.

O interesse pelo tema, associado à minha atuação profissional como professor em escola de ensino técnico profissionalizante dentro de empresas ⁶ na Cidade do Rio de Janeiro, propuseram-me reflexões sobre os processos de aprendizagens para os filhos dos trabalhadores em uma escola instalada nas dependências do Matadouro da Fazenda de Santa Cruz no século XIX.

A fim de organizar os debates sobre a escolarização dos operários do Matadouro e da educação profissional no século XIX, desenvolvemos a pesquisa correlacionando a Fazenda de Santa Cruz, o Matadouro, a Escola Santa Isabel e os discursos políticos. Para tanto, a pesquisa está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo, tratando das discussões na historiografia sobre o ensino profissional no século XIX, intitulei-o “Uma educação doméstica à profissão e posses de seus pais”: a Escola Santa Isabel como objeto histórico. É o objetivo do capítulo: 1) analisar o tema ensino técnico nas obras de dois escritores expoentes e defensores da modalidade nas últimas décadas do século XIX e que fazem menção a instrução na Fazenda de Santa Cruz. 2) Discutir a Escola Santa Isabel como objeto histórico: as fontes e a historiografia. E, 3) a construção do discurso e a teia de relações envolvendo os sujeitos defensores da modalidade ensino técnico no século XIX. Pretende-se pontuar os debates sobre a necessidade de implantar por todo o Império escolas com a modalidade ensino profissional e como os modelos eram discutidos por alguns intelectuais tidos como porta-vozes. Apresento então duas obras em particular: *Officina na Escola*, de José Ricardo Pires de Almeida, de 1886 e *O Ensino Technico no Brasil*, de Tarquinio de Souza Filho, de 1887. Ambas publicadas no calor da fundação da Escola Santa

⁶ Desde de 2012 atuo profissionalmente lecionando História na Escola Firjan Sesi. “A missão educacional do SESI tem como foco a educação do trabalhador e seus dependentes. No que se refere à educação do trabalhador da indústria, o desafio a que o SESI se propõe é o da elevação do nível da sua escolaridade, por meio da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O SESI é pessoa jurídica de direito privado, criado pela Confederação Nacional da Indústria em 1/7/1946, com fundamento no Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946, do Governo Federal, que atribuiu à CNI o encargo de criar, organizar e dirigir a instituição”. (Extraído de Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional. Projeto Pedagógico SESI Para Educação de Jovens e Adultos / Serviço Social da Indústria. – Brasília: SESI/DN, 2014. P. 7 e 22).

Isabel, nos anos 1880, o que possibilita observar alguns dos argumentos sobre a criação e desenvolvimento de um modelo de ensino de educação profissional.

Não eram poucas as escolas com a modalidade ensino profissional que contemplava as mais variadas áreas da atividade produtiva existente no Rio de Janeiro Oitocentista, inclusive quando analisamos a economia da Fazenda Santa Cruz. Apresentar e discutir como alguns intelectuais defensores do ensino profissional estão argumentando esta modalidade torna-se necessário diante do contexto de fundação da Escola Santa Isabel nas dependências de uma empresa pública, o Matadouro. As transformações proporcionadas pelo Matadouro de Santa Cruz contribuíram para moldar algumas propostas de educação apresentadas pela Câmara às novas dinâmicas econômicas da região e da Capital da Corte.

No segundo capítulo – “A Fazenda de Santa Cruz, o Matadouro e os processos de escolarização” abordo a gestão, o trabalho e a instrução dentro do desenvolvimento histórico da região como propriedade jesuítica, depois Real e, por fim, Imperial, atentando para a construção de ofícios diante das transformações econômicas e os impactos sobre o trabalho em cada período. Nos tempos em que a Fazenda esteve sob a gestão dos jesuítas, as fontes nos permitem identificar uma diversidade de ofícios para além da lavoura e da pecuária. Tal transmissão no ensino de ofícios desenvolveu um certo senso de comunidade nos trabalhadores escravizados da Fazenda mesmo depois do confisco da propriedade pela Coroa em 1759. A gestão secular da Fazenda na segunda metade do século XVIII reconheceu e enalteceu a administração jesuítica ao ponto de alguns superintendentes buscar inspiração no modelo dos padres, como atesta a documentação do período. Abordaremos a existência de uma verdadeira demanda por políticas públicas voltadas para a qualificação da mão de obra em novos ofícios nos anos finais do século XIX e as novas demandas dos próprios trabalhadores por escolarização para si e, principalmente, para seus filhos.

Por fim, no terceiro capítulo, “Instrução a todo tempo e em todos os lugares” - A experiência Histórica da Escola Santa Isabel nas dependências do Matadouro de Santa Cruz, será uma apresentação geral da Escola no ato de sua inauguração, atentando para as interfaces dos discursos da Câmara Municipal e seu projeto de educação na Fazenda. Analisaremos as atividades oferecidas nela, os custos levantados para a sua inauguração, as demandas dos trabalhadores, a proposta da Câmara Municipal diante deste novo quadro social nos anos 1880 e algumas questões envolvendo alguns professores que atuaram nela.

Por meio dos vestígios que encontrei, tenho como objetivo recuperar uma representação do passado que possibilite a compreensão da multifuncionalidade do Matadouro, também como espaço de instrução e escolarização para o trabalho. A Escola Santa Isabel, que funcionou até o ano de 1926 com este nome, foi o nosso objeto de pesquisa, e será nas próximas páginas apresentadas.

“Dialogar com a experiência do outro, eis um dos grandes desafios da História. Expandir a experiência humana, eis uma das belezas da História”⁷.

⁷GONDRA e SCHUELLER, p. 9.

CAPÍTULO 1

“Uma educação doméstica à profissão e posses de seus pais”: a Escola Santa Isabel como objeto histórico.

Inaugurado em 30 de dezembro de 1881 em substituição ao de São Cristóvão, o Matadouro de Santa Cruz foi um empreendimento da Câmara Municipal (com consideráveis investimentos do Ministério do Império). No local, abatiam-se as carnes verdes (carnes frescas), que iam para o Centro do Rio por meio da Estrada Férrea D. Pedro II. Além dos espaços para as funções ligadas a natureza do Matadouro, havia uma sede administrativa, local onde seria instalada mais tarde a Escola Santa Isabel, além de uma vila operária no entorno para os trabalhadores e ainda um quadro administrativo composto por médicos, veterinários, diretores entre outros.

Neste capítulo apresentaremos a Escola Santa Isabel como objeto histórico: as fontes selecionadas por mim e a historiografia sobre a educação e o trabalho. Analisarei como a transmissão de ofícios é apresentada nas obras de dois expoentes defensores do ensino profissional nas últimas décadas do século XIX e que fazem menção a Fazenda de Santa Cruz, o que nos permite observar a construção do discurso e a teia de relações envolvendo os sujeitos defensores da modalidade ensino técnico, o trabalho e a economia no século XIX na Fazenda de Santa Cruz e na Capital da Corte.

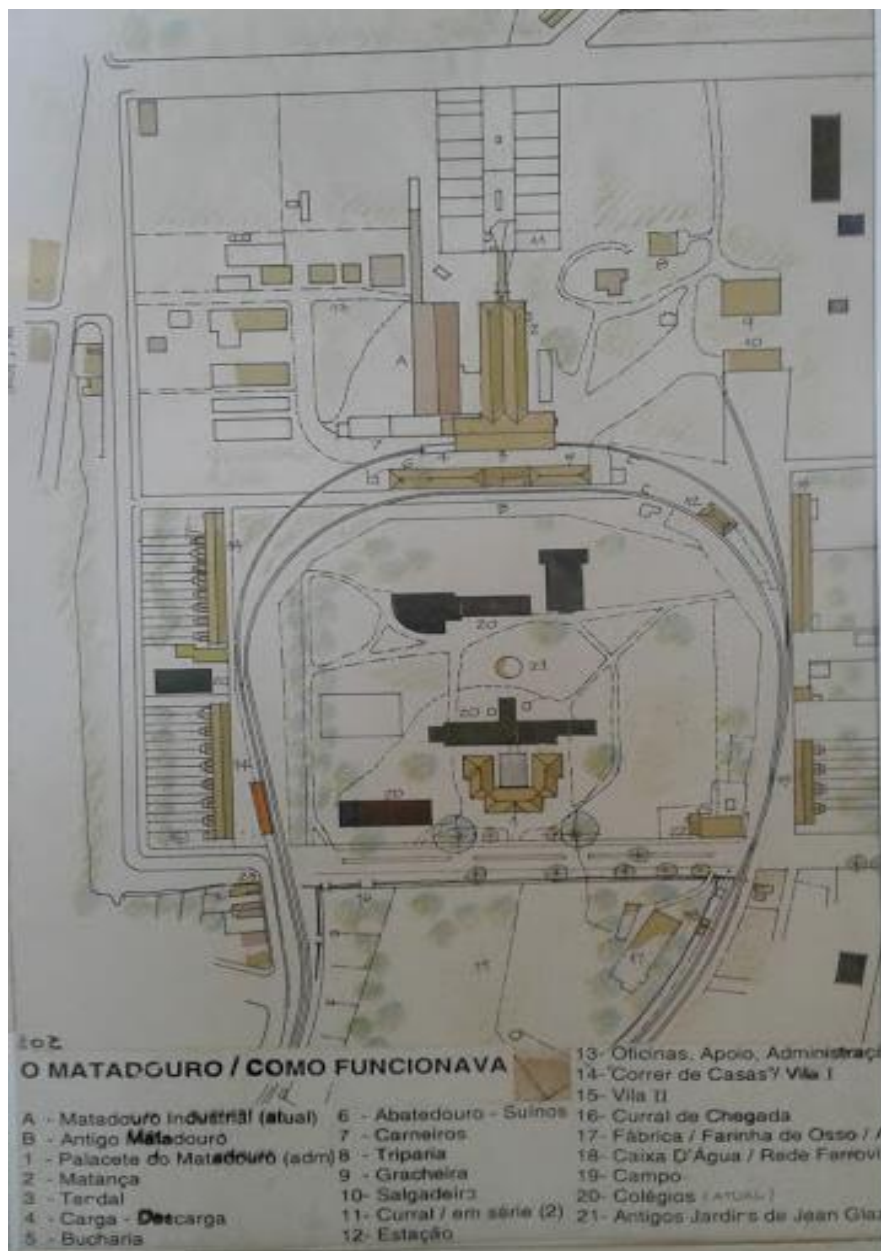


Figura 1: Planta Baixa do Matadouro / Como Funcionava

Acervo: NOPH⁸

No quadro administrativo do Matadouro, mais de 15 categorias de trabalho atuavam diretamente, dentre os quais encontramos: chefe das máquinas, caixeiro, feitor de matança, magarefe, curraleiro, miudeiro, feitor de bucho, servente dos carros, descarte de cabeças entre outros⁹.

⁸ O MATADOURO / COMO FUNCIONA. Acervo Núcleo de Orientação a Pesquisa e História. 1880.

⁹ FREITAS, Benedicto. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1950. P. 83.

Pela planta baixa apresentada acima na Figura 1, pode-se perceber a dimensão do estabelecimento, cujas obras ocuparam longos anos, de 1872, ano de autorização para a transferência do Matadouro Municipal de São Cristóvão para a Fazenda de Santa Cruz, até a inauguração, em 1881. A longa empreitada foi estendida devido a problemas de cunho político e administrativo. Conluios entre a empreiteira responsável e os governos municipal e Imperial, além de atraso nas transferências das verbas do Império e na entrega dos prazos foram alguns dos entraves que fizeram adiar algumas vezes a inauguração e o pleno funcionamento da indústria. Os trabalhadores que atuavam nas obras de construção também aparecem como responsáveis pelos entraves. Atuando por meio de paralisações devido a atrasos nos pagamentos mensais, além de diversos acidentes de trabalhos, ocorrendo inclusive óbitos. O uso da força policial para controle dos que aderiam tais paralisações foi acionado pelos empreiteiros, responsáveis pelo andamento da obra, que classificavam aquelas manifestações como desordem dos empregados¹⁰.

Em 1881, com o término das obras e sua inauguração, os empregados que exerciam ofícios diretamente relacionados ao Matadouro, também protagonizarão papéis importantes expondo suas demandas, dentre elas, a demanda por escola para seus filhos. Residentes das vilas operárias do Matadouro (vide Figura 1), os funcionários e suas famílias vivenciam e constroem parte das novas configurações socioeconômicas da Fazenda no final dos Oitocentos. Quando a vida desses operários e de suas famílias são afetadas pela pouca oferta de instrução aos seus filhos, pela possibilidade de transferência da única escola municipal em funcionamento nas proximidades e pela péssima estrutura da escola municipal existente na região, eles se organizarão e apresentarão ao poder municipal suas reivindicações.

Decerto, o Matadouro transformou social e economicamente a Fazenda de Santa Cruz. A presença de membros da diretoria do Matadouro e do poder público municipal que então residiam na região, além de novas atividades comerciais no entorno nos apresentam as novas relações sociais na Fazenda, “um segundo momento áureo desde os tempos dos jesuítas”.

¹⁰COSTA, Edite Morais. *Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)*. Dissertação de Mestrado. UFRRJ: Seropédica, RJ, 2017 (Orientadora Mônica de Souza Nunes Martins). P. 73. No capítulo 2, “*Um Matadouro na Imperial Fazenda de Santa Cruz*”, analisando o processo de rescisão do contrato e a imprensa como fonte, a autora identificou problemas de cunho administrativo entre a Câmara Municipal e a empreiteira Coimbra & Farani (responsável pelas obras), os conluios e os problemas com a força de trabalho envolvida na construção do Matadouro.

À escola, local de transmissão de códigos de conduta e de civilidade, será atribuída também a responsabilidade de preparação para o mundo do trabalho. Que, no caso da Fazenda de Santa Cruz, teve sua conjuntura transformada devido a transferência do Matadouro. Educar por meio do trabalho, por meio de uma profissão, ampliar o acesso à “uma educação doméstica à profissão e posses de seus pais” estará nos discursos oficiais e dos defensores e porta-vozes intelectuais desta modalidade de ensino no século XIX.

A proposta e posterior construção do ambiente de aprendizado no interior de empresas permite observar uma necessidade de criação de um grupo de trabalhadores com habilidades bem específicas aos ofícios do Matadouro de Santa Cruz. O tema escolarização profissional está nos debates políticos. As mudanças econômicas e alteração no perfil social que a cidade do Rio de Janeiro passara, assim como a Fazenda Imperial de Santa Cruz estão paralelos aos debates na Câmara Municipal, no Ministério do Império e nos círculos intelectuais. Talvez, por ter sido capital por longo tempo e centro do poder, o Rio de Janeiro atuava como uma espécie de laboratório de políticas, inclusive de escolarização das massas. Esta característica do Rio de Janeiro, construída desde os tempos coloniais, tornou a Capital da Corte possuidora de capitalidade, ou seja, uma cidade que era o centro articulador de políticas públicas que assumia a qualidade de vanguarda nos processos de estruturação dos interesses do Império¹¹, inclusive da escolarização dos trabalhadores e a introdução de escolas em empresas.

Os rastros documentais da fundação da Escola Santa Isabel, permitiu-me compreender o funcionamento nas dependências do Matadouro, no Curato¹² de Santa Cruz, na Província do Rio de Janeiro, como integrante de um processo de estruturação política do ensino de uma profissão diretamente associado à trajetória histórica da educação profissional no Brasil Império, observando também as falas presentes nas demandas por capacitação de trabalhadores profissionais, partindo dos agentes diretamente envolvidos, a saber, os trabalhadores e integrantes dos poderes públicos, aqui representados por alguns vereadores da Câmara Municipal (membros da Comissão de Instrução) e do Ministério do Império.

Pretendo investigar o processo de fundação do Matadouro e seu impacto na Fazenda de Santa Cruz nos anos 1880 e como o ensino de ofícios da Escola Santa Isabel esteve vinculado

¹¹ RODRIGUES, Antônio Edmilson M. *Em algum lugar do passado. Cultura e História na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002. P. 19.

¹² Definição extraída do Dicionário Michaelis: cu.ra.to – sm (lat curatu) 1 Cargo ou dignidade de cura. 2 Habitação de cura. 3 Povoação pastoreada por um cura. O cura corresponde ao pároco de uma localidade. Apud BEAKLINI, Adriana Valentim. *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz: uma proposta de educação pelo trabalho do Imperador D. Pedro II (1885-1889)*. Dissertação de Mestrado. Unirio: Rio de Janeiro, 2012.

a necessidade de formar trabalhadores com habilidades bem específicas aos ofícios do Matadouro, desde os debates de sua inauguração, observando a trajetória do ensino de ofícios na Fazenda desde o Período Colonial, quando sob a gestão dos jesuítas foi instituída uma “escola de transmissão de ofícios” constituída pelos cativos da Fazenda. Transmissão de ofícios que parece ter sido mantida por gestores em momentos posteriores.

Luiz Antônio Cunha, ao se dedicar a compreensão da modalidade ensino profissional e sua abordagem acadêmica na História do Brasil, observa que as pesquisas

“quando comparada com outros temas, como o ensino superior, o ensino secundário e até a educação física, a educação profissional aparece na bibliografia como definida mais pela omissão do que pelo conhecimento produzido a seu respeito. Esse “espaço vazio” se explica, pelo menos em parte, pelo fato de que os historiadores da educação brasileira se preocupam, principalmente, com o ensino que se destina às elites políticas e ao trabalho intelectual, deixando o trabalho manual em segundo plano”¹³.

Estas considerações de Cunha foram feitas em 2005, ano da segunda edição da obra *O Ensino de Ofícios Artesanais e manufatureiro no Brasil Escravocrata*. Todavia, pesquisadores mais recentes parecem ainda ratificar essa perspectiva. Adriana Beaklini, na defesa de sua tese na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2018, comenta que

“Nesta teia de ideias e inovações, que permeou e caracterizou o século XIX, há algumas áreas ou assuntos esquecidos, ou silenciados, pela historiografia em seus trabalhos no decorrer dos anos, como é o caso do ensino profissional. (...). A pesquisa sobre o ensino profissional tem uma quantidade de investigação bem menor do que outras que se destinam à análise e reflexão de outros níveis de escolarização”¹⁴.

A conclusão dos autores é de que a historiografia sobre a educação profissional recebeu atenção menor do que outras que se destinam à análise e reflexão de outros níveis de escolarização. No entanto havia um debate, e me envolvi com essa temática ainda na graduação,

¹³ Cunha, Luiz Antonio. *Ensino De Ofícios Artesanais E Manufatureiros No Brasil Escravocrata*. Fundação Editora da UNESP. Pp 1 e 2.

¹⁴ BEAKLINI, Adriana Valentim. *Da escola nas oficinas à oficina como escola: sujeitos, circulação e apropriação de modelos de educação profissional na Estrada de Ferro D. Pedro II (1882-1906)*. Orientadora: Ana Chrystina Venancio Mignot Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2018. p. 16.

quando me propus a investigar a experiência histórica da Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz, fundada em 1885.

A existência da Escola Santa Isabel nas dependências do Palacete do Matadouro (ver Figura 1) representa uma tentativa por parte da Câmara Municipal em ampliar o ensino de ofícios e ao mesmo tempo concorrer com o Ministério do Império em algumas questões que envolvem sua presença na administração pública. A modalidade ensino profissionalizante foi pretendida pela Comissão de Instrução da Câmara Municipal. A proposta aparece nos discursos dos vereadores responsáveis, mas não chegou a ser executada no ato da inauguração em 1886. Enquanto isso, a Escola Mixta do Imperador, uma escola particular, mantida às expensas do imperador, fundada um ano antes da Escola Santa Isabel na mesma Fazenda ampliava suas oficinas, como veremos nas fontes à frete.

O Matadouro, local onde funcionou a Escola Santa Isabel, está inserido no debate sobre o abastecimento de carnes frescas da capital da Corte. Desde os primórdios do Estado Imperial, aos matadouros foram imbuídas funções para além do ato de abater gado: “é principalmente uma feira e uma casa de comércio. O matadouro por suas condições influi diretamente sobre a saúde pública e sobre os interesses do consumidor e do produtor”¹⁵. Essa “multifuncionalidade” que contemplavam outras urgências (comércio, alimentação, saúde pública, políticas higienistas) além dos seus fins oficiais permaneceu em sua história empresarial. Sabe-se, por meio das fontes discutidas, que além da Escola Santa Isabel, uma enfermaria também foi inaugurada nas dependências do Palacete em 1886¹⁶. A Escola, assim como a Enfermaria, compunha as solicitações das associações dos trabalhadores que reivindicavam condições apropriadas de trabalho, saúde e educação para seus filhos ociosos.

Escola e enfermaria não possuem natureza comercial ou de feira, porém vincula-se a urgência em atender à solicitação dos seus funcionários e demais residentes da Fazenda de Santa Cruz, principalmente àqueles que tiveram suas vidas diretamente afetadas pelas novas dinâmicas de trabalho na região. A Câmara Municipal, responsável pela gestão da empresa, nomeava os funcionários dos cargos superiores, quadro este formado por “um diretor, quatro médicos, um maquinista-mor, um maquinista ajudante, um que dirigia também o serviço de

¹⁵ ACGRJ. “Relatório do Ministro dos Negócios do Império” e “Relatório do presidente da Junta Central de higiene Pública”. Anexo F. Seção Saúde pública, março de 1872, cód. (79-4-1), p. 2.

¹⁶ AGCRJ. *Autos de Inauguração da Escola de Santa Isabel no edifício do Matadouro no curato de Santa Cruz. Illma. Câmara municipal, 1886 e da inauguração da enfermaria de Santa Thereza no mesmo matadouro*. Códice 54.1.9b.

mangueiras, um inspetor dos transportes, um fiel do tesouro, um agente comprador e dois ajudantes, um feitor geral e um porteiro. Os empregados menores trabalhavam nas oficinas”¹⁷. Estes empregados menores, no ato da inauguração, eram ao todo 214¹⁸ distribuídos em diversos ofícios. Esses ofícios serão apresentados no Capítulo 2.

Concomitante à construção do Matadouro e de sua sede administrativa, o Palacete, vilas para os operários foram erguidas bem nas extremidades do complexo administrativo (ver Figura 2). Essas vilas formavam duas avenidas de casas (chamadas de “correr de casas”). No total, 38 casas foram erguidas para os operários do Matadouro: 30 foram divididas em duas, para abrigar suas famílias; 8 efetivamente não chegaram a ser ocupadas e ainda foram reservadas 1 para os feitores, 2 para a Administração do Matadouro, sendo uma para o funcionamento da Escola Santa Isabel¹⁹. Em 1882 foi organizada a Sociedade Benficiente e Fraternidade Operária, constituídas por funcionários do Matadouro, com o objetivo de prestar auxílio em diversas áreas da vida do operário (saúde, falecimento, condições de trabalho)²⁰.

Formas de organização operária no século XIX no Brasil relacionam-se aos primórdios da organização operária, como analisa Claudio H. M. Batalha²¹. As pesquisas de Batalha contribuíram para dar compreensões sobre como o movimento operário se organizava no Rio de Janeiro ainda no século XIX, anterior ao período exaustivamente debatido na historiografia que pontuava os anos 1920 e 1930. C. H. M. Batalha observa que no Rio de Janeiro oitocentista os trabalhadores urbanos livres, de ofícios artesanais, começam a organizar sociedades de socorros mútuos, embora tenha sido durante a fase republicana que tenha surgido efetivamente a organização sindical operária. Essas organizações representam a formação de uma cultura associativa que estava compreendida num conjunto de práticas e propostas culturais das

¹⁷ PEDROZA, M. e DUARTE, T. *As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (o matadouro público de Santa Cruz, 1872-1889)*. In: ENGEMANN, C. e AMANTINO, M. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. P. 340.

¹⁸ FREITAS, Benedicto. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1950. P. 84.

¹⁹ O memorialista Benedicto de Freitas diz que uma das casas reservadas seria para funcionar o que chama de Escola de Alfabetização para os filhos dos operários. Ele afirma essa Escola de Alfabetização seria Escola Santa Isabel, o que não pude identificar em nenhuma documentação consultada.

²⁰ FREITAS, Benedicto. *O Matadouro de Santa Cruz – Cem Anos na vida de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1977. P. 99.

²¹ BATALHA, C. *A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: AZEVEDO, Elcine; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria. C.P.; CHALHOUB, Sidney. (Orgs). *Trabalhadores na Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

associações, o que permite concluir, segundo batalha, as visões de mundo dos trabalhadores e seus discursos, ou seja, o conjunto de valores compartilhados pelas organizações operárias.

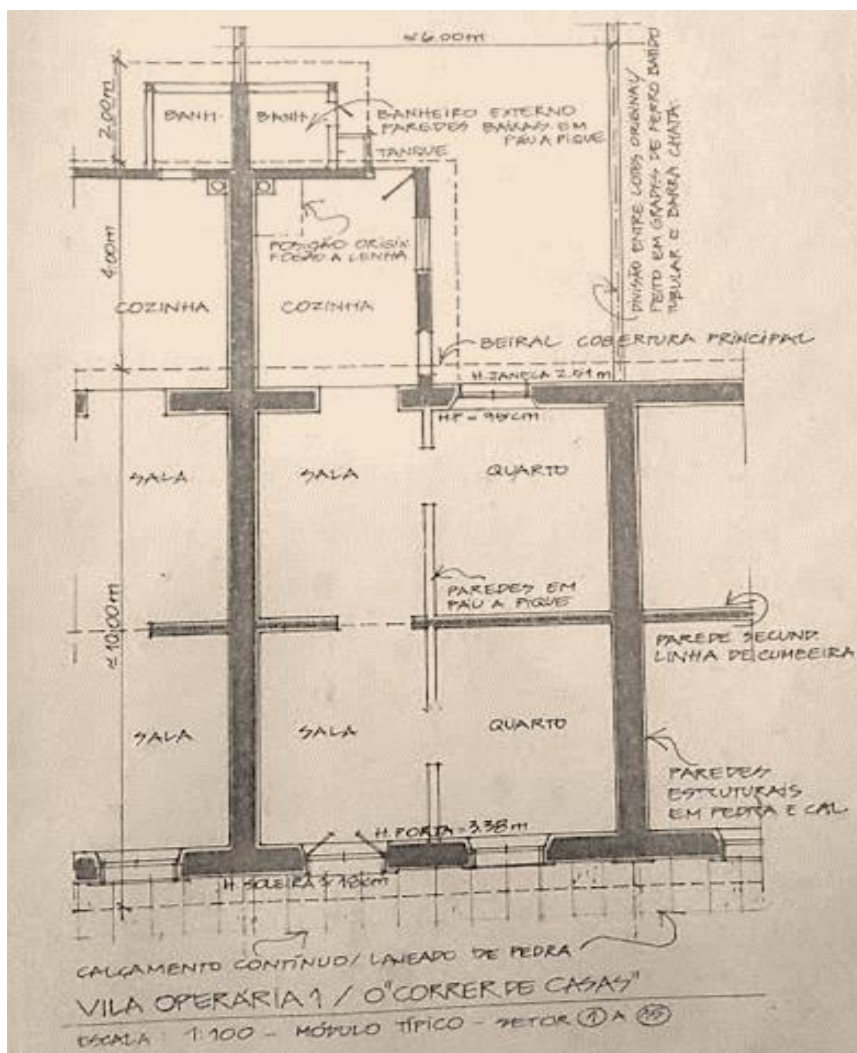


Figura 2: Vila Operária 1 / O “Correr das casas”.

Fonte: Acervo NOPH



Figura 3: Antiga Vila dos Operários, 1980.

Fonte: Acervo NOPH

Em dissertação de mestrado defendida recentemente sobre o Matadouro de Santa Cruz, intitulada “Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)”²², Edite Morais da Costa fez um levantamento historiográfico onde é possível perceber que os debates envolvendo a transferência do Matadouro para Santa Cruz permitiu identificar o surgimento de uma classe de proprietários que foram participantes e atuantes na formação do Estado Imperial. Esse grupo dominou quase todas as etapas do processo produtivo na economia das carnes verdes (da criação até a venda no varejo). O levantamento da autora permitiu identificar as disputas envolvendo o abastecimento dos grandes centros urbanos, onde a demanda pelo produto era maior que a oferta, exigindo maior produtividade. Esses problemas podem ser compreendidos, segundo Costa,

“através de uma análise de produção, da circulação e do consumo, vinculando-se isso com as estruturas sociais vigentes no período a

²² COSTA, Edite Morais. *Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)*. Dissertação de Mestrado. UFRRJ: Seropédica, RJ, 2017 (Orientadora Mônica de Souza Nunes Martins).

história agrícola, os hábitos e técnicas de cultivo, a organização fundiária, os transportes, a renda gerada, o consumo urbano, a política para o tema, os hábitos alimentares, as mentalidades, e outros aspectos”²³.

A conjuntura social passa por transformações consideráveis a partir do funcionamento da nova empresa na Fazenda de Santa Cruz. O campo social e a educação farão com que o Estado Imperial dê atenção às novas exigências dos trabalhadores mais ou menos organizados. Esses novos atores sociais reivindicarão, a sua maneira, utilizando os meios dentro da lei e dos limites à cidadania impostos pelo Estado Imperial, estruturas apropriadas aos seus filhos.

Os trabalhadores a quem dedicaremos atenção especial são os operários do Matadouro e os seus filhos, a quem a Escola Santa Isabel se destina. No Relatório da Fundação da Escola Santa Isabel proferido pelo vereador Dr. Antonio José da Silva Rabello, os representantes da Comissão de Instrução da Câmara Municipal atribuirão à instrução escolar o papel de promotora de “uma educação doméstica à profissão e posses de seus pais”. É do referido vereador a expressão que dá título a esta dissertação – *“porque os cativos de ontem podem ser os operários livres de amanhã”*. Na fala do mesmo o ensino técnico está relacionado à construção da “cidadania e da civilidade”, palavras de ordem no Estado Imperial e temas presentes na construção do processo de escolarização.

Manoela Pedroza e Ticiane Duarte²⁴, dedicaram-se aos interesses e às disputas políticas envolvendo a transferência do Matadouro. Nos debates políticos analisados pelas autoras é possível observar as relações entre o Ministério do Império, Câmara Municipal e os machantes²⁵. Atritos entre estes ocorrerão no que diz respeito à esfera de atuação política de cada órgão. Como consta no Códice 54-1-10²⁶, o terreno onde ergueram o Matadouro foi

²³ COSTA, Edite Morais. P. 14.

²⁴ PEDROZA, M. e TICIANE, D. *As Querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (o matadouro público de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1872-1889)*. In: ENGEMANN, C. e AMANTINO, M. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.). Pp. 315 – 347.

²⁵ Os marchantes eras as pessoas envolvidas com o transporte e comércio de gado e da carne verde. Agiam também como intermediários e negociantes. Eram donos de açougue, invernistas e também criadores organizados em associações. De forma geral eram os responsáveis por promover a carne verde para a cidade. Para atuar, necessitavam de licença da Câmara Municipal lançadas por meio de edital e tornaram-se um grupo poderoso e monopolizador de atividades no Brasil oitocentista. (Ver TAVARES, Georgia da Costa. *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012. p. 17; PEDROZA, M. e DUARTE, T. *As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (o matadouro público de Santa Cruz, 1872-1889)*. In: ENGEMANN, C. e AMANTINO, M. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.).

²⁶ “[...] a Imperial Fazenda de Santa Cruz, cede e arrenda a Ilma. Câmara Municipal, pelo tempo de cinquenta anos a partir de 25 de julho de 1874, duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e quarenta metros quadrados de terreno

arrendado à Câmara Municipal, uma vez que a Fazenda pertencia à família imperial e o empreendimento acarretaria em aumento de seus rendimentos e possibilidades de novos arrendamentos como campos de pastagens, currais, valorização de terras e outras atividades comerciais, influenciando diretamente no aumento de novas formas de trabalho na região, no seu número de habitantes e na classificação desses novos habitantes.

Uma observação das autoras particularmente importante para o que trataremos aqui diz respeito à visibilidade que a Fazenda de Santa Cruz recebeu no decorrer dos debates envolvendo a transferência e a instalação do Matadouro (período entre 1872 e 1881). A quantidade de notícias na imprensa da época – *Jornal do Comércio* e *Gazeta de Notícias* – pontuam as autoras, confirmam isso. Os dilemas que envolveram o Matadouro reinseriram a longínqua Fazenda de Santa Cruz no prisma político e em polêmicas da Cidade Corte. Nas publicações dos defensores do ensino técnico nos anos 1880, a Fazenda aparece por meio de suas escolas com formação profissional. Elas serão compreendidas como parte do que vai ser nomeado por esses defensores de “avanço no espírito do ensino profissional”²⁷.

É parte do trabalho do historiador, por vezes decepcionante, a procura por fontes. É decepcionante porque não encontrei alguns documentos que eu supunha existir. Nem nos arquivos, nem em obras clássicas sobre o tema ou em pesquisas recentes de autores e autoras especialistas tais documentos foram encontrados. Por outro lado, percorrer rastros é uma busca prazerosa, principalmente quando encontramos fragmentos de informação que permitem a continuidade e a interpretação de um evento determinado, retirando-o do silêncio.

Este sentimento foi expresso por Marc Bloch, ao dizer “*que reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador*”²⁸. É o passo a passo da pesquisa histórica, a maneira como o historiador trabalha. Combater o esquecimento é parte do trabalho do historiador, principalmente numa era de velocidade e novidades constantes e tentativas de grupos políticos em alterar a memória social negando e reinterpretando à sua causa panfletária. No entanto, a alegria proporcionada pela busca pressupõe atender algumas

no Campo denominado "São José" para a construção do novo matadouro, pela quantia anual de 971\$040 réis a razão de três e meio réis por metro quadrado, principiando o pagamento a 25 de julho de 1874". (AGCRJ. "Carnes e matadouros. Documentos variados", 1881-1882. "Contrato de arrendamento de terra", código (54-1-10), p.103.)

²⁷ A expressão aparece em ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública, 1500 a 1889*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP / MEC, 1989. Publicada em 1889, a obra dedica um capítulo as Escola Municipais da Corte. Na página 243, o autor escreve: “*A ideia de ensino profissional avança nos espíritos e tende a se propagar cada vez mais*”, fazendo uma referência a quantidade de escola que passaram a oferecer a modalidade na Corte.

²⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da História. Ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. P. 82.

exigências, que se iniciam com a problematização das fontes. Daí, passa para a escrita e por fim a divulgação dos resultados. Esta reflexão me foi proporcionada por Gondra e Schueller:

“Em linhas gerais, estas são as coordenadas seguidas pelos historiadores e que legitimam esta arte de ‘fazer história’, tão necessária em tempos de esquecimento, situação que se agrava com o crescente bombardeio de informações, muitas vezes desconexas e desarticuladas. Neste sentido, a História é uma forma de combater o esquecimento, e ao mesmo tempo o esforço humano de produzir uma compreensão mais alargada de nossa experiência”²⁹.

O historiador, portanto, é desafiado a ampliar a experiência humana quando divulga seus resultados, que por sua vez vão sendo reconstruídos diante de novas leituras e publicações.

A busca por documentos nas instituições oficiais mostrou que Escola Santa Isabel era de responsabilidade da Câmara Municipal e não do Ministério do Império ou da iniciativa particular do Imperador. As oficinas (ou escolas oficinas, como aparece em obras voltadas ao tema no século XIX) eram o espaço privilegiado para a aprendizagem de um determinado ofício desenvolvido por meio do exercício de observação e prática. Destinada desde sua origem aos filhos dos operários do Matadouro, a Escola Santa Isabel alinhava-se aos debates à época sobre a abolição da escravatura e a inserção dos pobres e libertos (e de seus descendentes) no mundo do trabalho por meio da educação, proporcionando a transmissão de códigos de conduta condizentes com um ideal de operários remunerados³⁰.

No levantamento por fontes, localizei na Hemeroteca Digital duas notícias no *Jornal do Comércio* e o *Jornal Diário de Notícias*³¹. Ambos informam a inauguração da Escola para os filhos dos operários do Matadouro da Imperial Fazenda de Santa Cruz, em 30 de julho de 1886. Voltou à memória a reflexão de E. H. Carr sobre a interpretação das fontes:

“O historiador começa com uma seleção provisória de fatos e uma interpretação também provisória, a partir da qual a seleção foi feita (...). Enquanto trabalha, tanto a interpretação e a seleção quanto a ordenação

²⁹ GONDRA, José Gonçalves e SCHUELLER, Alessandra F. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. P. 9.

³⁰ MATTOS, H. M. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

³¹ Disponíveis integralmente no *Jornal do Commercio* de 1886, edição 222. (Disponível em <http://memoria.bn.br>. Consultado em setembro 2017).

de fatos passam por mudanças sutis e talvez parcialmente inconscientes, através da ação recíproca de uma ou da outra.”³².

Assim, a indagação sobre como a Escola Santa Isabel do Matadouro insere-se nos debates sobre o ensino de ofícios no século XIX conduziu a outros caminhos, rumo à atuação política da Câmara Municipal e da fundação do Matadouro. Isto posto, agora era preciso interpretar, confrontar e, a partir daí produzir a escrita.

Em nova consulta a Hemeroteca Digital localizei uma publicação do Jornal do Comércio de 1886 onde constava na íntegra o Relatório da 19ª Sessão Ordinária de 5 de agosto daquele ano, registrando a Solenidade de Abertura da Escola de Santa Isabel no Matadouro de Santa Cruz e o Relatório da Fundação da Escola de Santa Isabel³³.

Na Solenidade de Abertura, dois discursos merecem destaque. O primeiro fora pronunciado pelo vereador Manoel de Luiz de Moura³⁴, figura política atuante na Câmara Municipal particularmente na área de Educação. E o segundo pelo vereador Dr. Antonio José da Silva Rabello³⁵. Eles falam pela Comissão de Instrução da Câmara Municipal, são os representantes do discurso oficial para a Educação. Na fala de Manoel Luiz de Moura há longos elogios aos atos abolicionistas da princesa Isabel (presente na inauguração, assim como o Imperador D. Pedro II), que havia comemorado seu aniversário um dia antes, concedendo 60 Cartas de Alforria no Paço Municipal. Já Antônio José da Silva Rabello, fez analogias entre a libertação dos escravos e a inauguração da Escola. Rabello apresenta a Escola Santa Isabel como a transmissora de cultura e de conhecimento cultural. Em sua fala é evocado um futuro onde os ex-escravos seriam não apenas livres, mas operários: a educação seria o fio condutor

³² CARR, p. 19.

³³ Disponíveis integralmente no Jornal do Commercio de 1886, edição 222. (Disponível em <http://memoria.bn.br>. Consultado em setembro 2017).

³⁴ Manoel Luiz de Moura era médico e professor de instituições privadas de ensino no Município da Corte. Foi eleito vereador nas eleições de 1882. Na sessão de 11 de janeiro de 1886 da Ilustríssima Câmara Municipal, foi eleito membro em duas comissões, a de Saúde e Praças, com 9 votos e a Comissão de Instrução, com 10 votos. No Relatório do Lyceu de Artes e ofícios da Sociedade Propagadora das Belas Artes, apresentado em 1872, consta o nome de Manoel de Luiz de Moura, como professor de Português. Ele defendeu sua tese de doutorado em medicina em 1872. O título da tese foi “*Ciências Médicas – Descrição, ação filosófica e terapêutica do antimônio e seus preparados; modos de administração e doses*”. Foi ainda professor substituto no Imperial Colégio de Pedro II. De acordo com a propaganda no Jornal Diário de Notícias referente a Companhia Industrial de Carvão e Lenha, era membro do Conselho Fiscal desta. (Disponível em Jornal do Comércio, 1882. Edição 215; Brasil, *Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) – 1832 a 1888*. BN Digital e Diário de Notícias, 18 de fevereiro de 1891. Acesso em setembro de 2017).

³⁵ Exerceu mandato na Câmara Municipal entre os anos de 1883 a 1887. Foi 1º secretário da Sociedade Médica do Rio de Janeiro entre 1879 e 1880 (Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro – 1880).

entre os dois processos. Esta proposta seria corroborada, nas palavras dele, ao ato de inauguração da Escola Santa Isabel nas dependências do Matadouro.

A profissionalização do Ensino teve um crescimento vertiginoso no Império nos anos 1870 e 1880. A quantidade de instituições que vinham se reproduzindo pela Corte, tanto pela ação do Estado, quanto de iniciativas particulares, como demonstra a documentação apresentada aqui e discutida na historiografia recente, apontam para crescimento da modalidade ensino profissional. Com base nos dados disponíveis, refleti sobre como a Escola Santa Isabel dialogava com esse contexto de instituições para o mundo do trabalho dentro de empresas na Cidade Corte. Iniciei a escrita da dissertação realizando um levantamento sobre a educação para o trabalho na historiografia, nas publicações de teses e dissertações mais recentes, tentando interpretar essa modalidade de ensino, o que me permitiu reunir vestígios para cruzar informações entre a historiografia e a documentação.

Na historiografia recente, as obras que diretamente me auxiliaram propondo reflexões foram *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil Escravocrata*, de Luiz Antônio Cunha³⁶, e a tese de doutorado de Adriana Beaklini, *Da escola nas oficinas à oficina como escola: sujeitos, circulação e apropriação de modelos de educação profissional na Estrada de Ferro D. Pedro II (1882-1906)*³⁷.

A primeira não trata especificamente das escolas profissionais em áreas periféricas como a Imperial Fazenda. No entanto, algumas questões são bastante pertinentes para este trabalho. Segundo Cunha,

“As instituições focalizadas [*de ensino de ofícios*] surgiram a partir de diferentes iniciativas, ora de associações civis, ora do próprio Estado, ora, ainda, do entrecruzamento de ambas. Surgiam da providência do ministro do Império, de presidentes de província, de assembleias provinciais legislativas. Resultavam, também, de iniciativas de sociedades constituídas de particulares, em geral membros da burocracia do Estado (civil, militar e eclesiástica), da nobreza e da burguesia latifundiária e mercantil. Em todas as iniciativas, o Estado

³⁶ CUNHA, Luiz Antonio. *O Ensino De Ofícios Artesanais E Manufatureiros No Brasil Escravocrata*. Fundação Editora da UNESP.

³⁷ BEAKLINI, Adriana Valentim. *Da escola nas oficinas à oficina como escola: sujeitos, circulação e apropriação de modelos de educação profissional na Estrada de Ferro D. Pedro II (1882-1906)*. Orientadora: Ana Chrystina Venancio Mignot Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2018. 254 f.

marcava sua forte presença, se não na instituição, direção e manutenção das escolas de ofícios, pelo menos na transferência dos indispensáveis recursos financeiros”³⁸.

No caso da tese de Beaklini, o estudo de caso de uma instituição dentro das dependências da Estrada de Ferro D. Pedro II para formação profissional dialogava diretamente com a minha proposta. Por toda a tese a autora faz menção à Escola Mixta do Imperador na Fazenda de Santa Cruz. Ela apurou elementos que iam desde os debates de intelectuais sobre a educação profissional ao processo de escolarização profissional como aquela se inseriria os escravizados na civilização brasileira. No seu objeto de pesquisa, a autora constatou que as escolas que funcionavam na ferrovia D. Pedro II eram experiências próprias da empresa ferroviária, não fazendo parte das escolas mantidas pelo Imperador, ou das controladas pelo Ministério do Império ou ainda da rede educacional da Câmara Municipal da Corte. Ao tratar da relação do tema de sua pesquisa e a educação profissional no século XIX, Beaklini observa:

“A redefinição do conceito de trabalho tinha como ponto de referência o enquadramento tanto dos egressos da ordem escravista, os libertos, como também dos pobres. Portanto, foi a educação profissional destinada para atender às classes populares, às classes pobres, aos desvalidos, órfãos, abandonados, em suma, os desfavorecidos da fortuna. As propostas, naquele momento, estavam impregnadas de valores da época e de orientações ideológicas, explicitando as angústias acerca da moralização das classes operárias, devido ao exemplo dos conflitos e organização operária no Velho Continente que cada vez mais consolidavam o receio de que o mesmo acontecesse no país. A partir das ideias de promoção da regeneração nacional, do progresso intelectual, moral e econômico da nação, a expansão da instrução para formação do cidadão, se fez necessária para aumentar o apreço pelo trabalho manual, para uma qualificação em uma profissão, moralizando a classe operária que se constituía no capitalismo que se consolidava, evitando a desordem e a anarquia. Neste pano de fundo, a educação profissional se desenvolvia. A escola deveria ser prática e destinada à formação para uma profissão.”³⁹.

³⁸ CUNHA, Luiz Antonio. *O Ensino De Ofícios Artesanais E Manufatureiros No Brasil Escravocrata*. Fundação Editora da UNESP. P. 109

³⁹ BEAKLINI, Adriana Valentim. *Da escola nas oficinas à oficina como escola: sujeitos, circulação e apropriação de modelos de educação profissional na Estrada de Ferro D. Pedro II (1882-1906)*. P. 220.

A Escola Santa Isabel do Matadouro não fez parte dos debates na tese da autora. Mas o contexto histórico e o recorte temporal de sua pesquisa deram contribuições significativas aos debates sobre educação, trabalho e escola.

À procura de fontes, consultei obras do século XIX. Em *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*, de José Ricardo Pires de Almeida⁴⁰, o autor descreve um quadro geral sobre as escolas da Capital da Corte e cita a Escola Santa Isabel do Matadouro ao tratar das escolas fundadas pela Câmara Municipal. Pires de Almeida a denomina Escola de Matadouro de Santa Cruz, confirmando sua existência nos círculos dos defensores intelectuais no século XIX e o fato de ser voltada para a formação profissional dos filhos dos operários, que dariam continuidade aos ofícios de seus pais. Segundo Pires de Almeida:

“A criação da escola de Matadouro de Santa Cruz deveu-se aos esforços do Dr. João Pereira Lopes, então vice-presidente da Câmara Municipal. (...) A ideia de ensino profissional avança nos espíritos e tende a se propagar cada vez mais. Ultimamente, em setembro de 1888, o Dr. José Ferreira Nobre⁴¹, presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, propôs a introdução deste ensino nas escolas municipais de São Sebastião e São José⁴²”.

Era a primeira menção à Escola sendo feita por um dos principais defensores do ensino profissionalizante no final dos Oitocentos. Pires de Almeida afirma existir uma tendência para criação de escolas profissionais no Brasil (na Corte, em particular). Na descrição, Almeida ignora o fato de Escola ser mista, isto é, dedicada a meninos e meninas, silenciando assim as mulheres que estavam presentes, mas recebendo outras formas de profissionalização na educação do século XIX. O caso da Escola Mixta Imperial confirma as questões de gênero envolvendo o trabalho e a educação na Fazenda de Santa Cruz.

A construção de uma pesquisa documental é um trabalho, como já mencionei, por vezes, decepcionante. A relação do meu trabalho profissional (escassez de tempo) e os prazos, impuseram-me limites consideráveis. Ginzburg observa que “*o nosso conhecimento do passado*

⁴⁰ Médico e jornalista, exerceu vários cargos públicos, nem todos ligados à área da saúde. Escreveu sobre os mais diversos assuntos e em distintos gêneros: da medicina à arquivística; de tratados acadêmicos a peças de teatro. (citado em Cunha, Página 177).

⁴¹ João Ferreira Nobre também foi o responsável pela transferência do Matadouro para Santa Cruz. Nas informações do memorialista Benedicto de Freitas, consta que o presidente da Câmara havia proposto a criação de uma Escola de Agronomia na Fazenda de Santa Cruz.

⁴² ALMEIDA, p. 243.

é inevitavelmente incerto, descontínuo, lacunar: baseados numa massa de fragmentos e de ruínas”⁴³.

Apesar das dificuldades, da documentação reunida foi possível dar atenção especial aos trabalhadores e seus filhos (alguns ex-escravos, recém cidadãos, outros imigrantes, todos pobres), conseguindo projetar um olhar mais sensível para o processo ao perceber que esses sujeitos entrelaçavam a sua própria história com a do Matadouro e a da escola (e a educação de maneira geral). Por exemplo, numa citação do memorialista Benedicto de Freitas, consta que a Escola seria inicialmente instalada numa das casas da vila operária⁴⁴, da qual ainda existem e ainda são utilizadas como domicílio. É a única referência do tipo, pois todas as demais fontes citadas nesta dissertação informam o funcionamento da Escola Santa Isabel no Palacete do Matadouro. Embora a escola existente antes da fundação da Escola Santa Isabel, sob a responsabilidade da Câmara Municipal, estivesse em funcionamento.



Figura 4: Rua do Matadouro⁴⁵

⁴³ GINZBURG, C. *Descrição e citação*. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. P. 40.

⁴⁴ FREITAS, B. p. 83.

⁴⁵ As duas vilas foram construídas para os trabalhadores do Matadouro e suas famílias. Foto disponível em <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/posts/1004364092953269/> (Acesso em maio de 2019).



Figura 5: Antiga Vila Operária do Matadouro⁴⁶.

A escola municipal da Fazenda de Santa Cruz sob responsabilidade da Câmara Municipal funcionou ali por algum tempo, tendo mais de 40 alunos. Na Figura 3 é possível ver a dimensão espacial das casas que foram adaptadas para funcionar como escolas para meninos. Para evitar que temas correlatos fugissem da proposta da pesquisa, decidi o recorte apenas ao momento da inauguração da Escola em 1886 até 1889, quando o Império é derrubado e a gestão municipal passa por reformulações do Regime republicano. No entanto, por meio de documentação que se estendem a 1926 sabemos que a Escola Santa Isabel teve o seu nome alterado para Escola Municipal Estados Unidos da América. A mudança do nome da escola realizada em ato solene ocupou espaço de debate na Câmara Municipal, com a criação de leis para ratificar a importância da mudança, apresentando os novos alinhamentos do regime republicano, que não adentraremos nesta dissertação. De toda forma, consideramos bem apropriada a reflexão de Gondra e Schueller ao observar a educação no âmbito da construção nacional diretamente associada a ideia de Brasil, cabendo a escola este papel, mas não se restringindo exclusivamente a ela⁴⁷.

Além de lidar com lacunas de informação, é necessário problematizar e refletir sobre as fontes, sobre quem as produziu, as ideias e os discursos contidos na fala, que caracterizam a

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ GONDRA e SCHUELLER, p. 11.

subjetividade dos relatos. Para suprir essas lacunas, o cruzamento de informações de fontes de origem e contextos de produção diversos é essencial.

1.1 Em Defesa do Ensino Técnico

Um importante esclarecedor na produção da pesquisa – reunião, classificação e organização da documentação foi Ginzburg, pois indicou-me uma perspectiva metodológica muito pertinente, o paradigma indiciário. Ginzburg, ao analisar o ofício de três personagens – Morelli (especialista na história da arte), Sherlock Holmes (um investigador criminal de histórias ficcionais de suspense) e de Freud (psicanalista) – salienta paralelos com o ato da pesquisa histórica: a importância das pistas deixadas, os vestígios e os indícios⁴⁸. O investigador criminal, partindo de um delito qualquer, refaz, de acordo a natureza do seu ofício, os caminhos para se chegar a quem o praticou e o porquê. O médico, analisando os sintomas do paciente, investiga por meio de exames clínicos, somando-se o relato qual diagnóstico e o tratamento corretos. O pesquisador que tem como objetivo analisar um determinado item de estudo, se utiliza dos vestígios que são deixados ao longo do tempo. Esses vestígios são chamados de fontes, que vão fornecer suas pistas para a sustentação de suas conclusões.

O conhecimento do crítico de arte, do policial, do médico, assim como do historiador é indireto e proporcionado pelos “sintomas”, detalhes, ou, no caso particular do historiador, pelo documento. Na pesquisa histórica, as fontes possibilitam que interpretações do passado possam ser construídas, porém o objeto em si é subjetivo, por isso, à luz do nosso presente sobre o passado, construímos versões de um determinado evento analisando-os e contrapondo-os com outras pesquisas.

Para interpretar a história da Escola Santa Isabel, a micro-história foi a abordagem escolhida. No campo das interpretações conceituais adotamos como instrumental analítico as categorias de Experiência e Paternalismo apresentadas nas obras de Edward P. Thompson para dialogar com as fontes.

⁴⁸GINZBURG, C. (1989). *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 143- 180.

A historiografia brasileira reconhece as contribuições de Thompson para a história do trabalho e da educação. As práticas socioculturais, as experiências, os costumes, as lutas por emancipação entre outros, são categorias de análise fornecidas pelo autor.

Os conceitos de Experiência e Paternalismo foram analisados a partir de textos publicados em *Costumes em Comum* e em *Os Romântico. A Inglaterra na Era Revolucionária*. Logo no início do capítulo Educação e Experiência em *Os Romântico*, Thompson pondera:

“Toda educação que faz jus a esse nome envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze pensa no material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes de educação. Mas, na educação liberal de adultos, nenhum mestre provavelmente sobreviverá a uma aula — e nenhuma turma provavelmente continuará no curso com ele — se ele pensar, erradamente, que a turma desempenha um papel passivo. O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo”⁴⁹.

O conceito remete ao reconhecimento dos indivíduos que, a partir de seus costumes próprios, constroem e alargam a realidade social. Schueler comenta: “Para ele [Thompson], a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”⁵⁰.

A Experiência como categoria de análise permite observar dentro do processo histórico a relação social construída por indivíduos (homens, mulheres, crianças) em condições comuns e vivenciadas juntas, dentro de uma mesma realidade social. O conceito de Experiência permite observar nas fontes os sentimentos e os anseios articulados de um determinado grupo social. Isto agregou à historiografia um olhar para “os de baixo” não apenas como receptores da

⁴⁹ THOMPSON, E. P. *Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Tradução: Sérgio Moraes Rêgo Reis, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. p. 13.

⁵⁰ SCHUELER, A. *Educação, Experiência e Emancipação: Contribuições de E. P. Thompson Para A História Da Educação*. In: – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 12, Nº 18/2014. (Acessado em julho de 2019). p.105.

erudição e normas impostas pelas elites dominantes, mas produtores de costumes e culturas próprios⁵¹.

As ações paternalistas podem ser compreendidas nas ações dos governantes em consolidar um conjunto de relações entre receptores e doadores estabelecidos na concessão da “benesse”, na caridade, onde submetia-se o receptor à fidelidade ao doador⁵². Entretanto, como observar Ana Luiza Jesus da Costa, o historiador deve ter cuidado ao adotar o termo paternalismo. Deve atentar-se quanto às suas práticas e deferências, pois a prática está longe de ser uma homogênea, independente da sociedade ou época⁵³.

Em todo processo histórico abordado nesta pesquisa ocorreram divisões entre os grupos sociais abordados (governantes e os governados. Altos funcionários do Matadouro e os da baixa posição nos ofícios). Por meio das fontes é possível perceber os conflitos em que identificamos as ações paternalistas. Entretanto, as reivindicações por parte dos trabalhadores do Matadouro, professoras da Escola e moradores da Fazenda nos permitem perceber o tipo de paternalismo presente na Fazenda de Santa Cruz dos anos 1880, ou seja, as nuances da visão de mundo dessa sociedade e seus agentes sociais.

Adotando esses instrumentais analíticos – Experiência e Paternalismo – foi possível observar que os projetos para a educação na Fazenda de Santa Cruz constituíram um complexo campo de luta do Rio de Janeiro oitocentista, longe de haver um vazio cultural nas relações entre os operários e a Câmara Municipal, mesmo sendo a Fazenda geograficamente uma região distante, pois ela era pertencente à Cidade Corte, propriedade da Família Imperial, com processos históricos próprios, porém correlacionados ao contexto maior do Rio de Janeiro enquanto capital da Corte e do Brasil Império. Logo, os operários do Matadouro, seus filhos e as professoras da Escola Santa Isabel são reconhecidos como produtores de cultura, com demandas, modos de agir, fazer e pertencer próprios.

Na busca por vestígios para a elaboração da pesquisa, deparei-me com uma notícia breve, que informava sobre a criação de uma escola, pela Câmara Municipal, para os filhos dos operários do Matadouro de Santa Cruz.

⁵¹ SCHUELER, A. p. 118.

⁵² POPINIGES, F. *Proletários de casacas: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. p. 57.

⁵³ DA COSTA, Ana Luiza Jesus. *O Educar-se das Classes Populares no Rio de Janeiro Oitocentista* (Locais do Kindle 2186-2187). Paco e Littera. Edição do Kindle.

“Aos trinta dias do mês de Julho do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e oitenta e seis, sexagésimo quinto da Independência do Brasil, pelas 12 $\frac{3}{4}$ horas da manhã, no Edifício do Matadouro, no Curato de Santa Cruz, nas Augustas Presenças de Sua Majestade O Imperador, da Ilustríssima Princesa Imperial e seu consorte o senhor Conde D’Eu, de pessoas gradas e de grande número de cidadãos, depois de ter o Reverendo padre Provincial da ordem dos franciscanos Frei João do Amor Divino Costa procedido a benção da sala destinada a Escola de Santa Isabel criada por deliberação da Ilustríssima Câmara de quinze do corrente mês e ano, e inaugurada na solenidade de vinte e nove do corrente por ocasião da quinta libertação de escravos; a Ilustríssima Câmara desta Mui Leal e Heroica Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro (...)”⁵⁴.

O estabelecimento de unidades escolares nas dependências de empresas, no Rio de Janeiro, no século XIX, contempla diferentes abordagens. Consideramos aqui que seu dinamismo único só é mais apropriadamente analisado quando reduzimos a escala de observação para chegar às respostas esperadas. A História Social compreende como o objeto de estudo o próprio ser humano, contemplando sua interação entre os diversos grupos sociais do qual possa ser membro, ou dialogar. É um fazer histórico onde se problematiza o papel da ação humana na história realizando a religação dos saberes nos remetendo a uma ideia de síntese, privilegiando durações mais curtas⁵⁵.

As décadas finais do século XIX foram permeadas por alterações na economia mundial e na brasileira. Alguns intelectuais perceberam as novas conjunturas e trataram de refletir sobre o papel da educação diante desse novo contexto. Os debates contemplavam o papel do Estado Imperial, a sociedade brasileira e a economia. O que se discutia nessa produção intelectual era a própria ideia de Brasil, projetos de nação, sendo a educação escolar elemento fundamental na construção da ideia e civilização brasileira⁵⁶.

O Brasil era um país monárquico, heterogêneo, com configurações sociais bem peculiares e permanência de escravizados negros, tendo a existência da escravidão por mais de

⁵⁴ AGCRJ. Autos de Inauguração da Escola de Santa Isabel no edifício do Matadouro no curato de Santa Cruz. Ilma. Câmara municipal, 1886 e da inauguração da enfermaria de Santa Thereza no mesmo matadouro. Códices 54.1.9b.

⁵⁵ CASTRO, H. *História Social*. In CARDOSO, C.F. e VAIFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

⁵⁶ GONDRA e SCHUELLER, p. 19.

três séculos. Havia ainda outras tantas gamas de excluídos social e economicamente. Diante desse quadro, a escolarização pensada por alguns desses intelectuais deveria atuar no sentido de propiciar e desenvolver o espaço escolar como um local singular onde a instrução de crianças e jovens seria uniformizada por meio dos conteúdos e da profissionalização, todavia, mantendo a estrutura social, diminuindo a possibilidade de conflitos sociais, além de conduzir a sociedade ao ideário de civilização. À Escola caberia uma forma de inclusão, mas cada segmento em “seu devido lugar”, diante da hierarquia dos novos cidadãos.

“Ao mesmo tempo que buscava governar, o Estado revalidava e estabelecia hierarquias e distinções sociais marcadas pela criação de instituições educacionais destinadas a públicos distintos, como foi o caso do Imperial Colégio Pedro II e dos cursos superiores de Medicina e Direito, por exemplo.”⁵⁷

Oferecer instrução a todos os segmentos sociais, em todas as regiões, das capitais a áreas periféricas fez parte de alguns dos projetos do Estado Imperial, de sua idealização de sociedade. Sociedade esta, como pontua Mattos, segmentada na concepção da época por “*três seguintes classes: a dos brancos e sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se chama a boa sociedade; a do povo mais ou menos miúdo; e finalmente a dos escravos*”⁵⁸. Os escravos, apesar de serem proibidos por Lei, estavam ali, inseridos nas instituições escolares, como atesta vasta documentação, como também as crianças em ensinos noturnos. Nos debates sobre o fim da escravidão e a extensão de direitos aos forros, a modalidade de ensino profissional aparecerá como instrumento a este fim. Escolas ensino profissional aparece ao mesmo tempo como um instrumento de controle social e direito exigido e requerido por segmentos de trabalhadores livres e forros.

Eliane Peres, na obra *Os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)*, observou que nos cursos noturnos no Rio Grande do Sul foi possível observar o papel dos sujeitos que o frequentavam fora da sala de aula e a atuação das elites em “proporcionar” tais benesses:

“os cursos noturnos não foram somente iniciativa das elites econômicas, políticas e intelectuais com o intuito de inculcação ideológica. Há que considerar a pressão das massas populares por

⁵⁷GONDRA e SCHUELLER, p. 29.

⁵⁸MATTOS, I. R. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994. P. 126.

educação, as iniciativas de organização escolar dos próprios trabalhadores e os cursos noturnos como espaços contraditórios de formação e de oportunidades de organização”⁵⁹.

Alessandra Schueller e Irma Rezzini, analisando a Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893), constataram que a presença de crianças no ensino noturno crescia mediante a retirada por parte de seus responsáveis legais quando elas aprendiam a ler, escrever e a contar, o essencial para a colação e para o emprego no comércio. Isto porque elas eram desde cedo destinadas ao aprendizado de ofícios ou ao serviço doméstico. Com isto, crescia procura por ensino noturno por crianças, mesmo sendo contra as leis⁶⁰.

Para o povo “mais ou menos miúdo” (brancos livres pobres, homens negros, livres e libertos), a escolarização se restringia a de primeiras letras, onde ensinava-se a ler, escrever e contar. O ensino secundário seria uma preparação para se ingressar nos cursos superiores do Império. O superior era a restrito a elite nacional, excluindo a maior parte da população⁶¹. A modalidade profissional foi acolhedora do homem e, - posteriormente, da mulher – pobre, a quem era oferecida na esfera doméstica, em oficinas, arsenais militares e em empresas, onde o ofício será apreendido no espaço do próprio trabalho. Todavia, com os projetos de construção da nação no século XIX, pensava-se também o ensino de ofícios. Nas primeiras leis do ainda recém Estado Imperial, evidencia-se o papel do ensino profissional em debate.

A constituição de 1824, primeira constituição do Brasil independente, garantia como direito a instrução primária a todos os cidadãos⁶².

Na Lei de 15 de outubro de 1827⁶³, conhecida como Lei Geral de Ensino, exigia-se a obrigatoriedade de criar escolas de primeiras letras. No Art. 11 é mencionado a criação de escolas para meninas em cidades e vilas populosas. No Art. 12 diz que deve ser estendido às meninas as “prendas que servem a economia doméstica”, mas não trata de mais nada

⁵⁹ PERES, Eliane. *Templos de Luz. Os cursos noturnos masculinos da biblioteca pública Pelotense*. Pelotas, Seiva Publicações, 2002. P. 94.

⁶⁰ SCHUELLER, A. e REZZINI, I. *Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893)*. P. 100.

⁶¹ GONDRA e SCHUELLER, p. 82.

⁶² Parágrafo XXXII do artigo 179, TÍTULO 8º -Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm (Acesso em maio de 2019).

⁶³ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-norma-pl.html (consultado em setembro de 2018).

relacionado a questão de outras formas de trabalho, como que para atividades comerciais ou manufaturas.

A Reforma Leôncio de Carvalho (Decreto Nº 7.247, de 19 de abril de 1879), pretendia mexer nas estruturas do Ensino Primário, Secundário e Superior no Município da Corte e em todo o Império. No Art. 8º, §9, introduzia-se

“escolas profissionais, e escolas especiais e de aprendizado, destinadas, as primeiras a dar a instrução técnica que mais interesse as indústrias dominantes ou que convenha criar e desenvolver, e as segundas ao ensino prático das artes e ofícios de mais imediato proveito para a população e para o Estado, conforme as necessidades e condições das localidades”⁶⁴.

Na segunda metade do século XIX, a discussão sobre vadios e desocupados ganhou fortes contornos em virtude da conjuntura social. O fortalecimento da campanha republicana, da mudança na força de trabalho, da abolição da escravatura e o fortalecimento das estruturas capitalistas de produção proporcionaram uma esfera social de controle em relação à ordem social.

Marinho de Azevedo nos propôs uma bela reflexão sobre o medo associado a figura do negro, tido como instável e perigoso por estar alheio às normas de uma sociedade civilizada, educada. A escola e o trabalho proporcionariam o controle que se exigia (por parte dos brancos) sobre “vadios e desocupados” da sociedade Oitocentista⁶⁵. Na iminência da abolição, os ex-escravizados estariam numa condição de total despreparo. A autora salienta sobre o imaginário das elites sobre essas pessoas e observa que o discurso sobre o papel da escola, particularmente a educação para o mundo do trabalho, seria uma forma de inseri-los e mantê-los atuando nas atividades braçais, o que dificultaria uma desvirtuação moral e uma inclinação para a vadiagem.

“A preocupação com a educação estava de fato muito relacionada com esta questão de formação de uma população trabalhadeira ou de “bons cidadãos”, cômicos de sem “deveras” para com a sociedade. (...). Esta ênfase quanto à educação profissional e ética do menor pobre torna a aparecer em duas propostas debatidas em 1880. Uma delas partia de

⁶⁴ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1879, Página 196 Vol. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> (Consultado em setembro de 2018).

⁶⁵ AZEVEDO. C.M.M. *Onda negra, medo branco: o medo no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. P. 253.

uma petição de um particular que se propunha a organizar uma companhia agrícola mediante auxílio pecuniário do governo provincial. Quanto à força de trabalho necessária, não haveria maiores problemas, já que eram numerosos os meninos órfãos, nacionais e estrangeiros, maiores de doze anos, que trabalhariam em troca de abrigo e no futuro estariam preparados para desempenhar bem o papel de “cidadãos úteis à sociedade”⁶⁶.

O ensino de ofício e sua propagação não se explica apenas no interior da sociedade brasileira oitocentista com seus temores e distúrbios. Havia uma tendência mundial, onde a profissionalização da força de trabalho inseria-se num contexto econômico maior, o da mundialização do capitalismo e do ingresso do Brasil neste processo. Chamom e Goodwin analisando o movimento do capitalismo no século XIX, mais especificamente as transformações na força de trabalho do momento, perceberam como o Brasil dialogava com essa conjuntura. Eles denominam de mundialização do capitalismo o processo econômico:

“o processo que transformou o capitalismo industrial burguês, característico da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, num sistema mundial, atingindo e envolvendo países e povos em todos os continentes do planeta, integrando a economia mundial numa escala sem precedentes. Se é o fluxo de capitais financeiros, investimentos e negócios que caracteriza esse sistema, se é a produção industrial em larga escala que o sustenta, são os artefatos tecnológicos que lhe dão visibilidade, tornando-se os sinais visíveis dessa civilização. E, como tais, foram esses artefatos tecnológicos, além de hábitos culturais como vestimentas e modas, os principais elementos buscados pelas sociedades da periferia do sistema para assinalar sua identificação com as sociedades capitalistas centrais.”⁶⁷

O reflexo dessa inserção brasileira dá-se na instalação de indústrias e o acelerado crescimento urbano no período.

Tomando os números de Chamom e Goodwin como referência, entre 1880 e 1884, cerca de 150 indústrias foram criadas no Brasil Império. De 1885 a 1889, o número aumentou para 248, no total 636 estabelecimentos industriais. A região centro-sul foi a mais beneficiada com

⁶⁶ *Ibid*, 1987. P. 132.

⁶⁷ CHAMOM, C. S. e GOODWIN JR, J. W. “A incorporação do proletariado à sociedade moderna”: a Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 319-340.

este aumento⁶⁸. Condições econômicas como esta abrasaram as discussões sobre a capacitação da força de trabalho, pois capacitar o trabalhador (e a trabalhadora) permitiria disponibilizar uma oferta de operários e em número suficiente para garantir a produção e ainda a qualificação profissional (técnica)⁶⁹diante dessa nova conjuntura.

Ações diversas estreitamente ligadas ao campo da educação profissional ocorreram. A criação de escolas profissionais em número acelerado, foi percebida e defendida pelos intelectuais do século XIX. Pesquisadores hodiernos que atentaram o olhar para o tema e diálogo a esta nova etapa do capitalismo. Busquei então identificá-los na historiografia, com o objetivo de compreender como as escolas profissionais, instituídas nas últimas décadas do Império, foram discutidas por eles.

Analisei então duas obras de defensores do ensino técnico no século XIX atentando para como a discussão sobre as dinâmicas econômicas, as transformações sociais no mundo do trabalho e o papel da escola estavam em suas análises, é o que apresentaremos a seguir.

1.2 O Ensino Técnico nos Debates Intelectuais

Uma larga literatura emergiu na segunda metade do século XIX elaborada por intelectuais abordando a necessidade em se estimular no Brasil o crescimento de escolas que proporcionassem a formação para o trabalho nas fábricas (e trabalhos manuais da indústria de maneira geral). Dedico-me neste subitem a abordar o pensamento sobre a educação profissional em duas obras, *Officina na escola*, de José Ricardo Pires de Almeida, de 1886 e *O Ensino tecnico no Brasil*, de Tarquínio de Souza Filho, de 1887. A contemporaneidade dessas obras em relação a fundação da Escola Santa Isabel, de 1886, permitiram-me debater as rupturas e continuidades sobre o tema ensino profissional, inclusive, por meio da circulação das ideias e da fundação de instituições. As obras abordam exclusivamente o tema instrução profissional e por isso são extremamente úteis à proposta desta pesquisa além de não apenas citar, mas adotar como modelo a escola do Imperador D. Pedro II, fundada na Fazenda de Santa Cruz em 1885. Assim, a Fazenda é posta dentro desse debate, relacionando-a ao contexto maior.

⁶⁸ *Ibid*, p. 321.

⁶⁹ CHAMON e GOODWIN JR., 2012, p. 323

Reconheço e reforço que cada uma delas em si, isoladamente, seriam dignas de um trabalho muito mais apurado e com muitos outros *insights*. Mas o que pretendo aqui é apenas observar como esses autores investigaram o ensino profissional, e como suas observações me permitirão relacionar à Escola Santa Isabel.

Os autores selecionados abordaram de forma diversa o tema educação profissional, mas em ambos é possível pontuar a importância da instrução em ambientes formais (e consequentemente da escola) como uma instituição que modificaria a sociedade e o trabalho, considerando ainda a consciência que tinham sobre a forte herança escravista nos ofícios. “A questão da educação do povo, do ponto de vista dos intelectuais do Império brasileiro, não pode ser entendida separadamente da questão da escravidão”⁷⁰.

As obras concordam que as relações escravistas de produção eram um empecilho ao estabelecimento do capitalismo no Brasil de seu tempo, por isso apresentam uma leitura robusta sobre os eventos que ocorriam nos países centrais da Europa e nos EUA e usam esses dados para comparar e propagar suas teses quanto ao papel que a educação deveria assumir no Brasil.

O objetivo da obra *Officina na Escola* de Pires de Almeida ⁷¹ é dissertar sobre a implantação de oficinas nas escolas particulares do Imperador D. Pedro II⁷². É interessante notar o nome completo da obra – “*Officina na Escola: o ensino profissional posto em prática nas escolas particulares de sua majestade o imperador*”. As duas escolas apresentadas na obra de Pires de Almeida são mantidas pelo Imperador, o que legitima a obra, pois o autor associa esse tipo de iniciativa ao monarca brasileiro. No alto da capa, Pires de Almeida indica que o estudo abordado ali é dedicado à princesa imperial, o que permite vincular sua circulação na alta corte,

⁷⁰ Cunha, Luiz Antonio. *Ensino De Ofícios Artesanais E Manufatureiros No Brasil Escravocrata*. Fundação Editora da UNESP. p. 145.

⁷¹ Pires de Almeida “foi jornalista, teatrólogo, médico, arquivista da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, adjunto, arquivista e bibliotecário da Inspetoria Geral de Higiene e membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Colaborou ainda para diversos jornais como Província de São Paulo, Correio Paulistano, Diário do Rio de Janeiro, Gazeta de Notícias, Jornal do Comércio, dentre tantos outros. Além de publicar muitos livros, entre eles História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889), L'agriculture et les industries au Brésil, A Escola Byroniana no Brasil, Esgoto das matérias fecais nos subúrbios, L'instruction publique au Brésil, Paralelo entre duas escolas históricas: francesa e alemã, Aplicação da eletricidade à terapêutica, Medicação anestésica do aparelho da visão e Higiene Moral – homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro)”. (Citado em BEAKLINI, A. V. *Da escola nas oficinas à oficina como escola: sujeitos, circulação e apropriação de modelos de educação profissional na Estrada de Ferro D. Pedro II (1882-1906)*. p. 56).

⁷² Aqui a referência são as escolas mantidas pelo imperador D. Pedro II, com seus recursos próprios, enquadrando-se na categoria de escola particular: A Escola Imperial da Quinta da Boa Vista e a Escola Mixta Imperial de Santa Cruz, fundadas em 1882 e 1885, respectivamente. São diferentes das oito escolas do Imperador, gerenciadas pela municipalidade e com recursos privados, fundadas na década de 1870 (ver BEAKLINI, A. V. *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz: uma proposta de educação pelo trabalho do Imperador D. Pedro II (1885-1889)*. Dissertação de Mestrado. UNIRIO: Rio de Janeiro, 2012.

junto aos membros da Família Imperial. A obra é lançada no aniversário da princesa Isabel, 29 de julho de 1886.

Pires de Almeida não é conhecido por esta publicação e sim pela *Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. Esta obra foi primeiro publicada em francês, no ano em que a monarquia foi derrubada. O propósito foi demonstrar os avanços da instrução pública no Brasil, uma espécie de vitrine para os países europeus, a fim de legitimar a posição do país junto aos países centrais da Europa. Há menção à Escola Mixta Santa Isabel e as iniciativas da Câmara Municipal. A informação mais pertinente está no trecho que se diz:

“A ideia de ensino profissional avança nos espíritos e tende a se propagar cada vez mais. Ultimamente, em setembro de 1888, o Dr. José Ferreira Nobre, presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, propôs a introdução deste ensino nas escolas municipais de São Sebastião e São José⁷³”.

Em 1889, ano de publicação da *Instrução Pública no Brasil*, Pires de Almeida indica um aumento na modalidade ensino profissional no Rio de Janeiro pela iniciativa da Câmara Municipal. Mas é na obra *Officina na Escola*, publicada três anos antes que se dedica ao tema de qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Pires de Almeida faz elogiosos reconhecimentos a ação do imperador D. Pedro II, atribuindo a ele o pioneirismo na instalação de oficinas em escolas elementares. Para o autor, a ação indicava que o imperador era um visionário, pois percebeu a emergência em propagar a instrução pública procurando difundir-la a todas as camadas, isto era característica do projeto imperial na execução do progresso da civilização.

“Reconhecendo o quanto é da mais urgente necessidade difundir-se o ensino profissional, S. M. o imperador cogitou nos meios de exemplificar pela prática as vantagens que podem tirar-se das escolas oficinas, em as quais – de par com o ensino primário – estivessem ofícios que denominassem maior aplicação de inteligência, ou – para melhor – que enobrescessem e levantassem o nível moral do aluno.”⁷⁴

⁷³ ALMEIDA, p. 243.

⁷⁴ PIRES DE ALMEIDA, J. *Officina na Escola: o ensino profissional posto em prática nas escolas particulares de sua majestade o imperador*. Rio de Janeiro: Lombaerts e Comp., 1886. P. 20.

Para Pires de Almeida, a eficácia destes modelos estava no fato de romper com o que considerava como os limites da instrução, apenas formação literária e artística e colocava sob o mesmo teto a “teoria e a prática”, tornando este tipo de ensino mais útil. Para ele, as duas instituições particulares do imperador eram modelos que deveriam ser espalhados por todo o país, principalmente nas capitais.

A iniciativa da implantação das oficinas em escolas elementares por D. Pedro II não poderia ser confundida com o método de Froebel e Pestalozzi, segundo o autor. O primeiro

“idealizou o primeiro jardim de infância, onde, desenvolvia atividades pedagógicas através de elementos fundamentais como jogos e brincadeiras. Fundou o Instituto de Educação Intuitiva para a Autoeducação. Neste local, a criança poderia descobrir sua essência divina e suas reais potencialidades, ou seja, teria a possibilidade de desenvolver suas habilidades e expressar de maneira intuitiva seu interior”⁷⁵.

O segundo, interessava-se mais pela formação do caráter do que a aquisição de conhecimentos, onde a educação se sobrepõe à instrução ou ao conteúdo cultural.

“A teoria de Pestalozzi pode ordenar-se pelos seguintes pontos: espontaneidade do ato educativo (autodesenvolvimento); o aprendizado deveria ser desenvolvido de forma objetiva, gradual e precisa, pois os conhecimentos devem coadunar-se com as aptidões reveladas pelo aluno; a iniciativa, pois a criança deve fazer as coisas por si própria, formar as ideias mediante os atos que executa todos os dias; entende a educação em relação as atividades intelectuais e às práticas profissionais; e por fim, a intervenção do educando na coletividade, a inserção social”⁷⁶.

Os dois estabelecimentos escolares analisados por Pires de Almeida, ampliariam o acesso ao ensino profissional, formando trabalhadores qualificados em ofícios manuais,

⁷⁵ BEAKLINI, A. “*Da escola nas oficinas à oficina como escola: sujeitos, circulação e apropriação de modelos de educação profissional na Estrada de Ferro D. Pedro II (1882-1906)*”. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2018. p. 56.

⁷⁶ AZEVEDO, A. (s.d.). *As ideias pedagógicas de Pestalozzi (1746-1827)*. Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 29-42. apud BEAKLINI, A. 2018, p. 56.

minimizando a repulsa ao trabalho manual e “colocando a indústria brasileira no caminho da verdadeira prosperidade”⁷⁷, constata Almeida.

A escola do Curato de Santa Cruz (1885) e a da Quinta da Boa-Vista (1883) analisadas na obra, funcionavam em prédios próprios, construídos para este fim. Ambas abrangiam o ensino primário e possuíam biblioteca, oficinas, jardins para o recreio, horto botânico e área para a casa do diretor. O ensino era gratuito e misto, isto é, para meninos e meninas. Ainda oferecia em seu currículo disciplinas como português, francês, inglês, história do Brasil, zoologia, desenho geométrico, desenho de ornatos etc. Nas oficinas ofereciam formação para carpintaria, marcenaria, ferraria, funilaria sapateiro etc.⁷⁸. Oferecia-se também ensino noturno para adultos. O ano letivo iniciava em 10 de janeiro e ia até 8 de dezembro, mas as oficinas não fechavam durante as férias⁷⁹, indicando uma atividade constante para atender a demanda dos serviços desenvolvidos.

O programa era amplo e Pires de Almeida informa que se estenderia ainda mais.

“A esses ofícios [carpintaria, marcenaria, ferraria, funilaria sapateiro], juntar-se-ão, no começo do próximo ano, os de tipografia, litografia e xilografia, que já pertencem a mais elevada ordem e que serão de grande vantagem para o aperfeiçoamento da nossa imprensa, cuja execução material ainda deixa muito a desejar”⁸⁰. (grifo meu).

Havia formação para as alunas, mas em áreas que o autor classifica como “especiais”, mais “adequadas a sua delicada organização” e “consentida com a atual educação da mulher”. As áreas eram as de costura e corte de vestidos, bordados, fabrico de flores, desenho e aquarela aplicados a ornamentação. Nas palavras de Pires de Almeida estas já se configuravam verdadeiras profissões, pois davam consideráveis resultados ao mercado.

Tarquínio de Souza Filho⁸¹ publica a obra *O ensino Technico no Brasil*⁸² em 1887, um ano após a edição de *Officina na Escola*, também no Rio de Janeiro. O autor, que foi professor

⁷⁷ PIRES DE ALMEIDA, J. 1886, p. 20.

⁷⁸ BEAKLINI, Adriana Valentim. *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz: uma proposta de educação pelo trabalho do Imperador D. Pedro II (1885-1889)*. Dissertação de Mestrado. Unirio: Rio de Janeiro, 2012.

⁷⁹ PIRES DE ALMEIDA, J. *Officina na Escola: o ensino profissional posto em prática nas escolas particulares de sua majestade o imperador*. Rio de Janeiro: Lombaerts e Comp., 1886. P. 22.

⁸⁰ PIRES DE ALMEIDA, J. 1886, p. 23.

⁸¹ “Formou-se em direito na Faculdade do Recife, da qual veio a ser professor. Lecionou, também, na Escola Naval e, já no período republicano, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro”. (Cunha, p. 173. Nota de rodapé).

⁸² Luiz Antônio Cunha observa que o livro foi escrito por encomenda do governo. Seria uma forma de propaganda da Sociedade Central de Imigração, que apresentava a grande importância do ensino destinado à formação de

de direito e publicista, foi também diretor da Sociedade Central de Imigração, associação que existiu entre 1883 e 1891, com o propósito de auxiliar imigrantes em sua inclusão social no Brasil. Sendo bem apologético quanto ao papel das “escolas oficinas” para a construção de um Brasil moderno, Souza Filho faz abordagens sobre o papel da educação pública relacionando-a a construção da democracia. Para o autor, a escolarização cumpriria papel importante nos novos tempos pelos quais o Brasil vivia e o ensino técnico seria capaz de corrigir a mazela gerada pelo trabalho escravo, que deixava uma visão retrógrada quanto ao trabalho manual:

“as profissões do trabalho carecem de força moral, têm uma tal quebra de bastardia, um tal vício de origem que, mesmo certos espíritos cultos, que têm uma responsabilidade moral e certa ascendência sobre a opinião pública, não se têm podido emancipar do prejuízo de considerá-las como funções secundárias”⁸³.

A promoção das escolas profissionais e a expansão da escolarização das massas promoveria também uma igualdade social segundo Souza Filho (igualdade que faz questão de pontuar, diferente das propostas comunistas):

“Não compreendemos a igualdade como a querem os niveladores, os comunistas e coletivistas. O verdadeiro espírito de igualdade não é o que pretende abaixar os que estão em cima, é o que procura elevar, por meios decentes, até o nível superior os que estão em baixo”⁸⁴.

Também atribui ao Imperador, tal qual Pires de Almeida, a primazia nas escolas oficinas pelo país. Para Souza Filho, a escolarização cumpriria papel importante nos novos tempos pelos quais o Brasil vivia:

“O regime democrático em qualquer de suas formas, o self-government em qualquer de suas manifestações, chame-se república ou monarquia representativa, é impossível, não pode funcionar regularmente sem que o povo, base em que ele se funda, fonte em que se retempera, seja

operários no Brasil, ou seja, uma forma de modernização. (Ensino De Ofícios Artesanais E Manufatureiros No Brasil Escravocrata. p. 173). SOUZA FILHO, Tarquinio de. *O Ensino Technico no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1887. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/242353/1/000032665.pdf>. (Acessado em Setembro de 2017).

⁸³ SOUZA FILHO, Tarquinio de. *O Ensino Technico no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1887. p. 51.

⁸⁴ SOUZA FILHO, T. 1887, p. 56.

instruído e moralizado (sic) – duas coisas que se conseguem pelo ensino e pela educação”⁸⁵.

Souza Filho compreendia que a falta de escolarização das massas (pobres, escravos e ingênuos) era a responsável pela desordem social: “Não cremos que haja em nosso país um só homem capaz de sustentar o sistema retrógrado que vê um perigo na difusão do ensino às massas populares”.⁸⁶

O autor atenta para o fato de a educação pública estar demasiadamente voltada para a formação pública, ignorando as necessidades do mundo do trabalho, principalmente as atividades que entendia estar intimamente relacionadas a prosperidade econômica do Brasil de então. As oficinas deveriam promover a difusão das luzes, pela propagação do ensino. A construção histórica da educação brasileira distanciava-se da realidade social para o autor, pois considerava a educação sem projetos e arraigada num passado excludente e demasiadamente agrícola, ignorando as mudanças modernizadoras reais pelas quais o Brasil se encontrava.

“O sistema de ensino público no Brasil resente-se da falta quase absoluta de instituições que preparem para carreiras industriais. Defeituoso como é, e o têm reconhecido vozes mais autorizadas que a nossa, ele conduz somente às carreiras liberais, ao oficialismo, sem cogitar sequer das profissões laboriosas”⁸⁷.

A defesa da criação de escolas técnicas para Souza Filho seria um projeto de interesse social, que por sua vez conduziria as classes laboriosas às carreiras profissionais (profissões técnicas), engrandecendo-as. O ensino técnico corrigiria a imagem impregnada pelo trabalho escravo às atividades manuais, por isso elogia a ação do Imperador de, por sua própria iniciativa e às suas custas, inaugurar as *escolas-oficinas* pelo país, iniciando no Rio de Janeiro. Ele também se debruça sobre a construção da Escola Mixta da Quinta da boa Vista e a Escola Imperial de Santa Cruz para defender a profissionalização da força de trabalho, alinhando-se às necessidades do mercado e da indústria.

“Cabe a Sua Majestade o Imperador a primazia na fundação das *primeiras escolas oficinas no Brasil*. Não podendo escapar ao Augusto Chefe de Estado, toda a extensão dos benefícios, que ao país advirão da propagação do ensino técnico o Sr. D. Pedro II, proclamando como

⁸⁵ SOUZA FILHO, T. 1887, p. 16.

⁸⁶ *Ibid*, p. 24

⁸⁷ SOUZA FILHO, T. p. 55.

exemplo a necessidade da organização de instrução profissional, realizou com o mais completo êxito a ideia das escolas oficinas, aproveitando para tão grandioso fim as escolas que, a sua custa, mantém na Imperial Quinta da Boa Vista e na Fazenda de Santa Cruz. Estas duas escolas, verdadeiros modelos em seu gênero, pelas suas condições higiênicas e pela sua completa organização material e pedagógica foram inauguradas, uma em 17 de janeiro de 1882 e outra em 4 de setembro de 1885.”⁸⁸. (grifo meu).

Souza Filho relaciona às Escolas a urgência da propagação do ensino técnico, estabelecendo diferença em relação a outras escolas de ofícios que já existiam no país. Ele enfatiza ainda o pioneirismo da experiência, o que afirma a capitalidade do Rio de Janeiro, ou seja, a cidade laboratório de experiência do Império.

A obra de Tarquínio de Souza Filho insere-se num debate sobre as novas mudanças que a Capital do Corte e o Brasil enfrentava, alinhando-se a projeção do capitalismo de então. A educação precisava acompanhar o processo, observando as questões do abolicionismo e o crescimento da indústria. Sua obra possibilita discutir novas formas de organização do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil oitocentista.

Luiz Antônio Cunha comenta que por toda obra, Tarquínio de Souza Filho compara a precariedade do ensino profissional ao atraso econômico do Brasil e contrapõe essa situação com a pujança dos países industrializados da Europa e da América. Essa comparação levava à conclusão de ser o ensino profissional

“condição para o progresso do país, que, embora suprido de escolas formadoras de médicos, engenheiros e advogados, estaria carecendo de um ensino amplo e organizado que formasse o comerciante, o agricultor, o industrial e o “simples operário””⁸⁹.

Na obra de Souza Filho, assim como na de Pires de Almeida pode-se identificar influências do modelo europeu de ensino profissional. Estes intelectuais compreendiam o campo econômico da agricultura, do comércio e da indústria pujantes nos países industrializados como as principais manifestações do trabalho humano, por isso a necessidade

⁸⁸ *Ibid*, p. 74-75.

⁸⁹ Cunha, Luiz Antonio. *Ensino De Ofícios Artesanais E Manufatureiros No Brasil Escravocrata*. P. 173.

de proliferar instituições de ensino formadoras de trabalho humano qualificado para estas atividades.

A partir das obras corroboro que o experimento e os investimentos do Império (figurada na pessoa do imperador D. Pedro II) nas instituições apresentadas é parte dessa tendência em expandir a instrução profissional e noturna para adultos e crianças (homens e mulheres) no Rio de Janeiro oitocentista, apresentando as novas configurações para o trabalhador e para o trabalho na capital da Corte.

A Escola de Santa Isabel, portanto, está inserida nos projetos de expansão da modalidade educação profissional e educação para jovens e adultos alinhando-se assim à conjuntura internacional, que criou uma demanda por profissionais qualificados e, paralelamente, a inserção do povo “mais ou menos miúdo”, dos desvalidos, ingênuos e outros excluídos à “civilização brasileira” por meio do ensino de ofícios. Os operários do Matadouro apropriaram-se desse discurso para reivindicar a presença de instrução na região e qualificação diante dessa nova conjuntura.

1.3 A Opção Pelo Ensino Técnico

Os debates sobre escolarização profissional estabelecem um elo da complexa teia de relações entre o poder público, as demandas econômicas, as instituições escolares e os sujeitos sociais diretamente envolvidos. Além de implicar em questões sobre a educação e o mundo do trabalho como elos para o ideal imperial de civilização, pois por meio do trabalho civilizar-se-ia a gama de excluídos.

Para André Nunes Azevedo, o ideal de “progresso da civilização” em terras brasílicas era diferente da noção de progresso difundida na Europa após no último terço do século XIX. Enquanto na Europa, sobretudo após a Segunda Revolução Industrial, o progresso associava-se ao desenvolvimento material, o Império brasileiro veria na promoção da ciência como algo que aproximaria o Brasil das principais nações europeias⁹⁰. Assim, segundo o autor, o avanço da ciência durante o Segundo Reinado produziu uma tradição intelectual “pouco afeita à observação metódica da natureza, ao ensino técnico, e às atividades mecânicas”⁹¹.

⁹⁰ AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016. p. 37.

⁹¹ *Ibid*, p. 38.

A consideração de A. N de Azevedo é relevante na minha discussão apresentada nessa dissertação, pois como vimos nas obras dos autores do século XIX e nos demais intelectuais destacados, há um debate nos 1880 sobre a escassez de escola oficiais⁹² e a necessidade de expansão desta modalidade no Brasil. As obras *Officina na Escola* e *O Ensino Técnico no Brasil* representam um marco dos novos agentes sociais que reconheciam nas iniciativas do Imperador projeção às novas necessidades da escola para a indústria e o comércio, mas não deixavam de denunciar e cobrar sua expansão.

O modelo de educação técnico e profissional no Brasil Império foi ganhando corpo e presença concomitantemente ao crescimento da indústria, alinhando-se às formas de trabalho em ascensão no Rio de Janeiro oitocentista. A Escola Santa Isabel do Matadouro, juntamente com tantas outras fundadas no Município da Corte, personifica o ideal de educação para esses defensores do ensino de ofícios, que compreendem a expansão das escolas profissionais como alinhamento do Brasil ao modelo de capitalismo vigente, e, conseqüentemente, de nação civilizada.

Há autores que atentaram para as novas circunstâncias econômicas e sociais que fizeram com que os trabalhadores passassem a buscar o ensino profissional e a atuação do Estado Imperial como articulador desse tipo de iniciativa. Esses debates permitem compreender o papel da escola enquanto instituição diante de novas conjunturas que se apresentavam.

Considero então que dentro desse debate a educação e a escola são construídas relacionadas a determinadas concepções de mundo e de vida desse momento particular da História do Brasil. Notoriamente origina-se e vincula-se às dinâmicas econômicas, políticas, sociais, filosóficas e culturais desse contexto, permitindo observar a construção social da educação no Brasil.

Assim, a instituição escolar é construída intrinsecamente de determinadas conjunturas sócio-políticas para responder também às exigências apresentadas por uma determinada sociedade, uma vez que é responsável pela reprodução dos trabalhadores e trabalhadoras, cidadãos e pretensos cidadãos de maneira geral, de que necessita para efetivar-se⁹³.

⁹² Termo largamente utilizado nos anos nas últimas décadas do Segundo Reinado para referir-se a escolas profissionalizantes, que formavam para trabalhos manuais.

⁹³ VECHIA, Ariclê. *A Escola Secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 15.

A reflexão do parágrafo acima me foi proposta por Ariclê Vechia, que observa que o papel da escola no século XIX diante dos avanços dos Estados Liberais na Europa e de novas conjunturas econômicas fez da escola uma instituição (apresentada ao povo pelo Estado) como o local para o trabalhador onde o conhecimento do mundo, a elevação do saber e do ser e a capacitação para o trabalho.

Segundo Vechia, enquanto a educação no século XIX nos países centrais a Europa voltou-se às novas exigências do capitalismo industrial, no Brasil dos Oitocentos iniciou um modelo novo de educação, inicialmente na Educação Superior que foi denominado de “modelo politécnico”. André Azevedo, citando Isidoro Alves, afirma que o modelo politécnico limitou o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil Império, pois teria sido submetido à uma tradição humanística e bacharelista, herança do humanismo eclesiástico e metafísico da Companhia de Jesus. Mesmo o imperador Dom Pedro II tendo fomentado diversas iniciativas científicas, estas não contribuíram para formar um campo técnico suficientemente capaz de atender, ou seja, a formação de profissionais nacionais organizados enquanto categoria profissional⁹⁴.

“Assim, buscou-se desenvolver uma tradição científica no Brasil conforme se notava existir em países considerados civilizados, como Inglaterra, Alemanha e França. No entanto, dadas a cultura e a tradição intelectual brasileira e as contradições sociais presentes no Brasil – onde se destaca a existência da escravidão –, o modelo mais exaltado de “progresso científico”, o inglês não poderia ser adotado, pois dependeria de uma sociedade civil vigorosa, com forte tônus empreendedor. Mediante a realidade, e considerando-se o caráter pragmático da elite política brasileira, a Coroa buscou a execução de tal intuito no modelo francês, menos distante da realidade nacional.”⁹⁵

Seguindo a reflexão de Azevedo, o modelo francês era compatível e preferível porque alinhava-se tanto ao projeto de construção de nação quanto à imagem de universalidade e neutralidade.

Estas considerações sobre o modelo científico adotado para o Ensino Superior vão ecoar na Educação Primária, Secundária e, conseqüentemente, Profissional. Na Escola de Engenharia,

⁹⁴ AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016. p. 40.

⁹⁵ AZEVEDO, A. 2016, p. 38.

da qual Azevedo analisa, o autor observa que a exigência era o latim, e não a matemática, como disciplina cobrada no exame de admissão para definir os alunos que ocupariam as primeiras carteiras na sala de sala, reforçando a exigência de um alto nível de erudição humanística, herança, segundo ele, da educação jesuítica⁹⁶.

O vereador Dr. Antônio José da Silva Rabello, membro da Comissão de Instrução, que leu na Câmara Municipal o relatório de fundação da Escola Santa Isabel, afirmou que ela forneceria uma “*formação doméstica à profissão de seus pais* [pais dos alunos, operários do Matadouro], por encontrar nos hábitos e costumes dos educandos, identidades e elementos para esse fim”⁹⁷.

A fala de Rabello expõe o interesse do poder público, que era parte de um debate envolvendo demandas políticas e sociais, sobre a profissionalização dos filhos dos operários do Matadouro. É importante salientar que em toda a trama sobre a transferência do Matadouro para a Fazenda de Santa Cruz (entre os anos 1872 e 1881), este foi apresentado como um matadouro modelo que não apenas resolveria os problemas sanitários e de abastecimento da carne verde da Cidade, mas também a qualidade do trabalho desenvolvida ali. Entretanto, pessoas envolvidas indiretamente com o Matadouro, mas diretamente com a educação das crianças da região, cobravam melhorias nas condições e nas estruturas das Escolas administradas pela Câmara Municipal na Fazenda de Santa Cruz, como apresentaremos no Capítulo 2 desta dissertação.

O memorialista Benedicto de Freitas cita uma associação operária denominada Sociedade Beneficente e Fraternidade Operária fundada em fevereiro de 1882, meses após a inauguração do Matadouro. Constituída exclusivamente por funcionários, a finalidade da associação seria a de prestar amparo aos operários em caso de falecimento e/ou enfermidades, auxiliando inclusive em custeio de funerais. Freitas atribui a fundação da Enfermaria de Santa Thereza⁹⁸, concomitante a Escola Santa Isabel, também nas dependências do Matadouro, à Sociedade Beneficente⁹⁹. A ausência desta Associação na historiografia e nas fontes do período

⁹⁶ *Ibid.* p. 41.

⁹⁷ Solenidade de Abertura da Escola de Santa Isabel no edifício do matadouro municipal em Santa Cruz (Publicado no Jornal do Comércio de 1886, Edição 222. P. 8).

⁹⁸ O código 54.1.9b do AGCRJ de fato tem por título oficial “Autos de Inauguração da Escola de Santa Isabel no edifício do Matadouro no curato de Santa Cruz. Illma. Câmara municipal, 1886 e da **inauguração da enfermaria de Santa Thereza no mesmo matadouro**”(grifo meu). No entanto, até o fim da escrita desta pesquisa não se identificou na historiografia menção a esta associação operária.

⁹⁹ FREITAS, Benedicto. *O Matadouro de Santa Cruz – Cem Anos na vida de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1977. P. 99.

não me permitiu avançar sobre o quanto sua atuação política esteve de fato relacionada às demandas dos operários nos campos da saúde e, principalmente, no da educação.

Decerto, as associações operárias na transição do século XIX para o XX representaram mecanismos de reivindicação dos trabalhadores. A organização política desses sujeitos possibilitava um fortalecimento de classe e possíveis ganhos de direitos e de qualidade no trabalho para um melhor exercício da atividade a qual desempenhavam.

No Capítulo 2 veremos como a fundação da Escola Santa Isabel e os trabalhadores do Matadouro se organizam diante dessa conjuntura. Mostraremos também um panorama da educação na Fazenda Imperial dentro de seu desenvolvimento histórico como propriedade jesuítica, Real e Imperial e discutiremos os processos de escolarização, a construção do ensino de ofícios no período jesuítico. Nesse contexto, apresentaremos como as transformações econômicas ocorridas no Brasil Independente e a instalação do Matadouro relacionaram-se a demanda de políticas públicas voltadas para a qualificação da mão de obra em novos ofícios.

CAPÍTULO 2

A Fazenda de Santa Cruz, o Matadouro e os processos de escolarização

A Escola Santa Isabel localizava-se na Fazenda de Santa Cruz. Esta foi gerida por diferentes grupos ao longo de sua história: foi propriedade Jesuítica, Real, Imperial e Nacional (esta última, no período republicano). Cada gestão deixou vasta documentação, monumentos específicos e memórias. Da diversidade de documentos, um em particular usaremos aqui: as primeiras obras escritas por memorialistas com o objetivo de narrar uma história da Fazenda.

Essas obras foram organizadas de maneira concisa, porém são muito elucidativas ao que se propunham. Uma característica comum a elas é o enaltecimento da Fazenda no período que esteve sob gestão dos jesuítas, com particular atenção aos processos envolvendo o ensino de ofícios pelos padres a trabalhadores predominantemente escravizados negros.

Com o objetivo de apresentar o contexto histórico construído a partir dessas obras e debater alguns dos temas à luz da historiografia recente, conheceremos uma partícula da história de Santa Cruz, destacando os elementos simbólicos relacionados ao trabalho, a instrução e ao processo de escolarização nos períodos Jesuítico (1549-1759), Real (1759-1808) e Imperial (1822-1889), este último onde será inaugurado a Estrada Férrea, o Matadouro, a Escola Mixta Imperial e a Escola Santa Isabel. A partir daí será possível explicitar como a fundação do Matadouro alterou as estruturas de abastecimento da Corte, o mundo do trabalho na Fazenda e, conseqüentemente, a demanda por instrução para os que estavam diretamente envolvidos.

2.1 A Fazenda de Santa Cruz: Gestão, Trabalho e Instrução

O primeiro texto oficial a narrar a história da Fazenda de Santa foi divulgado na Revista do IHGB em 1843 sob o título de Memórias de Santa Cruz, de autoria de Manoel Martins do Couto Reis. Administrador da Fazenda em duas ocasiões, 1794-1804 e 1821-1822, Couto Reis foi militar, membro do Conselho de procuradores das províncias, suplente a Assembleia Constituinte de 1823 e cartógrafo, dando contribuições a mapas de regiões do Brasil¹⁰⁰. O título

¹⁰⁰ ENGEMANN, C. (et al). *Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manoel Martins do Couto Reis da real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804)*. In *Santa Cruz: de legados dos jesuítas a pérola da Coroa*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.291.

completo de seu artigo na Revista do Instituto é “*Memória de Santa Cruz. Seu estabelecimento e economia primitiva: seus sucessos mais notáveis, continuados do tempo da extinção dos denominados jesuítas, seus fundadores, até o ano de 1804*”¹⁰¹.



Figura 6: As terras da Fazenda de Santa Cruz do Curral dos Padres (século XVII)

Fonte: João Teixeira de Albernaz, fol. 25 da “Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brasil. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal¹⁰².”

Couto Reis inicia seu texto com descrições bem cartográficas sobre a região: aspectos geográficos (hidrografia, relevo, litoral e localização geográfica das serras). Nas primeiras linhas, pode-se observar expressões de engrandecimento a Fazenda, tais como: “a expressão mais bela do Rio de Janeiro”, “magnífica fazenda”, “deliciosos e agradáveis campos”, “fertilíssimos pastos”.

De fato, o tamanho da propriedade jesuítica espanta por suas dimensões, como se pode observar na Figura 6. Do litoral, ela se estendia da barra de Guaratiba até Mangaratiba atuais. E para o interior do território, atingia Resende e Vassouras atuais. Tal propriedade foi construída ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII por meio de doações, compra e acordos.

¹⁰¹ REIS, Manoel Martins do C. *Memórias de Santa Cruz*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1843, Tomo V.

¹⁰² Apud. AMANTINO M. e COUTO, R. De “Curral dos Padres” à gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: *Santa Cruz: de legados dos jesuítas a pérola da Coroa*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.27.

O primeiro proprietário português do território foi Cristóvão Monteiro, que a recebeu como pagamento após ter lutado contra os franceses na ocasião a invasão à baía de Guanabara (1555-1567). O transmissor foi Pero Ferraz, “lugar-tenente de Martim Afonso de Souza”¹⁰³. Após o falecimento de Cristóvão Monteiro, sua esposa, Marquesa de Ferreira, doou metade das terras que lhe fora deixada como herança aos inacianos, realizando um antigo desejo de indulgência de seu falecido. A doação ocorreu em 1589. Em 1616, os jesuítas compraram um terreno contíguo à Guaratiba, cujo vendedor foi Jerônimo e Manuel Veloso, herdeiros de Manuel Veloso de Espinho. Em 1654, a Ordem anexou cerca de 3 léguas de terra na cabeceira do Rio Guandu (ver Figura 6). Dois anos depois, compraram mais 3 léguas de Francisco Frazão de Sousa. A Fazenda, portanto, passou a possuir as seguintes dimensões na metade do século XVII:

“dez léguas de terra em quadra, que se estendiam desde Guaratiba, junto ao litoral, até a Serra dos Matacães, em Vassouras. Possuía, dessa forma, privilegiada posição contestada para a Baía de Sepetiba, o que possibilitava o transporte de produtos por mar até a Baía de Guanabara. Suas terras, também cortadas por rios como o Guandu e o Guandumirim, viabilizavam a prática da cabotagem, além de estar situada grande parte dentro da Mata Atlântica.”¹⁰⁴

Geórgia da Costa Tavares, discutindo a rede de comércio de carnes verdes no Rio de Janeiro no Período Colonial, defende que o sentido econômico da existência da Fazenda de Santa Cruz foi sobretudo o comércio de gêneros alimentícios e o abastecimento de carne verde do Rio de Janeiro no século XVIII. Essas condições foram possíveis graças “a notável infraestrutura, contando com olarias, hospital, farmácia, armazéns, escravos, oficinas, engenhos de açúcar, bastante gado, além, obviamente, de capelas”¹⁰⁵, deixada pelos padres jesuítas ao longo dos mais de dois séculos de gestão na região.

Essa estrutura despertou certo interesse da Coroa, que tentou manter controle sobre a propriedade jesuítica, e ainda da classe dos marchantes, que terão participação direta nos negócios da carne e dos matadouros do Rio de Janeiro. Tavares observa:

¹⁰³ TAVARES, Geórgia da Costa. *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012. p.65.

¹⁰⁴ TAVARES, Geórgia da Costa. p. 65.

¹⁰⁵ *Ibid.* p. 66.

“Trata-se de um dos poucos bens dos jesuítas no Rio de Janeiro que não foi posto em leilão, dada a sua posição estratégica. Localizava-se próximo ao Caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro ao sul de Minas, e, através de variantes, dava acesso também a São Paulo. Era por esse caminho que chegava o gado vindo de São Paulo e de Minas Gerais para ser comercializado no Rio de Janeiro, e muitos ficavam na Fazenda para a invernada e engorda. Além dessa função, a Fazenda tinha também sua própria criação. Santa Cruz constituía-se, de acordo com a documentação, num consenso entre os marchantes, os administradores e os funcionários da Coroa quando o assunto era sua utilidade como local de descanso e engorda do gado vindo de Minas Gerais e de São Paulo”¹⁰⁶.

Em 1759, com a expulsão da Companhia de Jesus das possessões portuguesas, a Fazenda passou ser administradas diretamente pelos vice-reis, entrando no Período Real de sua gestão (entre 1759 a 1808). A nomeação dos seus administradores coube diretamente aos representantes da Coroa, no caso, os vice-reis. Conde de Rezende, vice-rei dentre os anos de 1790 e 1801, nomeou para o cargo de inspetor e administrador da Fazenda Manoel Martins de Couto Reis, então tenente-coronel de engenharia. Couto Reis havia sido convidado anteriormente para realizar uma inspeção na antiga propriedade jesuítica. Seu relatório parece ter tido repercussão positiva nos círculos do vice-rei, pois posteriormente foi nomeado para o cargo administrador da Fazenda.

Com o aprimoramento da economia do Rio de Janeiro e o aumento de sua infraestrutura, a Fazenda de Santa Cruz ganhou notoriedade para diversos negócios que iam desde a pecuária de corte aos comércios de escravos, além da transmissão de ofícios em diversas atividades laborativas e culturais.

Voltando as observações de Couto Reis, o período Jesuítico da Fazenda (1549-1759) foi enaltecido por ele como o momento de seu maior esplendor e exemplo de administração, deixando um verdadeiro legado. Couto Reis descreve como os inicianos souberam relacionar os recursos naturais, a força de trabalho e as obras para a transformação da Fazenda de área pantanosa a campos de pastagem e plantação. Seu conhecimento em Cartografia, o fez dar atenção a aspectos que considerou como fundamentais para tornar habitável a região.

¹⁰⁶ *Ibidem.* p. 66

“Eles [os jesuítas] com particular conselho, tirados das suas exatíssimas experiências, acharam o grande segredo de vencer um montão de dúvidas e dificuldades, que se propunham na pasmosa extensão de tantos brejais, os quais encahados entrelaçavam a maior parte de um terreno, até então agreste, apaulado, inútil e impenetrável. Cultivando o mais fácil, e reduzindo a pastos, trataram de esgotar as imensas humidades que restavam”¹⁰⁷.

O “sucesso” das atividades é atribuído pelo administrador a quatro pilares estabelecidos pelos inicianos, sendo o primeiro “A preparação, a boa doutrina e conservação da escravatura debaixo dos ditames mais sérios e virtuosos faziam a fidelidade deste todo, e que a obediência resplandecesse”¹⁰⁸. A “boa conduta dos escravos” referia-se à disciplina para o trabalho nas diversas lavouras desenvolvidas, estratégia que teria sido, segundo Couto Reis, responsável pela “fidelidade dos escravos” e o sucesso da “empresa”:

“Sendo a boa conduta dos escravos assás atendida, como o objeto de maior interesse e importância, os Jesuítas inventaram novas maneiras de contentar, premiando todo aquele que se distinguiu por um comportamento virtuoso, e dava provas de sua fidelidade em qualquer empresa que se incumbia”¹⁰⁹.

Para Couto Reis a expulsão dos jesuítas foi o seu marco de decadência, “um infeliz momento de uma economia que se expandia a passos largos”. A Fazenda passou para uma administração secular após 1759, que de forma alguma conseguiu, segundo Couto Reis, restabelecer os tempos áureos de outrora. Os escravizados da região se “pervertiam”, pois, afastavam-se de sua “primeira educação”, pontua.

Sabe-se que os problemas de gestão dos Vice-Reis sobre à Fazenda atingiram a vida dos trabalhadores escravizados, que “saíam do controle e apresentavam resistência”. Em 1769 foi expedido pelo vice-rei uma portaria onde se ordenava que milícias fossem destacadas para Santa Cruz afim de controlar os escravizados. Aos milicianos era dado o direito de ferir ou matar qualquer escravizado que demonstrasse insolência. A portaria foi expedida após alguns deles terem conseguido soltar um dos companheiros da prisão¹¹⁰. Pouco tempo depois, em 1781,

¹⁰⁷REIS, Manoel Martins do C. p. 155.

¹⁰⁸ *Ibid*, p. 158.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 159.

¹¹⁰ Arquivo Nacional, 1769, cód. 73, v. 14, fl. 219v. Portarias vice-reinados. “Portaria ao Administrador da Fazenda de Santa Cruz”. *Apud*. ENGEMANN, C. (et al). *Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel*

problema semelhante se repetia exigindo presença mais expressiva das autoridades de repressão. O vice-rei mandava que imediatamente quatro negros fugitivo fossem presos, a fim de servir como exemplos aos demais¹¹¹.

2.2 Ofícios e Trabalhadores da Fazenda na Transição Para o Século XIX

Era amplo o quadro dos trabalhadores escravizados na Real Fazenda de Santa Cruz na transição para o século XIX, bem como a diversidade de ofícios em que eram empregados. A organização, a instrução e a preparação para as atividades laborativas teve início ainda na gestão dos inacianos, que tinham uma preocupação em organizar todo o trabalho para além da catequese.

Para compreender melhor o panorama da população escravizada na transição para o período Real, adotei a análise de Jonis Freire, que elaborou uma tabela sobre a população cativa das fazendas e engenhos dos jesuítas na capitania do Rio de Janeiro no momento da transferência dos seus bens à Coroa (a partir de 1759). Os dados procedem do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Na fonte encontram-se os autos de inventários de todas as fazendas e engenhos sob a gestão dos inacianos. Destaquei apenas a Fazenda de Santa Cruz, onde é possível observar que sua demografia de escravizados compunha-se, de maneira geral, com 1016 cativos em 1759. Sendo 516 do sexo masculino (50,8%) e 500 do sexo feminino (49,2%)¹¹².

A informação expressa o perfil da escravaria acumulados pelos jesuítas antes de sua expulsão. Com o inventário, a Coroa Portuguesa teve por finalidade enumerar as fontes de renda advindas da sua metrópole brasileira. Assim, os inventários, não só da escravaria, mas de todos os bens da Fazenda foram produzidos em resposta à necessidade da Coroa de saber as reais condições do patrimônio confiscado da Companhia de Jesus.

Uma condição bem adversa de outras propriedades espalhadas na América Portuguesa caracterizava a vida dos escravos sob a gestão dos inacianos: As atividades na Fazenda

Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). In ENGEMANN, C. e AMANTINO M. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 295.

¹¹¹ *Ibid.* p. 295.

¹¹² FREIRE, J. *Legados da administração jesuítica: comunidade e família entre os cativos da Fazenda de Santa Cruz, século XVIII*. In: ENGEMANN, C. e AMANTINO M. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 188.

consistiam tanto em trabalho para os padres quanto para suas próprias lavouras e criações. Os trabalhadores escravizados estavam sob um regime de trabalho que funcionava da seguinte maneira: dos sete dias da semana, três dias eram nas lavouras dos padres. Os outros três, em suas próprias lavouras e criações. O domingo era dedicado às missas e ao descanso. Cada chefe de família tinha permissão para criar até dez cabeças de gado, e a boa conduta recebia um tipo de premiação, assim como os castigos físicos¹¹³.

Nas análises de Carlos Engemann sobre as relações de trabalho nas propriedades jesuíticas, o autor afirma que a disciplina de trabalho era um aspecto da política senhorial dos inicianos que consistia num tipo de negociação, onde aos trabalhadores escravizados concedia-se a posse de um lote de terra e algumas cabeças de gado, todavia lhes era exigida a disciplina e a moral, fornecidas pelo processo de catequese. Quando as terras passaram para a administração da Coroa não ocorreu muita alteração nesse sentido, ao contrário, buscava-se manter as heranças das gestões anteriores, contribuindo para a manutenção da ordem¹¹⁴.

Lavoura e criação de gado eram a base da economia da Fazenda o que, conseqüentemente, exigia grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras. Entretanto, outros ofícios se desenvolveram paralelamente, ampliando a dinâmica e a diversidade laborativa. A tabela abaixo, montada a partir dos dados do inventário de 1791, nos permite desenvolver melhor a compreensão do mundo do trabalho que caracterizava a Fazenda de Santa Cruz nos anos finais do século XVIII. A análise do inventário, que descreve os ofícios e a distribuição das atividades por sexo, idade e estado civil dos cativos, permite enumerar e analisar a complexa rede de distribuição das atividades desenvolvidas na região e da qualificação dos escravizados da Fazenda.

¹¹³ SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: CIA. das Letras, 1998. p.222.

¹¹⁴ ENGEMANN, Carlos. *Os servos de santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2002. Dissertação de Mestrado. p.4.

Tabela 1: Escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz no inventário de 1791.

Ofícios de escravos na Imperial Fazenda de Santa Cruz	Sexo		Média de Idade	Estado Civil		Total	
	M	F		Casados	Solteiros	#	%
Pedreiro	06	00	39,00	04	02	06	9,37
Carpinteiro	20	00	41,25	14	06	20	31,25
Ferreiro	04	00	49,75	04	00	04	6,25
Curtidor	03	00	43,66	03	00	03	4,68
Músico (a)	12	00	27,33	07	05	12	18,75
Serrador	02	00	47,00	01	01	02	3,12
Torneiro	02	00	36,5	01	01	02	3,12
Oleiro	06	01	45,42	06	01	07	10,93
Tecelão	04	00	38,00	03	01	04	6,25
Barbeiro	01	00	50,00	01	00	01	1,56
Boticário	02	00	37,00	02	00	02	3,12
Sapateiro	01	00	13,00	01	00	01	1,56
Total	63	01	36,68	47	17	64	100

Fonte: ANRJ, Códice 808, Vol 4. Inventário da escravaria da Fazenda de Santa Cruz de 1791.

Dos doze ofícios listados, é possível identificar a existência de atividades para além dos trabalhos de lavoura de pecuária. Há atividades artísticas, como o Conservatório de Santa Cruz¹¹⁵, onde ainda na adolescência, escravos e escravas eram iniciados pelos mestres da Cia. de Jesus no conhecimento da música sacra. Aprendiam teoria musical, tocar instrumentos e formavam novos músicos ao longo do tempo, um processo de escolarização. Mesmo após a expulsão dos jesuítas, os mestres-músicos continuaram recebendo novo impulso com D. João VI, que se tornou apreciador do Conservatório¹¹⁶.

No início do século XIX, com a vinda da Família Real (1808), o príncipe regente D. João escolheu a antiga propriedade jesuítica para instalar uma de suas residências. Esse momento inicia uma nova fase de intervenções pelo príncipe regente de Portugal¹¹⁷.

D. João transformou a antiga sede dos Jesuítas adaptando-as às funções de paço real (agora, Palácio Real de Santa Cruz). A presença do príncipe na região demonstra grande apreciação por parte do Família Real com o local, que a frequentava de tempo em tempos,

¹¹⁵ O Conservatório de Santa Cruz foi o nome dado a escola de música formada por escravos cantores. Com a vinda de D. João ao Brasil e a transformação da Fazenda em residência de verão, o então príncipe regente continuou a investir no Conservatório para execução dos cultos e de óperas em outros lugares da Corte para além da Fazenda de Santa Cruz. (In: SCWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. p. 223.).

¹¹⁶ SCHWARCZ, L. M. p. 223.

¹¹⁷ CAVALCANTI, Nireu. *Santa Cruz, uma paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003, p. 35.

despachando ofícios, promovendo assembleias públicas e recepções¹¹⁸. Com o retorno de D. João VI a Portugal em 1821, D. Pedro continuou a frequentar o local, realizando atos oficiais e reafirmando-as como parte do interesse político.

A Independência do Brasil em 1822, elevou o então Reino Unido do Brasil ao status de nação independente e D. Pedro I, a imperador. O Palácio Real foi transformado em Palácio Imperial. Significativas mudanças ocorreram primeiramente nas dependências dos governantes do Brasil independente. Na tela do artista francês Jean Baptiste Debret (Figura 7), quando de passagem pela Fazenda de Santa Cruz, por volta de 1824, o Palácio Imperial é destacado juntamente com as senzalas.

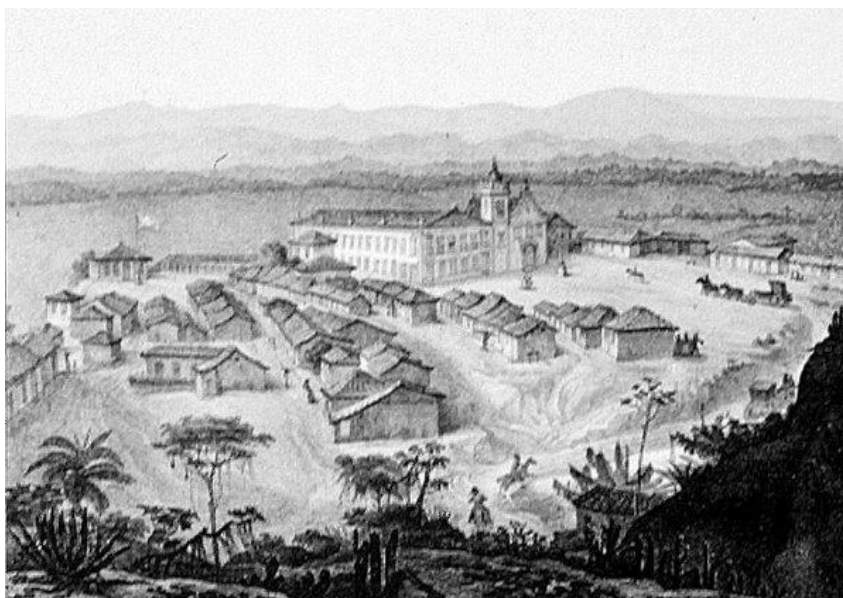


Figura 7: Fazenda de Santa Cruz, Aquarela de Debret.

Fonte: CGJM

Por decreto de 1833 o curato de Santa Cruz foi desmembrado da Vila de Itaguaí passando a ser do termo da cidade do Rio de Janeiro. A posição político-econômica e estratégica da região, com acesso ao mar e com caminhos aos “sertões” de Minas, favoreceu muito a expansão da criação de gado para variados fins.

Na fase Imperial da Fazenda (1822-1889), a administração era exercida por um superintendente que se reportava ao mordomo da Casa Imperial. A Mordomia-mor consistia

¹¹⁸ FREITAS, B. *Santa Cruz. Fazenda Jesuítica, Real e Imperial. Volume II – Vice Reino e Reinado (1760-1821)*. Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1986. p. 54.

numa repartição da estrutura administrativa existente no Paço Imperial, era nela que servia o Mordomo da Casa Imperial. Muitos cargos e numeroso pessoal dos diversos serviços atuavam na Mordomia-mor, dentre os quais: “escrivães, Escriturários, Arquivistas, Cirurgiões, Mestres, o pintor da imperial câmara, Advogado, e, ainda, o Almoxarifado, os criados particulares e os diversos empregados”¹¹⁹.

A relação de trabalho com a escravaria também sofreu alterações em comparação com o tempo dos jesuítas. No século XIX, aspectos da administração jesuítica ainda permaneciam, mas elementos novos eram introduzidos para atender as dinâmicas econômicas mais emergentes da Cidade do Rio de Janeiro, a fim de torná-la mais rentável.

A reação dos escravizados com a administração na fase imperial foi palco de conflitos envolvendo os novos atos administrativos. Segundo Engemman, as tentativas de dar ares de civilidade ao Império do Brasil esbarravam na realidade sociocultural dos trabalhadores escravizados:

“o governo monárquico brasileiro, presa das aparências de civilidade, contrastante com a realidade escravista do país, procurava refúgio no modelo quase mítico de tratamento dos cativos desenvolvidos pelos jesuítas; tratamento esse que, além das aparentes benesses, trazia em seu seio um “que” de ameaça”¹²⁰.

Carlos Engemman observa a existência de um forte senso comunitário que foi construído pelos cativos da Fazenda de Santa Cruz. Essa identidade comunitária permitiu que os escravizados se reconhecessem e denominassem a si próprios de “servos de Santo Inácio a serviço do Imperador”, quando eram levados a outras fazendas. Tinham leituras próprias dos “tempos dos jesuítas” e “em sua bagagem carregavam experiências e seus afazeres habituais, estabelecidos como costumes a serem impostos à nova residência. Por isso, em pouco tempo, passaram a ser conhecidos por priorizar seus negócios”¹²¹.

¹¹⁹ GENOVEZ, Patrícia Falco. *Os cargos do paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado*. MÉTIS: história & cultura, v. 1, n.1, p. 215-237, jan./jun. 2002. pp. 215-237.

¹²⁰ ENGEMANN, C. *De escravos dos padres a escravos do rei: a transição da Fazenda de Santa Cruz e seu impacto na população e nas práticas sociais dos escravos (1759-1820)*. In *Santa Cruz: de legados dos jesuítas a pérola da Coroa*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.218.

¹²¹ ENGEMANN, C. p. 239. (A análise de Carlos Engemann deu atenção aos impactos na vida das famílias escravas e nas suas rotinas de trabalho diante da transição de gestão no século XIX para tornar a Fazenda mais rentável ao Império. Para elucidar sua análise, o autor discute o perfil da população escrava e os costumes, o que, segundo sua análise, foi permitido identificar uma certa identidade da escravaria local.).

Embora com aparente tratamento diferenciado, se comparado com outras escravarias no Império, os cativos tinham coisas de mais para perder, consideradas inapropriadas pelos superintendentes do Império. A condição de cativos com terras, gado e regime de trabalho diferenciado parecia excessiva aos olhos de alguns gestores.

Um marco dos conflitos de transição da gestão ocorreu nos anos 1860, sob a superintendência de Inácio José Garcia (1856-1867). A imprensa noticiou ao público letrado da Corte o estado deplorável em que se encontrava a escravaria e os funcionários da Fazenda. A matéria intitulada de “Façanhas Garcianas” descrevia queixas de fome por arte dos cativos, falta de remédio na botica, fuga e *proibição de costumes* dos escravizados. Transcrevo apenas o trecho onde se noticiou o impacto da gestão de Garcia sobre a educação e o trabalho da população cativa da Fazenda:

“A instrução primária masculina do Curato, da qual o Sr. Garcia infelizmente é delegado, não merece mais as atenções de outrora, e a feminina desapareceu, apesar dos esforços do seu digno professor, vítima de injustiças e contínuas perseguições. (...) Os pais dos escravos fugidos são muitas vezes obrigados a pagar os serviços, quando não declaram o local que estão ocultos os filhos e quando lhes convém fazê-los trabalhar em dias reservados aos mesmos escravos, seu único recurso para comer e se vestir (...)”¹²²

Os sábados e domingos haviam sido tirados, obrigando-os a trabalhar em troca de pão e ração. As crianças, antes sustentadas pelos jesuítas, agora deveriam ser supridas pelas suas famílias. Todo vestuário das famílias escravizadas deveria ser adquirido à própria custa. Famílias de escravos fugitivos tinham a ração suspensa como forma de punição. As ameaças estabeleciam ações para se tentar manter o controle.

A notícia, entretanto, permite identificar a existência de processos de escolarização formal implantados pelo Estado na região, contando inclusive com reivindicação de professores que estavam sob intimidações de Ignacio José Garcia.

No trabalho, inúmeros eram os ofícios exercidos pelos cativos desde os tempos dos jesuítas para a produção dos itens necessários a Fazenda: carpinteiros, ferreiros, curtidores, oleiros, sapateiros, enfermeiros, parteiras, feitores, tecelões, cesteiros dentre outros, eram divididos num sistema denominado de esquadras de trabalho (denominação dos tempos dos

¹²² Jornal *O Clamor Público*, 31 de dezembro de 1860, apud FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 188.

jesuítas, mantida na fase Imperial). O sistema visava atender todos os itens que a Fazenda tinha capacidade de produzir.

Havia ainda na Fazenda escravos ao ganho, que podiam vender ou prestar serviços com a permissão dos administradores nas ruas e em troca ele deveria dar uma porcentagem dos ganhos para o seu dono, os gestores. Tanto homens ou mulheres saíam às ruas como vendedores, pedintes, barbeiros, artesãos, e os mais diversos ofícios¹²³. Como a Fazenda possuía feitorias (lotes arrendados a terceiros), a maior parte dos trabalhadores escravizados atuavam nas lavouras. Mas os cativos que possuíam especialidades de ofícios como os citados mais acima, eram alugados. Os prazos de trabalho variavam de 3 a 6 meses e o valor do aluguel também dependia da especificidade do ofício.

Por volta dos anos 1860, dos ofícios existentes, o mais rentável era o de torneiro¹²⁴. Depois vinha o de oleiro, bombeiro, barbeiro e pedreiro, a seguir o de carpinteiro e copeiras. Os vendedores eram os menos rentáveis. Os escravos ao ganho só não poderiam ser vendidos, uma vez que eram propriedade do imperador, mas poderiam ser alforriados.

O historiador Júlio Cesar Medeiro deu particular atenção a sociabilidade escrava que caracterizou as relações sociais dos trabalhadores escravizados da Fazenda de Santa Cruz nos Oitocentos. O autor demonstra que o tripé “ofício, folga e cuidados terapêuticos” amparou e caracterizou a sociabilidade dos cativos, sendo cada um desses itens fundamentais para o *modus operandi* dos escravos no trabalho e nos seus costumes, que constituíram sua identidade diante do panorama escravista rural de seu tempo. Para Madeiros, o exercício do ofício não era utilizado para se reivindicar melhores oportunidades. Mesmo que houvesse essa abertura, antes, por meio do exercício do ofício, constituía-se um modo de distinção social ante os demais trabalhadores escravizados da Fazenda e de outras propriedades da Corte¹²⁵.

A observação de Medeiro me permitiu observar a existência de uma certa “tradição jesuítica na transmissão de ofícios”. Na Fazenda de Santa Cruz, o ensino de ofícios remetia aos

¹²³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 228.

¹²⁴ A conclusão foi extraída das observações do historiador MEDEIROS, Júlio Cesar. *Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: A sociabilidade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na segunda metade do século XIX*: “A análise da fonte documental, no período de 1860, encontrada no Arquivo Nacional dá conta um grande número de escravos alugados, devido a seus ofícios mecânicos a outras fazendas, sugerindo que grande parte da renda da Fazenda era auferida através dos préstimos de tais escravos oficiais a outros (ANRJ. Códice 1122, v. 9 “Registro de escravos alugados a diversos e a si mesmo e relação dos que devem seus aluguéis”). P. 256.

¹²⁵ MEDEIROS, Júlio Cesar. *Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: A sociabilidade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na segunda metade do século XIX*. p. 200.

tempos da gestão inaciana, que fora desenvolvida para o seu fim maior: a manutenção e rentabilidade de suas propriedades. No Império, uma vez mantida essa estrutura, assim como o aluguel de escravos e o fornecimento de seus serviços, contribui-se para diminuir as despesas do Erário Régio com escravaria. Os trabalhadores que desempenhavam tais ofícios podiam usufruir de algumas vantagens “ao alugarem-se diretamente aos foreiros sem a intermediação da administração da Fazenda”¹²⁶. De acordo com Medeiros, a prática de um ofício permitiu a existência de um restrito grupo com privilégios que os distinguiu dos demais cativos e permitia ainda uma certa “fuga” do trabalho duro nas lavouras.

Na análise de Julio Cesar Medeiros, a escolha sobre quem desempenharia esta ou aquela atividade laborativa era determinada pela empatia dos dirigentes que selecionavam os escravizados que lhes eram mais chegados. E não era comum a transmissão hereditária do ofício aos descendentes. Essa constatação de Medeiros foi possível ao analisar o inventário de 1817, onde os ofícios exercidos de maneira geral (por escravos e livres) na Fazenda eram descritos e nenhum filho seguiu exatamente o ofício do pai. E mais ainda, os escravos aprendizes tinham pais que não possuíam ofício algum, o que o fez supor que tais pais tenham de alguma forma lutado para inserir seus filhos nos quadros dos novos oficiais na Fazenda de Santa Cruz¹²⁷. Ocorreram casos de transmissão, mas esta não se constituía uma regra, conclui Medeiros.

Até aqui, procurei demonstrar o panorama da Fazenda na transição de propriedade Jesuítica a Real e depois Imperial. Na fase Imperial é possível constatar a presença de elementos na economia que se mantinham desde os tempos dos jesuítas, como a lavoura e a agricultura. Na estrutura social do trabalho, a manutenção de tradições construídas sob a gestão dos inacianos, manteve-se, configurando um certo tipo de trabalhador com elementos e identidades singulares.

Resta compreender como esses elementos e tradições foram apropriados pelos trabalhadores e pelos superintendentes nos anos 1880, quando ocorre a instalação do Matadouro e das escolas com ensino de ofícios. A dinâmica de trabalho será diferenciada das que existiam até então, com a inserção de ofícios novos adequados à natureza do Matadouro, e a seus filhos, nascidos sob o Segundo Reinado. A escola formal e oficial é quem determina quem é qualificado. Os estudantes formados nela é quem serão os trabalhadores “qualificados” para o exercícios de determinada atividade.

¹²⁶ MEDEIROS, Júlio Cesar. p. 200

¹²⁷ *Ibid.* p. 199.

A inauguração da estação de trem em 1878, a transferência do Matadouro Municipal para Santa Cruz em 1881 e o uso da energia elétrica puseram a Fazenda de Santa Cruz no eixo do abastecimento de carnes verdes. A região, que era propriedade da Família Imperial, agora ganha uma empresa de gestão pública, o que vai exigir toda uma mão de obra especializada formada nas instituições de ensino formais e ainda causará impacto na economia local da Fazenda, como veremos a seguir.

2.3 Os Trabalhadores e o Matadouro: Educar Pelo Trabalho

Na historiografia sobre a Fazenda de Santa Cruz parece haver um certo consenso quanto ao legado dos jesuítas sobre a preparação de trabalhadores especializados em determinados ofícios. Legado esse apropriado pela administração Real e Imperial da Fazenda. Nos livros de certos memorialistas do século XIX que se dedicaram à escrita da História da Fazenda, os jesuítas são representados como exímios gestores e a representação dessa excelência são as obras públicas, as lavouras e a diversidade de oficinas e ofícios existentes¹²⁸.

Ilana Periciali Rocha, em 2012 defendeu a tese de doutoramento “*Os Escravos da nação: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760 – 1876*”. O objetivo da tese foi analisar se havia tratamento diferenciado para os escravos que forneciam sua mão de obra aos estabelecimentos e obras públicas. O debate apresentado pela autora permitiu observar a discussão da profissionalização na Fazenda de Santa Cruz.

No Capítulo III, intitulado – *Características e Vivências dos escravos em estabelecimentos públicos*, há o subitem “*Profissionalização: o caso da Fazenda de Santa Cruz*”. Rocha apresenta os tipos de profissionalização do trabalho exercido por cativos que tinham utilidade para a dinâmica econômica da região, o que gerou, conseqüentemente, a larga utilização do trabalho dos escravizados especializados. A autora observa que poucos eram os

¹²⁸ Em 1875 José Saldanha da Gama publicou na Revista do Instituto um artigo denominado *História da Fazenda Imperial de Santa Cruz*. Saldanha da Gama (1839-1905) foi outro administrador geral da Fazenda e sócio efetivo do IHGB. Seu texto é longo, que ao todo contempla mais de 60 páginas da Revista. Sob a gestão dos inicianos, Saldanha da Gama concorda que a Fazenda se tornou uma “empresa” de sucesso, onde havia criação de animais, plantações diversas, atividade de pesca, oficinas e indústria de cerâmica. E ainda inúmeras obras de engenharia hidráulica construídas diante das necessidades dos terrenos pantanosos, o que transformou em campos produtivos, férteis, o que antes era terreno pantanoso. Para o administrador a principal obra de engenharia hidráulica foi a Ponte sobre o Rio Guandu, o mais emblemático trabalho do Período Jesuítico. (DA GAMA, José Saldanha. *História da imperial fazenda de Santa Cruz*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1875, T. XXXVIII, 2ª parte, p. 165.).

estabelecimentos que podiam fornecer ampla diversidade de atividades como a Fazenda de Santa Cruz, que se tornou a grande fornecedora de trabalhadores especializados em determinados ofícios.

Em função de seu caráter público mantido depois do confisco dos jesuítas, a Fazenda estava sempre à mercê de mudanças com relação às atividades produtivas. Em cada etapa administrativa é possível identificar mostras de seu potencial econômico. Aos trabalhadores escravizados cabia se adaptar, ou se opor, às novas exigências¹²⁹:

“A coroa, após o confisco, deu seguimento a muitas práticas dos antigos proprietários [jesuítas], inclusive no trato da mão de obra e seu processo de profissionalização e de remuneração. (...) A questão da profissionalização, especificamente para a Fazenda de Santa Cruz e as demais propriedades dos jesuítas, merece um destaque por conta da eficiência administrativa deles. O sucesso do empreendimento da Ordem não teria outro caminho senão qualificar escravos para as demandas que assumiram”¹³⁰.

A obra *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*, organizado por Carlos Engemann e Marcia Amantino e publicado em 2013, reúne abordagens diversas de pesquisadores que analisaram temas múltiplos sobre a Fazenda.

A importância da obra está no fato de apresentar a vida cotidiana, os conflitos e as relações sociais estabelecidas na Fazenda de Santa Cruz durante os seus mais de três séculos de construção histórica, e para isso os autores usam como fonte os *Autos inventários e sequestros da fazenda*, o que permitiu um desdobramento para múltiplos olhares.

Quando se trata da apropriação do legado dos jesuítas para o trabalho, dois artigos da obra contribuem. O primeiro, já citado, de Jonis Freire, *Legados da Administração jesuítica: comunidade e família de Santa Cruz, século XVIII*, onde o autor expôs como a Companhia de Jesus legou à colônia inúmeras contribuições nos ofícios, na instrução escolar, na arquitetura, na arte e na música dando sustentáculo à noção de “cativeiro justo” na escravização de africanos e o seu uso para os diversos trabalhos. A estrutura jesuítica de exploração do trabalho escravo

¹²⁹ ROCHA, Ilana Periciali. p. 218.

¹³⁰ ROCHA, *op. Cit.* 205 e 206.

foi um dos alicerces para a construção de um certo senso comunitário dos cativos da Fazenda, que se manteve sob a gestão Imperial¹³¹.

O segundo artigo, de Carlos Engemann, Carla Rodrigues e Marcia Amantino, intitulado *Os Jesuítas e a Ilustração na Administração de Manoel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804)*, no subitem *Ofícios e Aprendizes na Fazenda de Santa Cruz (1817)*, aborda-se a Fazenda no período Real. Ao tratar dos ofícios exercidos pelos trabalhadores e sua herança jesuítica, os autores concordam:

“Exatamente no que se seguiu à instalação da sede do Império no Brasil, uma série de mudanças foi realizada na capital, demandando várias obras para ajustá-la a seu novo status. Por certo, tais obras consumiram um sem-número de escravos, entre os quais ao menos uma parte pode ter saído da Fazenda. (...) Assim, a racionalização do uso de escravos, como forma de obtenção de mão de obra especializada, foi parte de um processo mais amplo, encabeçado pela administração ilustrada de Couto Reis, que se mirou nas práticas e técnicas adotadas pelos padres jesuítas em suas experiências”¹³².

Houve apropriação desse legado na formação do quadro de funcionários do Matadouro no momento de sua inauguração? Uma vez que alguns dos ofícios já eram praticados na Fazenda no século anterior, enquanto outros só passaram a existir com a instalação do Matadouro, de alguma forma o legado sobre o trabalho e o senso comunitário influenciaram na organização dos trabalhadores e da população em sua demanda por escolas mais apropriadas?

Para tentar responder essas questões vamos adentrar no processo histórico do funcionamento do Matadouro e de seus operários e identificar a partir das fontes que dispusemos o quadro social dos trabalhadores e de seus filhos na Fazenda nos anos 1880.

¹³¹ FREIRE, Jonis. *Legados da administração jesuítica: comunidade e família entre os cativos da Fazenda de Santa Cruz, século XVIII*. In *Santa Cruz: de legados dos jesuítas a pérola da Coroa*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.183.

¹³² ENGEMANN, C. *et al.* *Os Jesuítas e a Ilustração na Administração de Manoel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804)*. In *Santa Cruz: de legados dos jesuítas a pérola da Coroa*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 303 – 305.

2.3.1 O Matadouro

A inauguração do Matadouro ocorreu oficialmente em 30 de dezembro de 1881 comemorada com ato solene. O superintendente da Fazenda era o Conselheiro Antônio Henriques de Miranda Rego, que exerceu o cargo entre os anos 1878 e 1887. Esteve presente no ato o Imperador D. Pedro II, Ferreira Nobre, presidente da Câmara Municipal, e outros vereadores, além de diplomatas, ministros, membros do gabinete entre outras personalidades políticas¹³³.

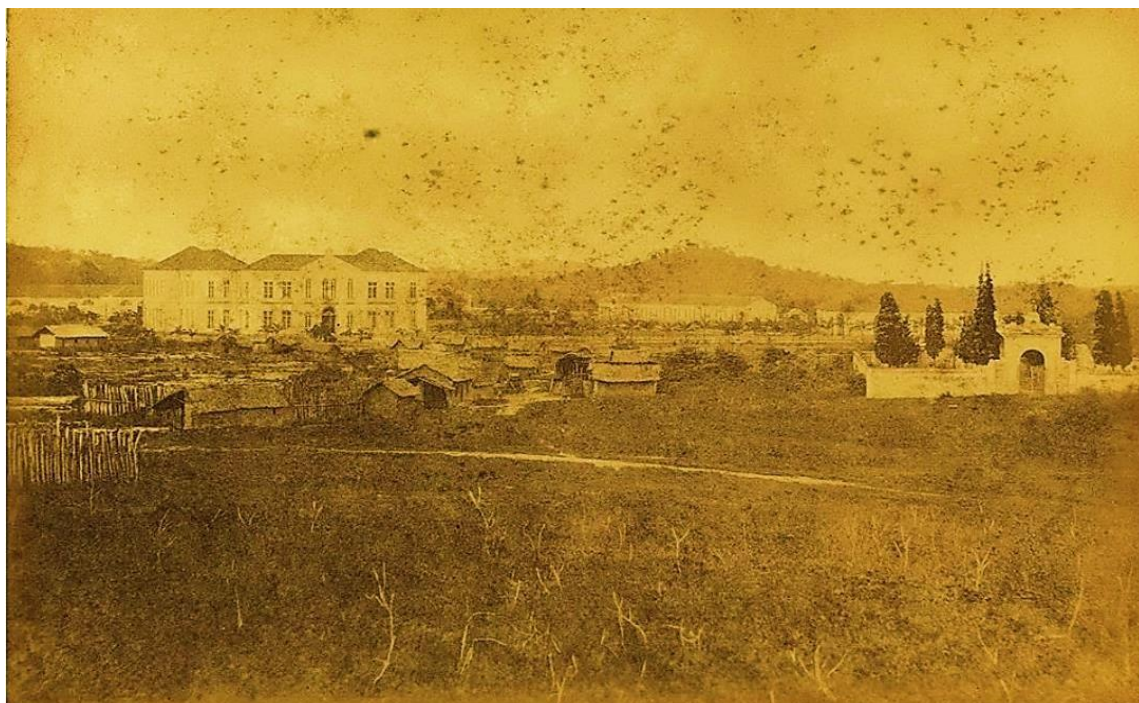


Figura 8: O portão de entrada do novo cemitério. Ao fundo, a sede administrativa do Matadouro, onde funcionou a Escola Santa Isabel, 1895¹³⁴

¹³³ FREITAS, B. *Matadouro de Santa Cruz: cem Anos na Vida de uma Comunidade*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977. p. 72.

¹³⁴ Acessado em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>. Apud. COSTA, Edite Moraes. *Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)*. p. 140.

Na imagem acima é possível observar a sede administrativa ao fundo (à esquerda), onde funcionou a Escola Santa Isabel. No Palacete do Matadouro trabalhavam os empregados superiores, que também poderiam residir no prédio.

O Matadouro de Santa Cruz era o terceiro matadouro público na história do Município Neutro. Sua inauguração substituiu a de São Cristóvão, que funcionou alguns meses até seu fechamento definitivo. A empresa era oficialmente uma repartição pública subordinada à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que tinha total controle administrativo e indicações sobre os grandes cargos.

Na categoria de cargos superiores estavam o diretor, médicos, maquinista-diretor, maquinista-ajudante, dirigente do serviço da mangueira, inspetor do transporte, fiel do tesoureiro, agente comprador (e dois ajudantes), feitor-geral e porteiro¹³⁵.

Competia ao diretor a administração e fiscalização geral dos trabalhadores ordinários e a fiscalização das estruturas do espaço para o seu devido funcionamento. Como atribuição do cargo de médico estava a de examinar o gado abatido. O cargo de porteiro também era por indicação, pois seria necessário alguém de confiança para fiscalizar a entrada e saída do gado¹³⁶.

Dos operários que atuavam diretamente nas oficinas e na produção, os ofícios eram os seguintes: ajudante de limpeza, oficina de fusão, plataforma, matança dos ovinos, servente da administração, magarefes, balança, servente de carro, servente do curral, oficial do estilete, fusão de sebo, salga de couro, extração de línguas, extração de línguas, descarte de tripas, descarte de cabeça, preparação de tripas e carga e descarga¹³⁷.

¹³⁵ AGCRJ. “Carnes e Matadouros. Documentos Variados”, 1881-1882 e “Regulamento para o Matadouro público”, cód. (54-1-10), p. 73-6. *Apud.* PEDROSA, M. *et al.* *As Querelas entre Marchantes e Políticos em torno da Carne Verde (o matadouro público de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1872-1889)*. In ENGEMANN, C. e AMANTINO, M. *Santa Cruz: de legados dos jesuítas a pérola da Coroa*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 340.

¹³⁶ FREITAS, B. *Matadouro de Santa Cruz: cem Anos na Vida de uma Comunidade*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977. p. 82.

¹³⁷ FREITAS, Benedicto. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1950. Pp. 121, 122.



Figura 9: Trabalhadores do Matadouro (1920).¹³⁸

Na lista elaborada por Benedicto de Freitas consta o nome de todos os empregados superiores e subalternos atuantes no Matadouro no ano de sua inauguração. As funções que mais exigiam mão de obra para o funcionamento eram as de magarefe¹³⁹ e operador da balança, ambas com 43 funcionários. As demais enumeravam-se assim: Encarregado de Limpeza, 1; Ajudante de Limpeza, 1; Contínuo, 1; Feitor de Magarefes, 1; Dito dos Balanças, 1; Dito do Curral, 1; Dito do Curral, 1; Dito da Preparação de Buchos, 1; Dito da oficina de Fusão, 1; Dito da plataforma, 1; Dito da Matança dos Ovinos, 1; Servente de Administração, 1; Serventes de carro, 26; Servente de curral, 6; Oficial de Estilete, 4; Fusão de Sebo, 6; Salga de Couro, 10; Matança de Ovinos, 5; Extração de Línguas, 2; Extração de Sebo, 4; Descarte de Cabeças, 2; Preparação de Tripas, 30; Carga e Descarga, 16.

¹³⁸ Augusto Malta. 1920. Trabalhadores no Matadouro. *Apud.* COSTA, Edite Morais. *Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)*. Dissertação de Mestrado. UFRRJ: Seropédica, RJ, 2017. p. 116.

¹³⁹ Magarefe é aquele que mata ou esfolia as reses nos matadouros, carniceiro. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O Dicionário da Língua Portuguesa*.



Figura 10: Casa de Matança do Matadouro de Santa Cruz.¹⁴⁰

Na lista dos primeiros funcionários subalternos consta um total de 209 trabalhadores. Todos homens, nenhuma mulher. Não sabemos a idade deles, porém sabemos que crianças estavam presentes, como aponta as fontes (que serão abordadas a seguir). Na fotografia de Augusto Malta de 1920 (Figura 9) é possível identificar uma criança na parte esquerda da fotografia.

O grupo de operários do Matadouro ainda teve a oportunidade de residir em vilas operárias, bem próximas a unidade de produção. Vilas operárias podem ser compreendidas como uma ação visando assegurar o operariado. Elas eram doadas aos funcionários. Foram construídas bem próximas à sede administrativa dentro da área do Matadouro. Formavam duas avenidas de casas, totalizando 38 casas, formando 4 quarteirões. Dessas casas, 30 foram divididas em duas, para abrigar mais famílias de funcionários, 8 não chegaram a ser ocupadas. E ainda ficaram reservadas, 1 para os feitores, 2 foram requisitadas pela Administração do

¹⁴⁰ Acervo NOPH.

Matadouro, sendo 1 destinada para a escola de alfabetização dos filhos dos operários, 3 para casas de negócios, 1 para o Agente do gado e 1 para os dobradores do couro.

Benedicto de Freitas listou 214 pessoas que viveram nessas casas no ato da inauguração, todos funcionários do Matadouro. O autor nos informa ainda o número da casa, o cargo do funcionário, o número de pessoas que viveram em cada delas. Ficando assim: 164 brasileiros, 38 portugueses, 2 espanhóis, 7 paraguaios e 3 africanos. Nesse total, 53 crianças eram crianças¹⁴¹.

Esse era o panorama social da Fazenda às vésperas da inauguração da Escola Santa Isabel, em 1886. Fatores de ordem social vão alterar ainda mais as estruturas da região que vão impactar não apenas a vida dos operários, mas na de seus filhos. A educação das crianças entra nas reivindicações dos trabalhadores que viverão duas experiências diretamente impactantes sobre suas vidas: a fundação da Escola Imperial e a decadência da então escola municipal com condições precárias.

A seguir discutiremos como as demandas sociais se deram em torno do tema educação para as crianças. Para além das demandas, as fontes possibilitam uma discussão das transformações que a Fazenda de Santa Cruz passou nos anos 1800, ora pela instalação do Matadouro ora pela fundação da Escola do Imperador fundada pouco antes.

2.4 As Demandas Sociais Por Escolarização Na Fazenda De Santa Cruz

Camila Estevam Gomes¹⁴² investigou os debates e as iniciativas educacionais por meio de periódicos publicados por homens e mulheres que residiam e trabalhavam no subúrbio do Rio de Janeiro (no caso, em Engenho de Dentro). Na referida pesquisa, a autora mostrou a maneira pela qual os movimentos associativos dos trabalhadores do subúrbio carioca expuseram as demandas dos operários, pontuando a relação emergente entre instrução, lutas políticas e o mundo do trabalho.

¹⁴¹ FREITAS, Benedicto. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1950. p. 84.

¹⁴² GOMEZ, Camila Estevam. *“Instruam o operário”: Projetos, disputas e demandas por instrução para trabalhadores na imprensa do Engenho de Dentro (1890-1905)”*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2018.

“o movimento associativo representou um mecanismo de atuação, na esfera pública, dos trabalhadores e sujeitos pertencentes à classe trabalhadora e, na concepção desses sujeitos, a força desse movimento estava na reunião da classe em termos “de ganhos para os trabalhadores em relação à ação individual.”¹⁴³

Considerando essa perspectiva, pode-se compreender algumas das formas de organização de trabalhadores com o intuito de reivindicar, ou ainda expressar e pontuar ideias e projetos no período mencionado. Ou seja, teremos experiências diversas, em recortes cronológicos e espaciais próximos, onde os trabalhadores se organizarão para reivindicar suas demandas. Essas lutas dos trabalhadores e das camadas mais baixas da sociedade discutidas pela historiografia recente nos apresenta algumas formas recentes de associação dos trabalhadores. No tocante a população da Fazenda de Santa Cruz e os trabalhadores do Matadouro, eles constituíam-se assim como sujeitos de ação coletiva, dentro de seu espaço de ação pública, apresentando suas formas de organização e interesses próprios.

Observando as exigências da população da Fazenda envolvida com a Escola Santa Isabel (moradores, operários e professores) é possível refletir sobre quais os tipos de demandas desses sujeitos e as formas de organização que construíram, possibilitando identificar os valores defendidos por eles de forma mais ampla, bem como sua visão de mundo.

Mencionei na citação de Benedicto de Freitas a Sociedade Beneficente e Fraternidade Operária fundada em fevereiro de 1882, logo após a inauguração do Matadouro. A entidade era constituída por funcionários do Matadouro e tinha por finalidade prestar amparo em caso de enfermidades e falecimentos. A ausência dessa Associação na historiografia e nas fontes do período não me permitiu avançar sobre sua atuação política quanto ao tema educação.

Todavia, as associações operárias na transição do século XIX para o XX representavam mecanismos de reivindicação dos trabalhadores. A organização política desses sujeitos possibilitava um fortalecimento de classe e possíveis ganhos de direitos e de qualidade no trabalho para um melhor exercício da atividade a qual desempenhavam¹⁴⁴. Por isso não difícil considerar a existência dessa Associação no Matadouro.

¹⁴³ GOMEZ, Camila Estevam. p.74.

¹⁴⁴ BATALHA, Claudio (Org.). Dicionário do movimento operário na cidade do Rio de Janeiro do século XX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

Reclamações sobre o descaso com a ausência de prédios próprios e do abandono com os filhos matriculados nas escolas existentes de responsabilidade da Câmara Municipal vinham de diferentes esferas sociais, como dos profissionais da educação e dos moradores da Fazenda. O poder municipal ratificou as queixas.

A Diretoria das Escolas Municipais Suburbanas recebeu algumas queixas por meio de carta relatando alguns dos infortúnios que impossibilitavam a expansão do processo de ensino e o funcionamento regular das aulas. Dá para se perceber a delicadeza de alguns desses problemas, como por exemplo, a da falta de prédios próprios, relatado por uma professora da Escola Municipal de Santa Cruz em 1884.

“Diretoria das Escolas Municipais Suburbanas

15 de Janeiro de 1884

Ilmos e Exmos Sres

A professora da Escola Municipal de Santa Cruz, continua a reclamar contra o mau estado da casa, sobretudo pela incapacidade da sala do ensino em relação aos alunos que a frequentam. Em o ano a Ilma. Câmara atendendo a justa reclamação da professora autorizou-me a mudar a escola, porém a carência absoluta de casas com as comodidades precisas tem obstado o cumprimento dessa ordem. Os poucos edifícios centrais que pela sua posição prestam-se o fim aludido estão ocupados, regulando os aluguéis de 20\$ a 120\$ por mês. Além disso acresce ainda que, talvez fosse necessário argumentar a sala de qualquer deles em relação a frequência dos alunos que vai em argumento conforme o rápido desenvolvimento da localidade”¹⁴⁵.

Em outra carta a reclamação voltava-se a evasão dos alunos por motivo de desligamento e transferência para a Escola Mixta Imperial, fundada em 1885, e ainda cobrava, novamente, a melhor estrutura do espaço destinado às aulas, ainda não resolvido desde a última reclamação de janeiro de 1884. É importante pontuar que a referida Escola funcionava na casa construída para os operários.

¹⁴⁵ AGCRJ. Diretoria das Escolas Municipaes Suburbana. 15 de janeiro de 1884.

“Diretoria das Escolas municipais Suburbanas,

12 de março de 1886

(...) A falta de frequência tem continuado máxima depois da abertura da Escola Mixta Imperial que absorveu a maioria dos alunos frequentadores da escola municipal colocada muito próxima dela. A Escola Imperial comportando 100 alunos de ambos os sexos como benevolmente informam o Exmo. Sr. Cons^o Superintendente em o 1^o de junho por (...), satisfazer as necessidades do lugar e pode segundo me consta, receber ainda alunos de ambos os sexos por não ter completado o máximo da frequência. Motivado pela pouca concorrência e de harmonia com o art. 14 do Reg, todas escolas municipais, deliberou (...) a Câmara em sessão de 11 de fevereiro transferir a escola municipal de Santa Cruz para a Fontinha freguesia de Irajá localidade paupérrima e cheia de analfabetos onde o ensino municipal pode ser mais concorrido e aproveitado. Se a (...) Câmara em sua sabedoria entender conveniente manter o ensino municipal em Santa Cruz, é necessário mudar de prédio, pois a casa onde funcionaram as aulas está muito arruinada precisando de reparos urgentes e concertos dispendiosos.”¹⁴⁶

Na tentativa de não perder a unidade escolar diante da possibilidade de fechamento da Escola Municipal, que seria transferida para a freguesia de Irajá, a população que dependia diretamente dos serviços da escola emitiu um abaixo assinado contendo 57 assinaturas, solicitando por parte da Câmara Municipal reconsiderar a possibilidade de fechamento e ainda a ampliação do serviço escolar para as meninas e, novamente, melhorias no prédio.

“Ilmos e Exmos Sres (...) Presidente e mais Vereadores da Ilma. Câmara Municipal da Côrte.

Informe com urgência o Sr. Diretor das Escolas sobre o alegado nesta representação, declarando qual a frequência ordinária da escola mixta, aproveitamento, assiduidade dos professores. (...)

4 de Maio de 1886. (...)

¹⁴⁶ AGCRJ. Directoria das Escolas Municipaes Suburbana. 12 de março de 1886.

Nós, abaixo-assinados, cidadãos residentes no Curato de Santa Cruz vamos por meio deste solicitar de V. Exa. A reconsideração da Resolução da Ilma Câmara que transfere deste Curato para outra localidade a escola mixta que aqui mantinha.

Para isso com todo respeito ponderamos a essa Ilma Câmara que a Escola que S. M. o Imperador tem neste Curato só comporta o número de quarenta meninas, o qual se acha completo, ficando portanto as vinte e duas que se acham matriculadas na escola mixta municipal, que a Câmara pretende transferir para a Freguesia de Irajá, sem ensino, porquanto a escola pública que funciona neste Curato é para os alunos do sexo masculino, sendo a de meninas em Sepetiba, lugar que a Câmara não ignora ser distante nove quilômetros deste povoado, cuja distancia não pode ser vencida diariamente pelas meninas. (...)”¹⁴⁷.

Como já exposto, é provável que essa referida escola municipal reclamada nas cartas, atuando com a modalidade mista, funcionasse em uma das casas da vila operária, que na ocasião de sua inauguração possuía 214 moradores, organizados por grupos domiciliares diferentes e distribuídas em 38 casas, dentre esses, 53 eram crianças, filhos dos operários¹⁴⁸.

Solicitações como a apresentada acima permitem acessar algumas das formas de organização popular na Fazenda de Santa Cruz onde a educação era reivindicada pela população diretamente dependentes dela. Os sujeitos aparecem pedindo que o Estado reconsidere sua decisão diante de sua realidade com a Escola, procuravam assim, de certa forma, influenciar a Câmara quanto aos processos de escolarização. É possível perceber na linguagem formal do abaixo-assinado o tom de súplica, forma comum no trato com as autoridades. Há aqui formas de exigir aquilo que as leis do império lhes facultavam.

Ana Luiza de Jesus da Costa, que analisou os abaixo-assinados como fonte em sua obra *O Educar-se das Classes Populares no Rio de Janeiro Oitocentista*, observa que as lutas coletivas como forma de garantir direito, uma bandeira das classes populares.

“Disposição constitucional desde 1824, porém, na prática, ministrada ao povo como dádiva do Estado e, principalmente, de elites filantrópicas, a instrução vai, paulatinamente, se tornando fator aglutinador de comunidades em uma luta coletiva pelo direito à

¹⁴⁷ AGCRJ. 4 de março de 1886.

¹⁴⁸ COSTA, Edite. p. 125.

educação. O teor dessa luta e a capacidade de interferência das classes populares nas políticas educacionais não se resumiam a requerer escolas”¹⁴⁹.

Os abaixo-assinados constituíram formas de interferência nos processos escolares, exigindo-se professores mais qualificados, locais mais bem apropriados entre outros. Problemas com a remuneração dos professores da única escola municipal da região também pode ser constatado na documentação da época.

“Pedido feito à Camara Municipal para remuneração não paga

Januária Soares de Vasconcelos, professora da Escola Municipal de S. José, não tendo recebido seus honorários de 1 a 20 de janeiro do corrente ano como professora da Escola Mixta Municipal do Curato de Santa Cruz, por achar-se com licença o ilustríssimo Sr. Diretor Bento Barroso Pereira o qual não pode apresentar as respectivas folhas para pagamento, requer que vossa excelência se digne diferir o presente requerimento inandando-lhe abonar os honorários que lhe são devidos, e a suplicante.

E. C. M

Rio de Janeiro, 24 de março de 1885.

Januária Soares Vasconcelos”¹⁵⁰

Esse protagonismo de pais de alunos, moradores da Fazenda, professores nos permitem observar que eles atuaram na construção do processo de escolarização, não apenas estivera em posição passiva diante das leis e dos dirigentes do Império.

A ação educativa da instituição e sua formação para as novas necessidades econômicas da capital do Império e da Fazenda de Santa Cruz, representa seu desenvolvimento econômico no decorrer dos anos de 1870 e 1880, como parte de toda a conjuntura política e econômica que o Império brasileiro vivenciava nos anos finais do século XIX.

Orientado pela indagação que me foi proposta por Beaklini sobre “qual a discussão que perpassava a sociedade oitocentista para a valorização desta modalidade de ensino

¹⁴⁹ DA COSTA, Ana Luiza Jesus. *O Educar-se das Classes Populares no Rio de Janeiro Oitocentista* (Locais do Kindle 6010-6012). Paco e Littera. Edição do Kindle.

¹⁵⁰ AGCRJ. Vencimentos, gratificações e abonos – Professores das Escolas Municipais (1885-1892). Códex 8.1.21

[profissionalizante]¹⁵¹”, identifiquei que a fundação do Matadouro em 1881 e a Escola Santa Isabel em 1886 correlacionavam-se para corroborar o projeto de escolarização no qual o trabalho prepararia e ensinaria os códigos de conduta exigidos para se consolidar uma sociedade civilizada, caracterizada pelo controle, pela disciplina, pelo exercício de fortalecimento da virtude moral para vencer a inclinação para a vadiagem nos excluídos. A fundação da Escola Santa Isabel nos permite perceber uma apropriação do discurso oficial vindo dos moradores da Fazenda, que passam a considerar a Escola a instituição responsável ampliar a participação nas novas dinâmicas econômicas.

Na próxima seção, analisaremos a fonte principal, que reflete o discurso oficial sobre a educação profissional e o alinhamento da instituição com as exigências para o Ensino Técnico no Brasil. Os porta-vozes oficiais são alguns dos vereadores da Câmara Municipal, responsável pela instrução.

¹⁵¹ BEAKLINI, 2018: p. 42.

CAPÍTULO 3

“Instrução a Todo Tempo e em Todos os Lugares” - A Experiência Histórica da Escola Santa Isabel nas Dependências do Matadouro De Santa Cruz.

Nos capítulos anteriores apresentamos as fontes que possibilitaram construir um contexto da história da Fazenda de Santa Cruz e seu desenvolvimento político, econômico e social, enfatizando as rupturas, continuidades e os impactos no trabalho, nos trabalhadores e nos processos de educação. Acompanhar as discussões de alguns dos porta-vozes do ensino técnico no século XIX sobre a instrução dos operários e o papel do ensino profissional nos permitiu compreender a construção do Matadouro como um marco de transformação na história do trabalho na Fazenda de Santa Cruz.

Neste capítulo vamos apresentar o levantamento feito sobre a inauguração da Escola Santa Isabel e o seu objetivo enquanto instituição sob a responsabilidade da Câmara Municipal. O objetivo é refletir sobre os projetos de instrução destinada aos filhos dos operários do Matadouro fornecida pelo poder público, diante de um contexto acelerado de mudanças socioeconômicas.

Os autos de inauguração da Escola de Santa Isabel no Edifício do Matadouro, a Solenidade de Abertura da Escola de Santa Isabel no Matadouro de Santa Cruz e o Relatório da Fundação da Escola de Santa Isabel, todos documentos oficiais, revelam aspectos sobre as iniciativas políticas para a Escola, sua adequação à conjuntura econômica da Fazenda e às solicitações dos cidadãos do Curato. A fala dos representantes da Câmara Municipal quanto ao papel do ensino profissional e da instrução para os operários e os seus filhos na Escola Santa Isabel, como veremos, busca reforçar o discurso de dádiva por parte dos governantes, bem como a resolução de problemas com os funcionários da Escola. Ao exaltar o ato voluntário, os discursos buscavam transformá-lo em uma concessão dos poderes públicos, invisibilizando a ação dos moradores da Fazenda, dos operários e seus filhos e ainda dos professores empregados na Escola.

A documentação oficial reforça o ato beneméritos e a ação devotada dos governantes à causa da instrução dos filhos dos operários, da educação e da cidadania. E. P. Thompson nos adverte quanto aos cuidados em não adotarmos em nossas interpretações das fontes à imagem

transmitida pelos próprios governantes e das elites dominantes¹⁵². Thompson, quando analisou as relações entre patrícios e plebeus na Inglaterra pré-industrial, atentou para a pompa da *gentry* como um teatro de encenações a fim de se estabelecer o controle social, seus atos de caridade como apaziguamento dos conflitos, suas benevolências como vitórias plebeias. O autor atentou para as diferenças existentes na estrutura paternalista, que mesmo inseridas em determinado contexto, podem apresentar feições repressivas, indiferentes ou até calorosamente humanitária¹⁵³. Observar essas nuances é parte do trabalho do historiador e fundamental para a análise das fontes desse capítulo.

No discurso dos representantes da educação da Câmara Municipal, o interesse era relacionar os atos dos governantes à ideia de dádiva, e, além disso, argumentar que o caminho para a liberdade e o progresso passava impreterivelmente pela instrução na Escola Santa Isabel. A maior dádiva no contexto da inauguração da instituição seria a escolarização, concedida sob a imagem de um ato voluntário, livre e gratuito dos governantes.

Corroborando a perspectiva conceitual de E. P. Thompson sobre o paternalismo como campo de disputas, podemos observar que os operários, os moradores da Fazenda e os trabalhadores da educação não são apenas seres passivos, receptores das concessões dos poderes públicos, e sim que, através de suas demandas, estratégias de negociação e pressão obtiveram algumas conquistas importantes, sendo protagonistas nas estruturas de ensino da sociedade oitocentista. A fundação da Escola não se deu num vazio cultural. Na fala dos vereadores, percebemos um tipo de paternalismo onde a Câmara Municipal meio que reconhece essa cultura operária local.

Essas ações do poder municipal consolidam-se num conjunto de relações entre receptores e doadores onde a concessão da benesse submetia o receptor à fidelidade ao doador¹⁵⁴. Ao mesmo tempo, reivindicações por parte dos trabalhadores nos permitem acessar as falhas no sistema de ensino e suas necessidades, além de nuances da visão de mundo desses trabalhadores e pessoas diretamente envolvidas das demandas e nas ações da Câmara Municipal.

¹⁵² THOMPSON, E. P. *Patrícios e Plebeus*. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 29-30.

¹⁵³ THOMPSON, E. P. *Os Românticos. A Inglaterra na Era Revolucionária*. p.17.

¹⁵⁴ POPINIGES, F. *Proletários de casacas: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. p. 57.

3.1 Solenidade de Abertura da Escola de Santa Isabel, no Edifício do Matadouro de Santa Cruz

No dia 31 de julho de 1886, o jornal Diário de Notícias publicava um informativo intitulado “A Festa em Santa Cruz – Escola Santa Isabel”¹⁵⁵. A notícia cobria a ida do imperador D. Pedro II à Fazenda de Santa Cruz por ocasião da inauguração da Escola Santa Isabel. O texto dedicou-se exclusivamente à rotina de D. Pedro II, sendo conciso quanto às demais personalidades políticas presentes.

Uma informação pertinente no referido jornal foi a visita do Imperador a Escola Mixta Imperial, fundada em 1885, e mantida por ele mesmo. Transcrevo um trecho particularmente importante para este capítulo:

“dirigiu-se a escola por ele subvencionada [Escola Mixta Imperial] e examinou os alunos (...). Nesta escola (...) *inaugurou as oficinas de serralheiro e ferreiro*. Em seguida, a comitiva partiu para o Matadouro, sendo solenemente inaugurada a nova escola, que recebeu a denominação de Santa Isabel. (...) Orou o Dr. Luiz de Moura, lendo o Dr. Rabello o relatório”¹⁵⁶. (o grifo é meu).

Como se percebe pelo relato acima, a Escola Mixta Imperial mantida por D. Pedro II estava em pleno funcionamento quase um ano após sua inauguração e ampliando as atividades voltadas à formação profissional.

No acervo do NOPH há três sinos fundidos nas oficinas da Escola Mixta Imperial do qual registrei imagens em visita ao local, que permitem observar alguns detalhes:

¹⁵⁵ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIA. Ano 1886. Edição 418.

¹⁵⁶ *Ibid.* Ano 1886. Edição 418.



Figura 11: Sinos confeccionados na Escola Mixta Imperial da Fazenda de Santa Cruz¹⁵⁷

¹⁵⁷ Os sinos estão na sede do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH). Acervo pessoal do autor.

A data de fundição impressa em um dos sinos, que pode ser observada na Figura 11, de dezembro de 1886 – foram confeccionados na oficina da Escola Mixta Imperial, sob encomenda da Igreja Matriz do Curato de Santa Cruz¹⁵⁸.

Adriana Beaklini, em dissertação de mestrado sobre a Escola Mixta Imperial, observou que as oficinas geravam renda para a Escola¹⁵⁹, pois assim como os sinos, outras encomendas das demais oficinas aconteciam¹⁶⁰. Constatou a autora que devido à ausência de fontes, não foi possível afirmar se as encomendas externas, “para fora”, geraram uma fonte de renda para os alunos, a exemplo da caixa econômica escolar existente no Asilo dos Meninos Desvalidos¹⁶¹.

No entanto, a análise de Beaklini ilumina o entrelaço da dinâmica econômica com a instrução, ou seja, a estreita relação entre uma educação adequada às exigências econômicas vigentes, aquilo que Tarquínio de Souza, defensor do ensino profissional no século XIX, considerava ser a junção mais apropriada para o progresso econômico do Brasil¹⁶².

A matéria do jornal *Diário de Notícias* ainda citou que a oratória na solenidade de abertura coube ao vereador Dr. Luiz de Moura, membro da Comissão de Instrução, eleito em 1886 em evento ocorrido no espaço onde seria a Escola.

¹⁵⁸ BEAKLINI, A. *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz*. P. 108.

¹⁵⁹ BEAKLINI, A. p. 110.

¹⁶⁰ Segundo Benedicto Freitas, as oficinas da Escola Mixta Imperial realizavam encomendas externas nas áreas de carpintaria com as obras de “talha e torneado, mesas, bancos, balcões e venezianas”. A alfaiataria contribuía com o “exercício preparatório do corte, elaboração dos uniformes da banda da Fazenda e dos alunos da Escola, e recebiam encomendas para “serviços para fora”. (FREITAS, B. *Santa Cruz (Fazenda Jesuítica, Real, Imperial)*, Vol. III. Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1987. p. 613).

¹⁶¹ O Asilo dos Meninos Desvalidos era um internato com propostas de educação profissional sob a responsabilidade do Município. Foi instituído em 1874 e possuía oficinas-escolas que eram um lugar de aprendizagem de um ofício e recebiam encomendas externas. Gerava renda para a manutenção do asilo e para os cofres públicos. O lucro das oficinas era depositado na Caixa Econômica Escolar, criada pelo ministro Manoel Pinto de Souza Dantas (decreto de 19 de abril de 1879, artigos 4º, §4º). A Caixa Econômica Escolar funcionaria em todas as escolas públicas de instrução primária do município da Corte e os depósitos poderiam ser realizados pelos alunos a partir de pequenas quantias que os pais ou protetores dariam. Posteriormente, os depósitos foram recolhidos à Caixa Econômica do Estado, que restituiria ao aluno quando ele deixasse a escola. (Ver BEAKLINI, A. *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz*. P. 109; SOUZA, Maria Zélia Maia de. *Educar, trabalhar, civilizar no asilo de meninos desvalidos, 1875-1894: caminhos possíveis*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008. (Dissertação de mestrado).

¹⁶² Na obra já analisada aqui, Tarquínio de Souza defendeu o seguinte: “É inegável que o conjunto das ciências que formam o Ensino Técnico e que fazem o comerciante, o industrial, o agricultor e o simples operário é o que mais diretamente concorre para o progresso econômico do país. (...) É um fator de primeira grandeza para o nosso desenvolvimento econômico e por consequência, deve ser considerado um dos problemas mais palpantes, no atual momento histórico da vida brasileira.”. (*O Ensino Technico no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1887. p. 44)



Figura 12: Escola Estados Unidos da América do Norte, antiga Escola de Santa Isabel¹⁶³.

No discurso do vereador Manoel Luiz de Moura para a “Solenidade de Abertura da Escola de Santa Isabel no edifício do matadouro municipal em Santa Cruz”¹⁶⁴, há longos elogios aos atos abolicionistas da princesa Isabel (que havia comemorado seu aniversário um dia antes, concedendo 60 Cartas de Alforria no Paço Municipal), além de analogias entre a libertação e a inauguração da dita escola:

“Por dois meios procurou a Câmara comemorar o faustoso aniversário da herdeira das exímias virtudes da nossa excelsa imperatriz: a fundação de uma escola e entrega de 60 cartas de liberdade (...). Bem saliente é a analogia destes meios e admirável é a harmonia entre eles (...), porque libertar escravos é despedaçar os grilhões que lhe arroxavam os braços, educar crianças é libertá-las de um cativeiro quiçá mais pesado e funesto – o cativeiro da ignorância; admirável é a harmonia entre tais meios e as magnânimas tendências de sua alteza”.

¹⁶³ Atual sede do Eco Museu de Santa Cruz e do NOPH - Zona Oeste. Fotografia de Augusto Malta, 17/7/1926.

¹⁶⁴ Publicado na íntegra Jornal do Commercio de 1886 Edição 222. (Disponível em <http://memoria.bn.br> Acesso em Setembro de 2017).

O que se pode extrair da fala de Luiz de Moura é um discurso caracterizado de responsabilidades atribuídas aos governantes de formar os cidadãos e trabalhadores, segundo seus ideais de civilização: estas características das ações paternalistas no nosso contexto.

Ana Luzia de Jesus da Costa observou as disputas pela educação no Rio de Janeiro oitocentista mediatizadas pelas relações de dádiva e direito. No Brasil independente, considera Costa, não havia concepção estável de que o Estado teria a obrigação de prover a educação da sociedade:

“O que se via era um discurso governamental que atribuía a si o direito de formar os cidadãos de acordo com sua ordem(...). Este discurso, porém, não correspondia diretamente à prática, quando grande parte da tarefa de instruir e educar as classes populares – instrução primária para adultos ou crianças pobres – ficava a cargo de particulares individualmente ou associados e adotando estratégias de baixo custo.”¹⁶⁵

Na fala do vereador Manoel Luiz de Moura os dependentes são apresentados como seres passivos e a Câmara Municipal a instituição benemerita:

“Sereníssima Princesa, a câmara promovendo uma verdadeira festa de caridade para solenizar vosso aniversário, quis traduzir do modo mais digno e eloquente a profunda veneração e o alto apreço que tributa às vossas subidas virtudes e, apelando para ela, vos pede dupliqueis de esforços em prol da santa causa dos escravos e da infância desvalida”¹⁶⁶.

No discurso oficial, a Escola Santa Isabel deveria receber os ingênuos e libertos conjugando educação e trabalho como forma de “libertá-los da ignorância”. A proposta da Escola, pelo discurso de Moura, está no contexto dos debates sobre o fim do sistema escravista, pois considerando a análise de Marcus Vinícius Fonseca,

“[nos debates sobre alforria], encontramos a valorização da educação dos negros e toda a contradição oriunda dessa valorização, pois expressava o posicionamento de uma sociedade

¹⁶⁵ COSTA, Ana Luiza Jesus. *O Educar-se das Classes Populares no Rio de Janeiro Oitocentista* (Locais do Kindle 457). Paco e Littera. Edição do Kindle.

¹⁶⁶ SOLENIDADE DE ABERTURA DA ESCOLA SANTA ISABEL, NO EDIFÍCIO DO MATADOURO EM SANTA CRUZ (Publicado na íntegra Jornal do Commercio de 1886 Edição 222. Disponível em <http://memoria.bn.br> Acesso em setembro de 2017).

em que a educação em moldes escolares, por si só, era um privilégio”¹⁶⁷.

A fala do vereador não correspondia diretamente à prática. Veremos na próxima seção deste capítulo, no Relatório de Fundação, que a Escola Santa Isabel teve seus fundos oriundos em partes de verbas públicas. Em suma, a instrução primária para os filhos dos operários era mantida também por particulares individualmente e associados. A Câmara Municipal, responsável legal da Escola Santa Isabel, adota estratégias de baixo custo se comparadas às da Escola Mixta Imperial. Ela não possui prédio próprio e atende apenas aos filhos dos operários do Matadouro da Fazenda de Santa Cruz, excluindo as demais crianças do Curato de Santa Cruz.

De qualquer modo, o projeto de profissionalização e a instrução fornecidas na Escola Santa Isabel pela ótica de Moura, atuariam como instrumentos capazes de libertar o cativo e adequá-lo ao ideal de uma sociedade livre, com regras de civilidade e ainda capacitado para permanecer nos postos de trabalho mais qualificados, acompanhando, assim, o progresso: “É uma prova frisante de que a sociedade brasileira sabe compreender de que um povo só é verdadeiramente grande e livre quando o batismo da instrução tem chegada as últimas camadas sociais”¹⁶⁸.

Mas, o que seria uma educação até as últimas camadas sociais, uma educação popular, na sociedade imperial brasileira? Os limites de uma educação até as últimas camadas sociais no período do Império se dão pelos próprios termos estabelecidos pelas elites. Parece haver na fala do vereador Manoel Luiz de Moura o interesse em se ampliar a educação popular, mesmo o Estado não tratando a educação como um direito social e ainda estabelecendo uma autoimagem de doador, anulando e invisibilizando as reivindicações sociais. Citando Ilmar Mattos:

“(…) não se reivindicava para o governo do Estado tanto um dever, e sim um monopólio de uma direção também neste campo particular: ‘resta ainda tornar uniforme o sistema de ensino das atuais escolas e dar-lhes a mais conveniente direção, estabelecendo meio de o fazer, e de fiscalizar se os professores cumprem como devem seus deveres’¹⁶⁹.

¹⁶⁷ FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF: 2002. p. 22.

¹⁶⁸ SOLENIDADE DE ABERTURA DA ESCOLA SANTA ISABEL.

¹⁶⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1994. p.252.

O Estado, de certa forma, reconhece a necessidade de instruir a população, mas, como propõe Ana Luzia de Jesus Costa, “compreender os significados da educação para as classes populares oitocentistas, ou suas visões de educação” a partir das fontes oficiais a fim de contextualizar uma história vista por baixo, é um desafio interpretativo que se faz ao historiador.

Talvez por este motivo esta instrução fornecida nas dependências do Matadouro para os filhos dos operários tenha como característica a aprendizagem voltada para o trabalho, ou seja, qualificação de mão de obra. Os trabalhadores e seus filhos seriam participantes da sociedade civilizada e hierarquizada como o das elites.

A escolarização e trabalho para os filhos dos operários na Escola Santa Isabel nas dependências do Matadouro representa o desejo de dominar e moldar ao seu projeto o desenvolvimento intelectual e a qualificação profissional do povo, a fim de direcioná-lo aos seus projetos. Projetos como esse e sistemas de ensino atuais parecem ainda ser construídos dessa forma no Brasil.

3.2 O Relatório da Fundação da Escola de Santa Isabel

Após a fala de Luiz Moura, foi lido *O Relatório da Fundação da Escola de Santa Isabel* pelo vereador Antônio José da Silva Rabelo, que exerceu o mandato entre 1883 e 1887. Ele se autodenomina autor da proposta de fundação da Escola cujo objetivo seria o de satisfazer dois fatos: “1º. acudir a uma necessidade palpitante e instantemente apontada pelo pessoal superior deste estabelecimento; e, 2º. Comemorar faustosamente o aniversário natalício da sereníssima princesa Isabel”¹⁷⁰.

Na ocasião da fundação, 13 vereadores se faziam presentes. Outras personalidades políticas como membros da família imperial, Miranda Rego, superintendente da Fazenda, o padre provincial e a imprensa estavam na solenidade, que aconteceu no Palacete do Matadouro, sede administrativa da empresa, local onde funcionou a Escola. O padre Frei João do Amor Divino Costa proferiu uma bênção no local onde funcionaria a Escola.

¹⁷⁰ RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE SANTA ISABEL (Publicado na íntegra Jornal do Commercio de 1886 Edição 222. Disponível em <http://memoria.bn.br> Acesso em setembro de 2017)

O Relatório foi publicado na íntegra no *Jornal do Comércio*, edição 222 de 1886, a apenas alguns dias após o evento ter ocorrido em Santa Cruz. Isto é interessante notar pois a imprensa servia como uma espécie de extensão da tribuna do Parlamento, um local ampliado de espaço para debates¹⁷¹.

O vereador Antônio José da Silva Rabelo inicia a leitura do relatório enaltecendo os feitos da Câmara Municipal em prol da educação, salientando que a Escola Santa Isabel se juntaria as outras 10 que estavam em funcionamento na municipalidade, todas com frequência controlada e voltada para os cidadãos que dependem dela.

Silva Rabelo apresenta um panorama da situação escolar na Fazenda que outras fontes já analisadas aqui confirmam. Nas palavras do vereador:

“Desde o dia 30 de dezembro de 1881, data em que foi inaugurado o matadouro público, mandado construir em Santa Cruz, ficaram, por assim dizer, todos os filhos dos operários deste estabelecimento à mingua de instrução, desde esta época até hoje. (...) É verdade que antes desta data, em 19 de julho do mesmo ano, inaugurou-se a escola de Santa Cruz, no curato do mesmo nome, porém, as más condições do prédio em que funcionava e a distância um tanto longa do edifício do matadouro, não permitiram que a mesma tivesse uma frequência satisfatória, reduzindo-se a 35 alunos, no máximo, quando só no matadouro havia para mais de 60 crianças, que precisavam de educação.”¹⁷².

Diante das fontes que apresentamos até aqui, que nos permitem analisar a situação escolar na Fazenda de Santa Cruz às vésperas da inauguração da Escola Santa Isabel, desenhamos o seguinte quadro: em 1882, segundo a Relação de Matrículas e Frequência apresentado a Diretoria das Escolas Municipais e Suburbanas, na freguesia de Santa Cruz, havia o total de 52 alunos (14 meninos e 38 meninas)¹⁷³. Quando a Escola Mixta Imperial foi inaugurada em 1885, contava com 84 alunos (40 meninos e 44 meninas), entre 7 e 14 anos¹⁷⁴.

¹⁷¹ CARVALHO, J. M. *As Conferências Radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: *Nação e Cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 18.

¹⁷² Relatório da Fundação da Escola Santa Isabel (Publicado no *Jornal do Comércio* de 1886, Edição 222. P. 8).

¹⁷³ AGCRJ, 11.4.23 – Estatística de frequência e matrícula. *Apud.* BEAKLINI, A. p. 70.

¹⁷⁴ ARQUIVO NACIONAL. Ofício do Exmo Sr. Conselheiro Superintendente ao Exmo Sr. Conselheiro Mordomo à respeito da Escola Imperial. *Apud.* BEAKLINI, A. p. 100.

O abaixo-assinado de 1886 descreve 40 meninas matriculadas na Escola Mixta Imperial e 22 na Escola Municipal (que seria transferida para a freguesia de Irajá).

Silva Rabelo, assim como Luiz de Moura, reforça o discurso sobre o caráter benéfico da instrução sendo agregando a ela o ensino profissional, que seria melhor aproveitado pelo fato dos alunos morarem sob o mesmo teto dos seus pais:

“(…) pode a Escola Santa Isabel restringir-se à educação dos filhos dos operários deste estabelecimento dando ensino às crianças nascidas de uma mesma esfera social e abrigadas sob o mesmo teto. Daí a vantagem de, a par de uma educação intelectual apropriada, poder-se fornecer também uma educação doméstica à profissão e posses dos seus pais, por encontrar nos hábitos e costumes dos educandos, identidades de elementos para esse fim.”¹⁷⁵

Na fala acima encontramos elementos de uma certa forma de inclusão social (“dentro da própria classe”) onde se correlaciona as necessidades uma sociedade que se modernizava ao progresso econômico do indivíduo. Ao ensino proporcionado pela Escola considera-se como uma forma de mobilidade social para os que a frequentam. Cabe a reflexão de E. P. Thompson quanto a aprovação social do sucesso educacional, o mérito e o fracasso humanos: “A aprovação social do sucesso educacional é assinalada de uma centena de modos: o sucesso traz recompensa financeira, um estilo de vida profissional, prestígio social. Ela se apoia numa apologia completa da modernização, necessidade tecnológica, igualdade de oportunidades”¹⁷⁶.

A ausência de fontes não nos permitiu saber se de fato os filhos dos operários receberam formação profissional. Mas no final do relatório, o vereador Silva Rabelo manifesta seu anseio e solicita apoio para a instalação de oficinas e cursos noturnos, talvez para se ampliar a formação para além dos ofícios do Matadouro, tal qual oferecia a Escola Mixta do Imperador.

Silva Rabelo ratifica fazer parte do projeto da escola possuir oficinas e ensino noturno, onde por meio do ensino profissional se prepararia os filhos dos operários para o trabalho, afastando-as dos vícios e “civilizando-os”. Ensino noturno e escolas oficinas foi uma tendência nos anos finais dos oitocentos. A historiografia que discute o processo de construção do ensino profissionalizante e noturno no século XIX, tanto no Brasil quanto na Europa, os pesquisadores

¹⁷⁵ RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA SANTA ISABEL (Publicado no Jornal do Comércio de 1886, Edição 222. P. 8)

¹⁷⁶ THOMPSON. E. P. *Os românticos. A Inglaterra na Era Revolucionária*. p. 42.

atentaram para as circunstâncias sociais que levaram os trabalhadores a buscar escolarização noturna. Esses trabalhadores poderiam ser tanto adultos, que foram impossibilitados por quaisquer motivos de prosseguir nos estudos, como crianças já ingressadas no trabalho diuturnamente. De qualquer forma, a escola é apresentada ao povo como o local onde se

“promete o conhecimento do mundo, a elevação do saber e do ser. O trabalhador também poderia melhorar seu saber e seu ser, também haveria espaço para sua formação – formação de acordo com seu lugar na sociedade, oferecida à luz de lamparina, à custa de seu pouco tempo de lazer e descanso. (...) [*A escola*] Deveria proporcionar conhecimento relativos à sua posição social, úteis ao desempenho de trabalhos braçais, reforçando e ajudando a estabelecer hierarquias entre níveis de instrução e profissões correlatas”¹⁷⁷.

Em artigo publicado sobre a escolarização de jovens e adultos em curso noturno no Município da Corte, Alessandra Schueller e Irma Rezzini observam que particularmente entre os anos 1870 e 1880 houve uma proliferação de cursos noturnos para jovens e adultos. O artigo intitulado “Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893)” reflete como a escola e o processo de escolarização contribuíram para novas relações entre o poder público, a população e ainda afirmar os papéis de novos sujeitos que ocupariam esses novos espaços¹⁷⁸.

Eliane Peres, na obra “Os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)”, afirma que a existência dos cursos noturnos permite observar o papel dos sujeitos que o frequentavam fora da sala de aula e ainda que

“os cursos noturnos não foram somente iniciativa das elites econômicas, políticas e intelectuais com o intuito de inculcação ideológica. Há que considerar a pressão das massas populares por educação, as iniciativas de organização escolar dos próprios trabalhadores e os cursos noturnos como espaços contraditórios de formação e de oportunidades de organização”. (PERES, p. 94).

¹⁷⁷ VECHIA, Aricle. Imperial Collegio de Pedro II. p. 5-6.

¹⁷⁸ SCHUELLER, p. 6.

A dissertação de Mestrado de Ana Luiza Jesus da Costa, “À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)”¹⁷⁹, discutiu as iniciativas por parte do Império que poderiam ser consideradas como uma política educacional voltada para jovens e adultos. Para isso, a autora problematiza conceitos como educação de jovens e adultos, educação popular e alfabetização. A hipótese de Costa é a de que as políticas públicas para a educação partiram de um imediatismo, o que produziu ações imediatistas e, conseqüentemente, impediu políticas mais sólidas e de longo prazo, naturalizando os problemas no sistema público de ensino.

Pensando no papel dos cursos noturnos, Jean Hérbade, referindo-se ao contexto europeu, mais precisamente o francês do século XVIII ao XIX, diz que o ensino noturno foi utilizado como uma via de catequização para o cidadão, uma vez que os mesmos cidadãos urbanos estão com a maior parte de seu tempo ocupados com necessidades mais básicas da vida. Posteriormente, continua Hérbade, agências liberais e filantrópicas vão utilizar o mesmo caminho para propagar o catecismo, visando a paz social, aniquilando as revoltas e rebeliões¹⁸⁰.

Costa, discutindo as contribuições de Vinão Frago, discorre pelo mesmo caminho de Hérbade argumentando que as pressões em favor da escolarização da classe trabalhadora foram desenvolvidas por ideologias conservadoras frente aos pensamentos socialistas que rondavam em meio as classes operárias¹⁸¹.

De qualquer modo, as fontes não permitiram saber se ocorreu a instalação do curso noturno e outras oficinas nas dependências da Escola Santa Isabel como pretendeu e argumentou o vereador Antônio José da Silva Rabelo, mas havia um debate a respeito e alguns dos representantes da Câmara Municipal desejam demarcar o seu espaço de atuação. Afirmar sua atuação com elementos bem simbólicos era parte da atuação política da Ilustríssima Câmara Municipal. Observe a ênfase ao propósito da fundação da Escola e a “missão” da qual a Câmara Municipal estava imbuída:

“O futuro corroborará estas previsões e cobrirá de louros os que coadjuvaram a esta festa! E demais, depois da Câmara ter tomado a si a iniciativa da libertação do município, concorrendo até hoje com

¹⁷⁹ Defendida e aprovada em 2007. Orientada pelo professor José Gonçalves Gondra, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

¹⁸⁰ HERBRAD, Jean. *Por Uma Bibliografia Material das Escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França século XIX – XX)*. In: Revista Brasileira de História da Educação. Autores Associados/SBHE, janjun de 2001: p. 115-141.

¹⁸¹ COSTA: 2007, p. 10.

quinhentas e tantas liberdades, não podia deixar de atender a divulgação da instrução, porque os cativos de ontem podem ser os operários livres de amanhã; e este encadeamento entre as duas ideias – liberdade e instrução – uma corolário da outra, move também à Câmara a fundação desta escola, realização de uma proposta unanimemente aprovada em sessão de 20 de novembro de 1884.”¹⁸².

No Matadouro, como vimos, havia os ofícios de ajudante de limpeza, oficina de fusão, plataforma, matança dos ovinos, servente da administração, magarefes, balança, servente de carro, servente do curral, oficial do estilete, fusão de sebo, salga de couro, extração de línguas, extração de línguas, descarte de tripas, descarte de cabeça, preparação de tripas e carga e descarga ¹⁸³. Na imagem abaixo podemos identificar alguns dos espaços de trabalho dos operários:



Figura 13: Casa de Matança do Matadouro de Santa Cruz¹⁸⁴.

¹⁸² *Ibid.* página 6.

¹⁸³ FREITAS, Benedicto. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1950. Pp. 121, 122.

¹⁸⁴ Acervo NOPH (cerca de 1930).



Figura 14: Preparando o boi na casa de matança¹⁸⁵

¹⁸⁵ Acervo NOPH, 1930.

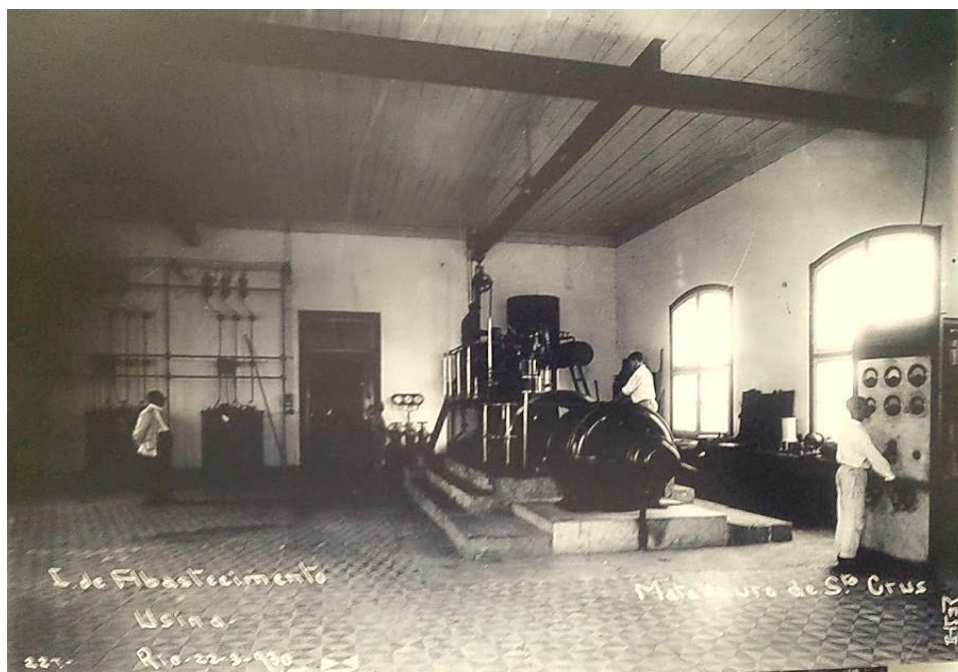


Figura 15: Usina, Matadouro de Santa Cruz¹⁸⁶

Parece ter feito parte do projeto inicial que alunos, operários, chegassem a receber ensino profissional:

“Peço ainda a comissão de instrução, cuja frente se acha o distinto cidadão Dr. Manoel Luiz de Moura, que tome esta escola debaixo de sua valiosa proteção, concorrendo para o desenvolvimento que ela tanto necessita e alargando a área de seus benefícios de modo que cheguem até aos próprios operários, com a organização de cursos noturnos, oficinas, etc.”¹⁸⁷

A fala dos representantes da Câmara Municipal busca construir uma autoimagem de um Estado concesso de benesses. Os governantes reconhecem a necessidade de instruir a população inclusive com cursos noturno e oficinas, mas, a Escola contemplava apenas o primeiro grau como exigência. O Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte, estabelecido pelo Decreto n.º 1.131 A, de 17/02/1854, estabelecia o ensino primário de 1º grau como sendo obrigatório aos indivíduos livres entre 7 e 14 anos. Aos pais,

¹⁸⁶ Acervo NOPH, 1930.

¹⁸⁷ RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA SANTA ISABEL (Publicado no Jornal do Comércio de 1886, Edição 222. P. 8)

tutores, curadores ou protetores caberia garantir a instrução primária aos “meninos”. O não cumprimento resultaria em multa de 20 a 100 réis por criança que não atendida¹⁸⁸.

Estabelecia-se assim a relação entre a instrução primária e a instrução popular. O ensino secundário, não obrigatório, portanto, continuaria restrito a uma pequena parcela da sociedade¹⁸⁹.

Os alunos que comporiam o quadro da Escola Santa Isabel seriam meninos e meninas dos 05 aos 14 anos de idade e exclusivamente filhos dos operários do Matadouro que não foram contempladas por matrícula em escola alguma. Em seus capítulos finais, o relatório conclui com uma descrição dos alunos que estavam presentes na sua inauguração. Eram: 71 alunos, sendo 38 do sexo masculino – 12 entre eles tinham entre 5 e 7 anos; 12 de 8 a 10 anos, 12 de 11 a 12 anos, 12 e 2 de 13 anos - e 33 do sexo feminino – 17 entre elas de 5 a 7 anos; 11 de 8 a 10 anos e, 5 de 11 12 anos¹⁹⁰.

Os custos com a montagem da Escola ficaram da seguinte maneira: “Receita: Donativos Particulares - Montagem da Escola: 1:480:000\$; Despesas: Valor dos utensílios da escola:1:680\$000; Professorado: 900\$000; Eventuais : 420\$000; Total: 3:000\$000.

3.3 Reivindicando Honorários

O códex 8.1.21 do AGCRJ, na pasta Vencimentos, gratificações e abonos – Professores das Escolas Municipais (1885 a 1892) consta uma série de reivindicações por salários não pagos no Curato de Santa Cruz. Dos documentos analisados por mim, três reivindicações foram identificadas. Todas feitas por professoras que trabalharam na Escola Municipal de Santa Cruz, ou seja, a Escola Santa Isabel.

¹⁸⁸ BRASIL. Decreto n. 131^a de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Disponível em <http://www.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. (Acesso em maio de 2019)

¹⁸⁹ MARTINEZ, Alessandra F. *Educar e instruir: a Instrução Pública na Corte Imperial (1870-1889)*. Niterói. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

¹⁹⁰ RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA SANTA ISABEL (Publicado no Jornal do Comércio de 1886, Edição 222. P. 8)

Não foi possível identificar a existência de algum tipo de organização por parte das professoras ou dos docentes de maneira geral. Mas é possível observar suas lutas para o exercício do trabalho e parte da experiência docente nos oitocentos.

As fontes são solicitações enviadas à Câmara Municipal. Há reclamações exclusivamente quanto ao atraso nos honorários, mas também se percebe ataques sutis à indiferença com que os governantes tratavam a educação e as suas condições. As personagens envolvidas nos atrasos são todas mulheres, professoras. Elas adotavam uma certa tática discursiva. Há uma postura no falar e contos de casos da vida privada como forma de endossar a solicitação. Os três eventos ocorreram entre 1889 e 1890.

“Maria do Carmo de Paula Menezes Monteiro, professora da Escola Municipal de Santa Cruz, e licenciada pela III. Câmara Municipal, vem mui respeitosamente requerer os seus ordenados vários dos meses de janeiro e fevereiro.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1889”

O problema de atraso no pagamento das remunerações das professoras parece ter persistido por anos, atingindo diferentes professores em momentos distintos do ano letivo. Na transcrição do documento abaixo, é possível observar a mudança da exigência, apelando-se para a exposição de problemas pessoais no documento oficial.

“Diz Deolinda de Figueiredo Daltu, professora efetiva da Escola Municipal de Santa Cruz, que estando atrasada em sua vida e precisando mandar buscar sua filha que se acha na Bahia, e como está sem recurso; vem respeitosamente pedir a vossas excelências, para que seja adiantada a quantia de 326\$336 para ser descontada nos seus vencimentos a quantia de 81\$584 mensalmente, de setembro a 31 de dezembro pelo que (...)”

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1889”

A mesma professora aparece no ano seguinte com outra solicitação.

“Diz Deolinda de Figueiredo Daltu, professora efetiva da Escola Municipal de Santa Cruz situada no Matadouro de Santa Cruz que tendo requerido um mês de licença com todos os seus vencimentos, como para sua filha, Alcina Beatriz de Figueiredo, adjunta da mesma Escola, e tendo tido desfecho favorável do ex-presidente da Intendência D.

Pessoa Barros, e não se constatando o referido requerimento, vem pedir que lhe mande pagar os seus vencimentos do mês de fevereiro e nestes termos, digo do mês de março.

Capital federal, 9 de abril de 1890”

As reivindicações nos permitem acessar uma parte do universo que era as condições do trabalho docente na Escola Santa Isabel anos finais do século XIX. Algumas considerações a partir das experiências apresentadas pelos documentos acima podem ser pontuadas: o tipo de condição de trabalho que a Escola Santa Isabel proporcionava a algumas professoras e a ausência de organização de professores na região. Curiosamente, esta situação não estava presente nos operários do Matadouro, mas apenas na Escola que funcionava nas dependências dele.

A luta por escolarização era também pedagógica. E essas formas de atuação diante de um Estado Imperial ainda frágil em suas instituições construía as novas relações de poder e de aprendizagem da política e da ampliação na construção nas noções de direito.

Com a apresentação e análise desta instituição de ensino, finalizo aqui estas considerações para contar uma minúscula parte de uma história da educação e do trabalho na Imperial Fazenda de Santa Cruz, relativamente esquecida na historiografia brasileira. Pude constatar que na construção desta dissertação, diversas outras formas de análise teórico-metodológicas, além de outras correlações poderiam ser abordadas, mas reconheço que nenhum trabalho acadêmico tem a pretensão de ser único nas abordagens e reflexão de um determinado evento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desta dissertação exigiu um grande esforço intelectual conjunto. Abordar uma instituição escolar em diálogo com o mundo do trabalho que não é citada exaustivamente em obras no meio acadêmico e nem objeto de pesquisa recentes na historiografia exige uma capacidade que, confesso, ainda está em construção na minha formação. Por outro lado, poder contribuir com uma discussão sobre a história da Escola Santa Isabel nas dependências do Matadouro da Fazenda de Santa Cruz é uma tentativa de projetar o tema dentro da história da educação do Rio de Janeiro oitocentista.

Através de fontes diversificadas, dispersas nos órgãos oficiais, e que se complementavam foi possível reconstruir parte do contexto histórico desta Escola, que a cada vestígio encontrado trazia luz a novos questionamentos. Como historiador, o sentimento que fica, nesta etapa final, é de termos dado um mergulho raso num oceano profundo e pouco explorado.

Mas a partir dessa conjuntura reconstruída com as fontes, o objetivo de refletir sobre a maneira como os debates sobre a instrução aparecia nas falas dos governantes, dos trabalhadores da Fazenda de Santa Cruz e dos defensores do ensino profissional foi atingido. Assim, ao longo desta dissertação, discutimos as iniciativas, os debates intelectuais e a atuação dos operários que residiam na Fazenda de Santa Cruz.

A proposta desta pesquisa era a de perseguir os temas acerca da educação em consonância com os mundos do trabalho e com a História Social do Trabalho e da Educação. Por isso, uma das nossas preocupações constantes esteve em trazer à tona o contexto dos trabalhadores do Matadouro e a própria dinâmica econômica da Fazenda nos idos de 1880.

As fontes, os prazos e a escassez de tempo não me permitiram avançar em outros temas que acredito serem ainda mais elucidativos para a história social do trabalho e da educação profissional na Fazenda de Santa Cruz. Temas como o movimento operário da Fazenda e o quanto ele atuou, se atuou em prol da educação, ou a organização associativa dos professores e como aconteceu em outros locais do Rio de Janeiro do mesmo período, como constata a historiografia recente sobre o tema¹⁹¹, ainda podem ser trabalhados.

¹⁹¹ Instruam o Operário, Claudio Batalha etc

As questões que orientaram a pesquisa, no entanto, presentes na introdução deste texto, propõem elucidar e compreender as lutas pela criação da Escola no microcosmo da Fazenda de Santa Cruz e sua relação diante das mudanças socioeconômicas da Corte Imperial e do Brasil. O país mudaria no campo político administrativo, de Império à República; no campo econômico um suscetível esforço para a consolidação de um capitalismo que se esforçava para estar em alinhamento com as nações europeias. No campo das ideias, a construção ideológica da identidade nacional, tendo a escola a responsável dessa construção coletiva. Na força de trabalho, a transição do trabalho escravizado para o livre. Na educação profissional, a necessidade de escolarizar e capacitar os ingênuos e desvalidos a fim de aprenderem os “códigos de civilidade”.

Não foram as mudanças que incidiram sobre a rotina do país e, conseqüentemente dos indivíduos, que se organizaram para lutar e forjar novas interações no mundo do trabalho. A educação escolar também foi impactada por mudanças, precisando se adequar as formas de pensar que em última instância refletiram na institucionalização da mesma e a modernização da economia. A Escola Santa Isabel foi uma iniciativa Câmara Municipal, nas dependências de uma empresa também sob sua responsabilidade. Sua existência por si só refletiu os debates e as lutas do final do século XIX, que envolvia a liberdade do negro, dos libertos e dos pobres.

Como instituição, ela foi criada para atender uma demanda dos próprios trabalhadores e moradores para resolver o problema da pouca oferta de escolas na Fazenda, todavia, é inaugurada como benesse dos governantes preocupados com a necessidade de se “batizar” com instrução todas as camadas sociais. A formação técnica, era citada pelos agentes do poder público como necessária as novas configurações de trabalho que se instauravam com o fim da escravidão e aos novos tempos da economia. À Escola, portanto, caberia instruir e educar essa parcela da população, incorporá-la ao mundo da técnica racional e científica, conformando um trabalhador cidadão, ou seja, um trabalhador apto a transitar nas novas relações sociais e nos novos códigos de conduta próprios.

Nesse sentido, a Escola Santa Isabel assume o papel de civilizar seu público bem específico através do ensino primário. A Fazenda de Santa Cruz, igualmente, sofreu o impacto das mudanças. Primeiramente, no que tange a sua importância econômica no decorrer da história do Brasil. No período imperial, quando a Escola é fundada, há uma certa herança dos jesuítas no mundo do trabalho, mas que parece não manter continuidade na fundação do Matadouro, que era uma empresa mais adequada aos novos tempos.

Durante a República, a Fazenda sofre com outras dinâmicas não contempladas nesta pesquisa. Gradativamente fragmentações territoriais, mudança de regime, na administração e no status ocorrem. A Escola Santa Isabel teve seu nome alterado para Escola Primária Municipal do Matadouro e, depois, em 1926, em nova alteração, seu nome se torna Escola Estados Unidos da América.



Figura 16: Jornal do Comércio¹⁹²

¹⁹² Jornal do Comércio. 16 de Julho de 1926.



Figura 17: Escola para os filhos dos operários do Matadouro. 1926, Augusto Mata.

Buscamos mostrar, a partir da experiência da Escola Santa Isabel, que alunos e alunas pobres e negras, foram educados dentro de um projeto de educação do Império, procurando a formação do homem livre e apto para o trabalho (mas dentro do seu lugar social). A instrução estava entre as principais reivindicações e demandas de livres e libertos, mas neste trabalho minha abordagem foi, sobretudo, pela perspectiva de intelectuais, políticos, professoras e demais trabalhadoras que buscaram reforçar sua atuação, cada qual em seu espaço social. O atendimento às demandas foi transmitido pelos governantes como concessões e méritos, para engrandecimento do Estado Imperial.

Foi o objetivo deste estudo analisar, entre silêncios e reconstruções do passado, as lacunas historiográficas sobre a educação profissional nas dependências do Matadouro da Fazenda de Santa Cruz nos anos finais do Império. Ao dialogarmos com autores de áreas correlatas que me forneceram ferramentas para interpretar o processo histórico a partir da ação de atores sociais de esferas sociais diferentes, pude trazer à tona, ao nosso tempo, essa experiência educacional, dando visibilidade a certos sujeitos esquecidos e deixando a minha contribuição para que posteriores pesquisadores debatam, ampliem e analisem o tema.

A Escola conseguiu instituir o ensino noturno? Como as questões higienistas, tema recorrente no período, se deu, uma vez que a proximidade da Escola com o Matadouro produzia um odor fétido, reclamado pelos moradores, como atesta vasta documentação não apresentada aqui? Essa situação teria gerado muitas reclamações na Fazenda? Certamente o texto desta pesquisa não é conclusivo, uma vez que inúmeras perguntas ainda emergem das fontes. Há tantos outros temas correlatos, que somente com a ampliação da pesquisa será possível perceber que ainda há um longo caminho a ser construído.

Por fim, deixo um convite, que me foi feito por outra pesquisadora, um desafio na verdade: que continuem as pesquisas sobre a educação em ambientes de trabalho, pois há que se visibilizar e tirar do silêncio a vida de personagens que a formam. O prazer proporcionado pelo estudo da História também é o seu maior desafio, à busca por fontes. E em tempos sombrios que passamos neste ano de 2019, onde professores são acusados de desordeiros, Paulo Freire é detratado como criminoso por grupos políticos, universidades públicas são “contingenciadas” e manifestações são classificadas como balbúrdias, a educação, mais do que noutrora, precisa ser pesquisada e debatida.

Que diante desse panorama circunstancial a experiência docente possa construir novos alicerces sociais e que nenhum governante ouse, em cima de nossas reivindicações, apresentá-las como suas dádivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, C.M.M. *Onda negra, medo branco: o medo no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. P. 253.
- AZEVEDO, André Nunes de (org). *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002.
- AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- BARROS, José D'Assunção. *A História Social: seus significados e seus caminhos*. LPH – Revista de História da UFOP. nº 15, 2005.
- BURKER, P. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História. Ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BATALHA, Claudio (Org.). *Dicionário do movimento operário na cidade do Rio de Janeiro do século XX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- BATALHA, C. H. M. *A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: AZEVEDO, Elcine; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria. C.P.; CHALHOUB, Sidney. (Orgs). *Trabalhadores na Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- BATALHA, C. H. M (org). *Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.
- CARDOSO, C.F. e VAIFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria de metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997
- CARR, EDWARD H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CARVALHO, J. M. *As Conferências Radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: *Nação e Cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 18.

CHAMOM, C. S. e GOODWIN JR, J. W. “A incorporação do proletariado à sociedade moderna”: a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 319-340. (disponível em <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/15.pdf>. Acesso em setembro de 2018).

COSTA, Ana Luiza J. e NASCIMENTO, Josi Arissandra. *As Escolas Noturna da Corte Imperial e a Difusão da Cultura Escrita*. Anais do I Congresso Brasileiro em História da Educação do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2007. CD-ROM.

COSTA, Ana Luiza Jesus. *O Educar-se das Classes Populares no Rio de Janeiro Oitocentista*. Paco e Littera: Edição do Kindle.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-norma-pl.html (consultado em setembro de 2018).

CUNHA, Luiz Antonio. *Ensino De Ofícios Artesanais e Manufactureiros No Brasil Escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

ENGEMANN, C. *Santa Cruz: de legados dos jesuítas a pérola da Coroa*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PEDROZA, M. e DUARTE, T. *As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (o matadouro público de Santa Cruz, 1872-1889)*. In: ENGEMANN, C. e AMANTINO, M. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. P. 340.

POPINIGES, F. *Proletários de Casacas: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

GONDRA, José Gonçalves e SCHUELLER, Alessandra F. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

- FREITAS, Benedicto. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1950.
- FREITAS, Benedicto. *O Matadouro de Santa Cruz: cem anos na vida de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977.
- FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz (Fazenda Jesuítica, Real, Imperial)*, Vol. III. Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1987.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. *Os cargos do paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado*. MÉTIS: história & cultura, 2002.
- HÉBRARD, Jean. *Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França séculos XIX – XX)*. In: Revista Brasileira de História da Educação. Editora Autores Associados/SBHE, jan-jun de 2001, n° 1, pp. 115-141.
- MARTINEZ, Alessandra F. *Educar e instruir: a Instrução Pública na Corte Imperial (1870-1889)*. Niterói. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.
- MARTINEZ, Alessandra F. *Educação, Experiência e Emancipação: Contribuições De E. P. Thompson Para A História Da Educação*. In: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8594>
- MATTOS, I. R. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MATTOS, H. M. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura(et al). *Instituições Escolares no Brasil Colonial e Imperial*. In:http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_075.html.
- NUNES, C. e CARVALHO, M. M. C. *Historiografia da Educação e Fontes*. In: GONDRA, José (org). *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.
- PERES, Eliane. *Templos de Luz. Os cursos noturnos masculinos da biblioteca pública Pelotense*. Pelotas, Seiva Publicações, 2002.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson M. *Em algum lugar do passado. Cultura e História na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002.

SCHUELLER, Alessandra. *Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893)*. (Disponível <http://www.rbhe.sbhe.org.br>. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v17n1.827> Acesso em Outubro 2017).

SCHUELER, A. *Educação, Experiência e Emancipação: Contribuições de E. P. Thompson Para A História Da Educação*. In: – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 12, Nº 18/2014. (Acessado em julho de 2019).

SCHWACZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional. *Projeto Pedagógico SESI Para Educação de Jovens e Adultos / Serviço Social da Indústria*. Brasília: SESI/DN, 2014.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: a nova face da rua*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Roberto Rafael Dias. *Currículo, conhecimento e transmissão cultural: contribuições para uma teorização pedagógica contemporânea*. Cad. Pesquisa, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 158-182, Mar. 2016. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742016000100158&lng=en&nrm=iso>.

SOARES, Luiz Carlos. *O Povo de Cam na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2007.

TAVARES, Geórgia da Costa. *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

THOMPSON, E. P. *Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Tradução: Sérgio Moraes Rêgo Reis, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

VECHIA, Ariclê e CAVAZOTTI, Maria A. *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

VECHIA, Ariclê. *Imperial Collegio de Pedro II: centro de recepção das ideias transnacionais para o ensino secundário brasileiro*. Anais do I Congresso Brasileiro em História da Educação do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2007. CD-ROM.

VERÍSSIMO, Antônio Augusto. *Santa Cruz e a Fazenda Nacional: notas sobre a situação fundiária*. SMH/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2004. (Disponível em <http://www.data.rio>. Acessado em março de 2018).

FONTES

AGCRJ – Códice 54.1.9b – Instrução Pública. Autos de inauguração da Escola de Santa Isabel no Edifício do Matadouro no Curado de Santa Cruz. Ilma. Câmara Municipal, 1886.

BRASIL. Decreto n. 131^a de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Disponível em <http://www.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. (Acesso em maio de 2019)

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIA. Ano 1886. Edição 418 (Disponível em <http://memoria.bn.br>. Consultado em setembro 2017).

Relatório da 19^a Sessão Ordinária da ilustríssima Câmara Municipal de 5 de agosto 1886 (Disponível em JORNAL DO COMMERCIO DE 26/08/1886. In: <http://memoria.bn.br>. Consultado em setembro 2017).

Solenidade de Abertura da Escola Mixta de Santa Isabel no Matadouro de Santa Cruz (Disponível em JORNAL DO COMMERCIO DE 26/08/1885. In: <http://memoria.bn.br>. Consultado em setembro 2017).

Relatório da Fundação da Escola de Santa Isabel (Disponível em JORNAL DO COMMERCIO DE 26/08/1886. In: <http://memoria.bn.br>. Consultado em setembro 2017).

PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. *História da Instrução Pública, 1500 a 1889*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP / MEC, 1989.

PIRES DE ALMEIDA, J. *Officina na Escola: o ensino profissional posto em prática nas escolas particulares de sua majestade o imperador*. Rio de Janeiro: Lombaerts e Comp., 1886.

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO PARA O IMPÉRIO DO BRASIL, 1823. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/25819>. Consultado em agosto de 2018.

Revista dos Construtores, 1886 (Anno I, N° 6. p. 20) (Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=227110x>. Consultado em outubro de 2017).

Roberto de Macedo, “*Efemérides Cariocas*”, Revista do Instituto, Rio, Volume 271, página 25. IHGB.

SOUZA FILHO, Tarquinio de. *O ensino tecnico no Brasil*. Rio de Janeiro Imprensa Nacional. 1887. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/242353/1/000032665.pdf>. Consultado em setembro de 2017.

DISSERTAÇÕES E TESES

BEAKLINI, Adriana Valentim. *Da escola nas oficinas à oficina como escola: sujeitos, circulação e apropriação de modelos de educação profissional na Estrada de Ferro D. Pedro II (1882-1906)*. Orientadora: Ana Chrystina Venancio Mignot. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2018. 254 f.

BEAKLINI, Adriana Valentim. *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz: uma proposta de educação pelo trabalho do Imperador D. Pedro II (1885-1889)*. Dissertação de Mestrado. Unirio: Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Ana Luiza da. *À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)*. Dissertação de Mestrado. UERJ: Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, Edite Moraes. *Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da imperial fazenda de santa cruz com a construção do matadouro industrial (1870-1890)*. Dissertação de Mestrado. UFRRJ: Seropédica, RJ, 2017.

DESSOTTI, Isabel Cristina Caetano. *A educação operária no final do século XIX e início do XX em Sorocaba sob o olhar da imprensa: o escrito e o silenciado*. Tese de Doutorado. UNICAMP: Campinas, 2017.

GOMEZ, Camila Estevam. “*Instruam o operário*”: *Projetos, disputas e demandas por instrução para trabalhadores na imprensa do Engenho de Dentro (1890-1905)*”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2018.

MEDEIROS, Júlio Cesar. *Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: A sociabilidade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011.

ROCHA, Ilana Peliciari “*Escravos da nação*”: *o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876*. Tese (Doutorado). USP. Universidade São Paulo. São Paulo, 2012.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. *Educar, trabalhar, civilizar no asilo de meninos desvalidos, 1875-1894: caminhos possíveis*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008. (Dissertação de mestrado).